

ISSN 2178-4027
e-ISSN 2178-4590



Revista

Científica

Escola Superior de Polícia Militar

Ano 3 - Nº 05 - dez./2022



Secretaria de Estado de Polícia Militar
Diretoria Geral de Ensino e Instrução

Revista Científica

Escola Superior de Polícia Militar

Ano 3 - Nº 05 - dez./2022



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Secretaria de Estado de Polícia Militar
Escola Superior de Polícia Militar

Editores-Gerentes

Editor-Chefe: Ten Cel PM Vitor Batista do Valle, M.e

Editor-Adjunto: Maj PM Rodrigo Ciriaco Tjäder, Esp.

Conselho Editorial

Editor Executivo

Maj PM Luiz Augusto Vieira de Oliveira, M.e

Assistente de leiaute e diagramação

Lucas Eduardo Ferreira de Souza Silva

Avaliadores Ad-Hoc

Cel PM RR Ubiratan de Oliveira Ângelo, Esp. (UCAM)

Ten Cel PM Med Juliana Milward de Azevedo Spinelli Borchert, Ma.

Ten Cel PM Dent Adriane Batista Pires Maia, Dra.

Cap PM Diego Teixeira Costa, Esp.

Elisângela Oliveira dos Santos, Ma. (UFF)

Pando Angeloff Pandeff, Dr. (SEPM)

Charlles da Fonseca Lucas, Dr. (UFF)

Revista Científica

Escola Superior de Polícia Militar

Ano 3 - Nº 05 - dez./2022



© Copyright 2022, Escola Superior de Polícia Militar

Esta publicação está licenciada via Creative Commons (CC BY-NC-SA 4.0).

A reprodução do conteúdo desta publicação é permitida mediante atribuição das fontes, sem o uso para propósitos comerciais e na sua integralidade.

As opiniões expressas assinadas são de inteira responsabilidade dos autores.



Para mais informações sobre a Escola Superior de Polícia Militar e a Revista Científica da ESPM, escaneie o link do nosso Linktree acima no seu smartphone.

Escola Superior de Polícia Militar - v. 1 (2009) - Rio de Janeiro: ESPM, 2009

v.

De 2009 a 2010, anual; a partir de 2022, semestral.

ISSN 2178-4027
eISSN 2178-4590

1. Ciências Policiais. 2. Criminologia. 3. Segurança Pública. 4. Ciências Sociais. I. Escola Superior de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Escola Superior de Polícia Militar - Lucas Eduardo Ferreira de Souza Silva (CRB-7 7163)

Escola Superior de Polícia Militar

Av. Feliciano Sodré, 275

5º e 6º Andar

Centro - Niterói, RJ

CEP 24030-012

E-mail: revista.espm@pm.rj.gov.br

Site: <https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/>

Sumário

Artigos

Utilização de método de apoio multicritério à decisão na seleção de helicópteros adequados à atividade aérea desenvolvida pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro 1

Gustavo Soares de Assis

Marcio Pereira Basilio

Marcos dos Santos

As práticas neoliberais: o Estado e os agentes empreendedores de si 23

Maj PM Rodrigo Ciriaco Tjäder

Policimento montado em praças desportivas: uma análise sobre a atuação da tropa montada face a atuação do Batalhão Especial de Policiamento em Estádios e propostas de normatização das ações 43

1º TEN PM Márcio Iantorno de Jesus Bachur

A implantação do Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP) 77

Maj PM PSI Roberta Torres dos Santos

Prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ 89

Cap PM Kilsa de Campos

Ensaio

A comunicação como arma: a contextualização das atividades da Polícia Militar 115

Cap PM Pedro Henrique Pereira Nova

Indexadores

Academia.edu

Diadorim

ERIHPlus

Google Scholar

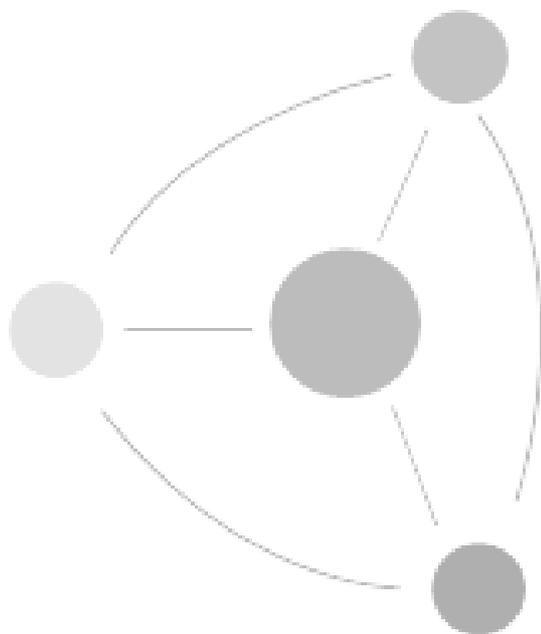
Latindex

LatinREV

LivRe

ResearchBib

Artigos



ARTIGO

Utilização de método de apoio multicritério à decisão na seleção de helicópteros adequados à atividade aérea desenvolvida pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro

DOI: 10.5935/2178-4590.20230001

MAJ PM Gustavo Soares de Assis

Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA)

gustavo.assis.101237@ga.ita.br

Marcos dos Santos

Instituto Militar de Engenharia (IME)

marcosdossantos@ime.eb.br

CEL PM Marcio Pereira Basílio

Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ)

marciopbasilio@gmail.com

Data de submissão: 07/10/2022

Data de aceite: 31/10/2022



RESUMO

O presente artigo se propõe a auxiliar, através de método de apoio multicritério à decisão, na seleção de modelos de helicópteros mais adequados à atividade aérea policial no estado do Rio de Janeiro, de forma a proporcionar embasamento técnico robusto para a definição dos requisitos essenciais de uma aeronave, além de indicar soluções disponíveis capazes de garantir o desenvolvimento eficaz e seguro das missões. O método utilizado na análise foi o WASPAS, do inglês *Weighted Aggregated Sum Product Assessment*, que a partir da aplicação de um processo de soma ponderada combinado com um processo de produto ponderado, apresenta um ranqueamento para as alternativas, da mais à menos favorável. As avaliações dos modelos em relação aos critérios predefinidos, bem como a atribuição dos pesos desses critérios, foram definidas com base em questionário aplicado, por amostragem, a pilotos e operadores aerotáticos de Unidades Aéreas Públicas (UAP) de diversos estados da federação. A observação dos resultados obtidos em decorrência da metodologia empregada permitirá que decisores realizem boas escolhas, as quais contribuirão para uma melhor performance das polícias em suas atribuições, impactando sobremaneira na segurança da sociedade.

Palavras-chave: Aviação; Auxílio Multicritério à Decisão; helicópteros; método WASPAS; polícia; Segurança Pública.

ABSTRACT

This article aims to assist, through a multicriteria decision support method, in the selection of helicopter models that are more suitable to the police air activity in the state of Rio de Janeiro, in order to provide a robust technical basis for the definition of essential requirements of an aircraft, besides indicating available solutions capable of ensuring the effective and safe development of missions. The method used in the analysis was WASPAS, Weighted Aggregated Sum Product Assessment, which, by applying a weighted sum process combined with a weighted product process, presents a ranking for the alternatives, from the most to the least favorable. The evaluation of the models in relation to the pre-defined criteria, as well as the attribution of the weights of these criteria, were defined based on a questionnaire applied, by sampling, to pilots and aeronautical operators from Public Air Units (PAU) from several states of the federation. The observation of the results obtained as a result of the methodology employed will allow decision makers to make good choices, which will contribute to a better performance of the police in their duties, greatly impacting the safety of society.

Keywords: Aviation; Multicriteria Decision Aid; helicopters; WASPAS method; police; Public Safety.

INTRODUÇÃO

Helicópteros são sofisticadas máquinas com capacidade multidirecional de voo e, de forma extraordinária, para realizar o pairado. Essas aeronaves foram desenvolvidas, inicialmente, para atender uma vasta quantidade de demandas militares, como resgate, reconhecimento, transporte de carga, guerra antissubmarino e, principalmente, transporte de tropa, característica esta que possibilita a inserção de combatentes prontos nos campos de batalha. A utilização civil também é de grande relevância, em que se destacam as atividades como combate a incêndios, pulverização de colheitas, defesa civil e transporte de pessoas.

No campo da segurança pública, o emprego de helicópteros é fundamental para as organizações policiais, pois é uma ferramenta que aumenta a capacidade operacional, tendo em vista que possibilita um deslocamento rápido e uma visão ampla sobre toda uma região. Assim, é considerado um vetor multimissão de elevada importância, com aplicabilidade em missões de transporte de policiais, inserção de tropa em áreas conflagradas, patrulhamento, resgate, salvamento, orientação e cobertura aproximada de efetivo em operações, levantamento de dados em atividades de inteligência, mapeamento de regiões, iluminação de locais de ocorrência com farol de busca, perseguição

de criminosos em fuga, transporte de presos de alta periculosidade, escolta, auxílio em locais de difícil acesso em calamidades públicas, além de realizar monitoramento de vias, eventos significativos e manifestações com utilização de câmeras que transmitem imagens em tempo real para agentes de nível estratégico, os quais passam a ter melhores condições técnicas para a tomada de decisão, como planejamento, deslocamento ou reforço de policiamento.

Como histórico exemplificativo que evidencia a efetividade dos helicópteros na atividade preventiva de segurança pública, destacamos o que diz Schnelle *et al.* (1978), o qual verificou que a utilização das aeronaves através de patrulhamento de regiões com elevado índice de roubo à residência, ocasionou uma redução significativa da referida modalidade criminosa, bem como constatou que os custos atrelados à implementação desse veículo foram superados pelos benefícios gerados.

Fazendo uma análise mais delimitada sobre segurança pública, considerando regiões onde há vasta quantidade de áreas conflagradas, como na cidade do Rio de Janeiro, é importante ressaltar que a presença do crime organizado em comunidades é generalizada e que facções criminosas exercem forte controle através do tráfico de drogas, armas, redes de informação e regras particulares (GENTIL-FERNANDES; GUEDES-NETO; INCIO, 2022), fazendo com que operações policiais sejam rotineiramente realizadas com o intuito de coibir a prática de delitos, cumprir mandados judiciais, realizar busca de pessoas sequestradas e veículos roubados, entre outras finalidades legais necessárias à preservação da ordem pública.

No entanto, por ser desfavorável ao crime, a atuação da polícia nessas localidades é dificultada por marginais da Lei que, por possuírem conhecimento geográfico do terreno, armamento de elevado potencial destrutivo e colaboração dos habitantes locais, entram em confronto e resistem fortemente, utilizando barricadas para impedir o acesso dos policiais e permanecendo em lajes, locais elevados, interior de construções ou atrás de muros com buracos nas paredes (seteiras) para efetuar disparos de armas de fogo, expondo ao risco policiais e cidadãos. Nesse cenário, o emprego de helicóptero é imprescindível para o suporte das operações, pois além da capacidade de monitorar o terreno com câmera e orientar os policiais, a aeronave pode realizar sobrevoo próximo ao solo, ação que tem forte efeito dissuasivo, pois coloca os criminosos em posição de desvantagem, fazendo com que a resistência seja vencida de forma

mais rápida e, conseqüentemente, reduz a probabilidade de haver confronto e seus danos decorrentes.

2 DESCRIÇÃO DO PROBLEMA

O estado do Rio de Janeiro possui uma área de 43.750 km² e uma população de aproximadamente 17,5 milhões de habitantes (IBGE, 2021). Em seu território, há inúmeras regiões conflagradas, onde práticas de crime são comumente realizadas, como o tráfico de drogas e roubo de veículos, por exemplo. Tais atividades criminosas demandam uma atuação eficiente do Estado, através de ações de inteligência e de policiamento, com o fito de coibir a realização de delitos e manter a ordem pública.

Dadas as características das práticas de crime e dos eventos que ocorrem na região, se faz necessário um mapeamento das áreas conflagradas, bem como o monitoramento em tempo real de diversas localidades, principalmente quando estiverem ocorrendo operações, a fim de coibir as ações criminosas com o policiamento ostensivo, proporcionar aos policiais envolvidos em ocorrências, operações e policiamento ostensivo ordinário uma maior segurança, assim como permitir aos gestores uma melhor tomada de decisão, através do abastecimento com informações relevantes.

Cabe ressaltar que, devido aos confrontos decorrentes das operações em locais conflagrados, cidadãos, policiais e criminosos frequentemente são feridos, o que demanda uma urgente necessidade de socorro e transporte rápido para hospitais especializados. Entretanto, há diversas circunstâncias que comprometem essas ações, pois o trânsito de veículos terrestres não é favorável, há poucos hospitais que são referência em tratamento de feridos por projéteis de arma de fogo (PAF), além de o acesso aos locais de operação ser extremamente arriscado e difícil para órgãos de saúde.

Em adição aos fatores acima narrados, o estado do Rio de Janeiro possui características importantes que lhe conferem relevância no cenário nacional e mundial e, por isso, recentemente foi sede de grandes eventos como Copa do Mundo de Futebol, Jogos Olímpicos, Encontro Mundial da Juventude, manifestações políticas, entre outros, que demandaram grandes investimentos e atuação na área de segurança pública.

Para que o planejamento e a atuação na área de segurança pública sejam realizados com eficiência e eficácia, é premente a utilização de ferramentas que permitam aos órgãos envolvidos uma atuação segura e com inteligência, principalmente através do monitoramento e levantamento de informações.

Uma dessas ferramentas é a utilização de helicópteros, os quais possuem relevante papel no desenvolvimento das atividades policiais, como ficou já ficou evidenciado na introdução deste trabalho, tendo em vista que o mesmo tem capacidade de atuar em distintas missões. É importante destacar que a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro também atua com aeronaves em situações que vão além de suas atribuições precípuas de polícia ostensiva e preservação da ordem pública, como de defesa civil, principalmente em situações de calamidade pública.

Contudo, esse modelo de atividade aérea deve atender determinados requisitos para ser considerado eficiente, eficaz e seguro, como preservar as vidas dos policiais que tripulam as aeronaves e dos que recebem o apoio, contribuir para a redução dos índices de criminalidade, ter razoável disponibilidade da frota para atender as demandas, ou seja, capacidade de pronta resposta, justificando o alto investimento público em aeronaves, bem como possuir máquinas com elevada confiabilidade e segurança para reduzir a probabilidade de acidentes durante o sobrevoo de locais habitados.

Uma frota ideal também deve possuir aeronaves com outras características necessárias ao desenvolvimento de missões especiais, como: autonomia suficiente para atuar em locais distantes da base de origem, tendo em vista a escassa quantidade de pontos de abastecimento no território estadual; capacidade interna suficiente para transporte de tripulantes necessários à cada tipo de operação, bem como de equipes de intervenção tática de outras unidades especiais; comprimento que permita um pouso seguro em áreas restritas, como clareiras em áreas de mata para resgates, locais calamitosos em missões humanitárias e locais cercados de obstáculos para o desembarque de tropa; potência suficiente nos motores, peso máximo de decolagem e carga útil que possibilitem a decolagem com quantidade necessária de tripulantes equipados, combustível e equipamentos de auxílio de qualquer localidade, seja ao nível do mar ou em locais com a maior elevação na região do estado, independentemente da condição climática; possuir equipamentos como guincho e gancho, bastante necessários em missões de resgate e salvamento;

capacidade para instalação e operação de câmeras com qualidade adequada ao serviço de imageamento; capacidade para transportar macas médicas; capacidade para operar cestos com água (Bambi Bucket) para missões de combate à incêndios.

É importante destacar que o apoio dos helicópteros nas operações policiais em áreas conflagradas é carregado de elevado risco, pois além dos obstáculos existentes no teatro de operações, como a presença de cabos de alta tensão, antenas e torres, há o fator relacionado ao poderio bélico das facções criminosas, notoriamente observado em manifestações hostis, praticadas geralmente através de disparos de armas de fogo contra as aeronaves, que já ocasionaram diversas avarias, ferimentos a tripulantes e até mesmo um pouso em emergência de um helicóptero da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, no ano de 2009, quando em atividade no complexo de comunidades conhecidas como Macacos e São João, com extensão dos bairros da Tijuca ao Méier, em que três tripulantes vieram a óbito, exemplificando o referenciado sobre impactos no recurso humano policial militar. Assim, percebe-se que um elevado nível de proteção balística e de survivability (capacidade de sobrevivência), propriedade de um helicóptero evitar e suportar um ambiente hostil (PINTO, 2011), são requisitos essenciais para a seleção de um helicóptero destinado à atividade policial.

Atualmente, a frota de aeronaves do GAM é composta por sete helicópteros, sendo um Airbus Helicopters EC 145 (BK 117 C2), um Bell Helicopters UH-1H II (Huey II), dois Airbus Helicopters H125 B2 (Esquilo), dois Airbus Helicopters H125 B3 (Esquilo) e um Sirkosky Schweizer 300 CBi, essa última utilizada somente para instrução de voo. Percebe-se que há uma diversificação da frota do Grupamento, o que impacta diretamente em treinamento de pilotos, contratos de serviço de manutenção e na escala de serviço de voo dos pilotos, tendo em vista que para pilotar um determinado modelo de helicóptero é necessária a respectiva habilitação concedida pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Ainda sobre a frota acima referenciada, cumpre salientar que apenas o modelo UH-1H II possui blindagem, esse fabricado em 1968 e baseado em um projeto de 1959, que foi fornecido com motor, sistemas e aviônicos novos. Todavia, o Huey II possui um programa de manutenção estabelecido pelo fabricante que prevê a realização de inspeções e manutenções preventivas a

cada vinte e cinco horas de voo, fator que afeta diretamente a disponibilidade, que é a razão entre a quantidade de dias em que a aeronave esteve em condições de voo e o período de um ano. Outro fator relevante é o fato de haver poucos helicópteros desse modelo operando no país, que se reflete em baixa quantidade de peças sobressalentes em estoques de empresas que prestam serviço de manutenção. Tais fatores aliados às recorrentes manutenções corretivas realizadas devidas aos danos causados por PAF, contribuíram para uma disponibilidade média de 52,37% nos últimos dez anos, considerada muito baixa.

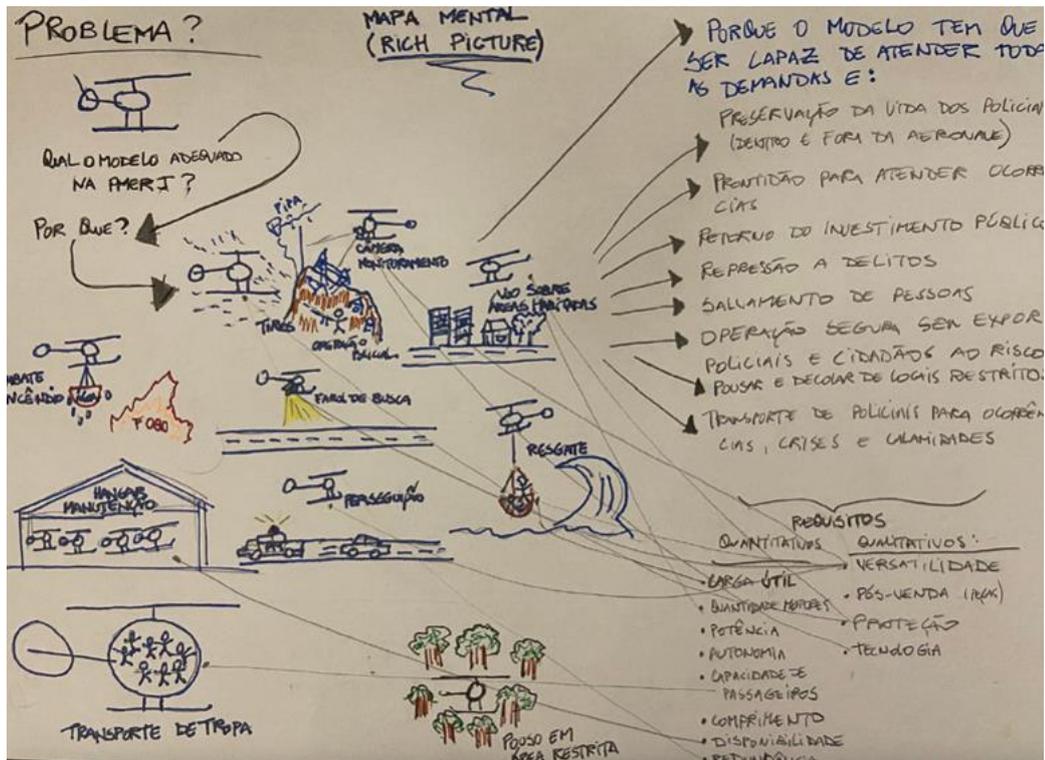
Ademais, a legislação em vigor – o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil nº 90, de 2019 – preconiza que as operações especiais de aviação pública devem ser realizadas por aeronaves civis públicas, ou seja, a norma não autoriza a utilização de quaisquer aeronaves por parte de uma organização policial militar, a não ser que possam ser registradas pelo órgão regulador brasileiro na forma do regulamento em referência.

Daí a justificativa da definição de um modelo de helicóptero, que tenha atributos e características suficientes para o desempenho das atividades mencionadas de forma legal, otimizada e protegida, as quais são exercidas pelo Grupamento Aeromóvel da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (GAM), levando em consideração as características relativas às missões desenvolvidas, às particularidades da região de atuação e aspectos legais.

2.1 FIGURA RICA

Para a compreensão e descrição do problema foi utilizada a metodologia da figura rica, que representa um sistema e suas interações através de diagramas gráficos, permitindo uma visualização mais clara e precisa sobre o tema abordado.

Figura 1 – Figura rica



Fonte: autores (2022).

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Problemas de decisão costumam envolver uma pluralidade de critérios, que muitas vezes podem ser divergentes ou terem mais ou menos influência numa determinada análise, porém são fundamentais para uma classificação de alternativas disponíveis para a solução de um determinado problema (GOMES *et al.*, 2020).

Segundo Aires e Ferreira (2018), a tomada de decisão multicritério é considerada uma das mais utilizadas metodologias para apoio à qualidade dos processos de decisão nos ramos da ciência, governo, negócios e engenharia. A Análise de Decisão de Múltiplos Critérios (MCDA) é uma expressão utilizada para descrever um conjunto de abordagens formais que consideram diversos critérios com o objetivo de auxiliar as partes interessadas a avaliar as decisões que importam, tendo sido de grande valia para a Marinha do Brasil no estudo para determinar o modelo de helicóptero de ataque mais adequado para o desempenho de suas atribuições (DO NASCIMENTO MAÊDA *et al.*, 2021).

Pelo entendimento de Moreira *et al.* (2021), um método baseado em conceitos MCDA requer um conjunto de técnicas para possibilitar uma avaliação

do problema real, que geralmente é constituído por falta de dados, risco, incerteza e opinião conflitante. Assim, utilizou-se uma modelagem levando em consideração a subjetividade do decisor, sempre apresentada quanto à preferência de uma alternativa ou à importância de um critério para selecionar um helicóptero de ataque para a Marinha do Brasil. A avaliação baseada no método PROMETHEE-SAPEVO-M1 possibilitou a superação de alternativas, não apenas considerando a melhor opção, mas levando em consideração outras alternativas favoráveis, permitindo também considerar o emprego de múltiplas aeronaves.

De acordo com Krishankumar *et al.* (2022), a MCDA proporciona uma abordagem sistemática para os tomadores de decisão, os quais deliberarão com base nas avaliações das alternativas, considerando um conjunto de critérios predeterminado de acordo com as preferências dos decisores envolvidos.

Em diversas de situações do cotidiano, torna-se necessário avaliar um grupo de alternativas através de uma multiplicidade de critérios, não sendo exceção no contexto militar, como, por exemplo, em um processo de aquisição de aeronaves por uma força aérea, que requer a consideração de uma ampla variedade de critérios, como teto de serviço, alcance operacional, velocidade de cruzeiro e taxa de subida, tornando a teoria de Tomada de Decisão Multicritério (MCDM) bastante apropriada para abordar esse tipo de problema de decisão (SÁNCHEZ-LOZANO; CORREA-RUBIO; FERNÁNDEZ-MARTÍNEZ, 2022).

Um estudo empregando um método híbrido de análise multicritério, o BWM-Fuzzy TOPSIS, para a seleção de uma aeronave de treinamento moderna para a Força Aérea Popular do Vietnã, que ainda fosse capaz de realizar tarefas de ataque leve e reconhecimento, também chegou à conclusão de um melhor modelo que atendesse aos critérios predeterminados, no caso o Yak-130 (MA, 2022).

Outro estudo empregou o Processo de Hierarquia Analítica (AHP) para selecionar um modelo de helicóptero de carga adequado para as Forças Armadas da Turquia, considerando critérios quantitativos e qualitativos, como desempenho, sistemas aviônicos, manutenção, custo, entre outros, apresentando resultados consistentes e favoráveis a uma boa escolha (USKUDAR *et al.*, 2019).

Considerando que a seleção de um equipamento de defesa militar afeta de forma significativa a prontidão de uma organização responsável por garantir

a soberania do espaço aéreo de um país, como no caso da Força Aérea da Indonésia, a utilização de um método MCDA utilizando a combinação dos métodos de Técnica de Ordem de Preferência por Similaridade a uma Solução Ideal (TOPSIS) e o Processo Analítico Hierárquico (AHP), foram fundamentais para a proposta de um avião de caça eficaz e adequado para a operação de combate aéreo (WIBOWO; PERMANASARI; FAUZIATI, 2017).

Para Dhara *et al.* (2022), o método MCDA também assegura a seleção de uma aeronave executiva leve para aviação civil que seja mais adequada e preferida pelos passageiros com base na eficácia e conforto estético, além de critérios como alcance, equipamentos tecnológicos, arranjos de assentos confortáveis, instalações sanitárias a bordo, entre outros.

Uma metodologia que aplica a combinação entre outros dois métodos de MCDA, como a Técnica de Ordem de Preferência por Similaridade a uma Solução Ideal (TOPSIS) e o Processo Analítico Hierárquico (AHP), também é considerada bastante eficaz para analisar confiabilidade, manutenibilidade, disponibilidade e custos de aeronaves (JACKSON; OCAMPO, 2019).

A despeito de os métodos MCDA serem considerados ferramentas excepcionais com aplicabilidade em diversos problemas de decisão do mundo real que exigem determinar a alternativa ótima quando considerando vários requisitos concorrentes, características de dados de entrada incompletas ou incertas são uma questão proeminente que faz com que os pesquisadores procurem por técnicas modernas ao modelar esses dados em problemas complexos de tomada de decisão, sendo uma dessas técnicas o método WASPAS (SEMENAS; BAUSYS; ZAVADSKAS, 2021).

Uma abordagem WASPAS integrada a conjuntos difusos hesitantes de intervalo tipo 2 (IT2HFS), foi utilizada num estudo para a seleção de um tipo de aeronave mais adequado para uma determinada rota, tendo em vista que é uma das questões cruciais que os tomadores de decisão das companhias aéreas têm que enfrentar sob incerteza, com base em vários critérios comerciais, de marketing e operacionais, tendo os resultados mostrado que o Airbus 32C é a alternativa adequada para uma determinada rota entre os aeroportos de Kuwait e Istambul (DEVECI *et al.*, 2022).

Em área distinta da aviação, mas pertinente a um problema de decisão multicritérios, um estudo para selecionar um modo de entrega de última milha mais adequado, aprovou a alta confiabilidade do método WASPAS, devido à alta

robustez e consistência, definindo o modelo como apropriado para melhorar as formas de entregas em áreas urbanas em todo o mundo (SIMIĆ; LAZAREVIĆ; DOBRODOLAC, 2021).

Por fim, consoante ao que diz Aktas e Kabak (2022), um modelo analítico de tomada de decisão baseado no método Difuso de Pitágoras com Valor de Intervalo (IVPF) combinado com o método WASPAS, é eficaz na escolha de uma alternativa de aeronave não tripulada mais adequada para operações de entrega.

4 METODOLOGIA

Com a finalidade de evidenciar a construção do conhecimento, foi utilizada a base de dados Scopus para designar artigos científicos relacionados aos métodos de apoio multicritério à decisão, com a pesquisa sendo realizada em novembro de 2022, se limitando ao levantamento da produção científica dos últimos cinco anos (2017-2022) e se restringindo a artigos de periódicos. Para seleção dos artigos, foram utilizados os caracteres booleanos “AND” e “OR” sobre resumos, títulos de artigos e palavras-chave. No campo de busca, foram usados os seguintes termos: “Weighted Aggregated Sum Product Assessment”, “WASPAS”, “Multicriteria Analysis”, “Multicriteria decision making”, “MCDM”, “MCDA”. A seleção de artigos associados à seleção de aeronaves, foi realizada com os seguintes termos: “Aircraft”, “Helicopter”, “Unmanned Aircraft” e “Drones”.

Os dados foram coletados através de questionário, não identificado, e disposto em perguntas abertas e fechadas, o qual foi aplicado para pilotos de helicóptero e operadores aerotáticos de Unidades Aéreas Públicas (UAP) de diversos estados da federação, com o intuito de obter avaliações para os modelos de helicóptero em relação a critérios predefinidos, bem como para estabelecer o peso de cada critério.

Os modelos de helicóptero utilizados na pesquisa foram definidos com base nas aeronaves que são utilizadas por forças policiais no Brasil, além de referenciar tipos especificados em estudos técnicos recentes elaborados pelo GAM para aquisição de helicópteros. Já os critérios foram determinados de acordo com as características necessárias para o desenvolvimento de atividades aéreas policiais. Os participantes da pesquisa só puderam avaliar os critérios subjetivos relacionados às características das aeronaves, como versatilidade, redundância de sistemas, capacidade para voos por instrumentos, piloto

automático, tecnologia embarcada, potência do motor, pós-venda, disponibilidade e proteção, tendo em vista que os demais critérios são dados técnicos imutáveis referentes à fabricação, como autonomia, velocidade máxima, número máximo de pessoa a bordo, quantidade de motores, peso máximo de decolagem, carga útil e comprimento, os quais foram obtidos em consulta aos fabricantes, assim como os preços.

Para a análise dos dados obtidos foi empregado o método da Avaliação de Produto de Soma Agregada Ponderada (WASPAS), o qual combina dois outros métodos com o objetivo de aumentar a precisão na ordenação das soluções: Método da Soma Ponderada (WSM) e Método do Produto Ponderado (WPM).

Figura 2 – Metodologia



Fonte: Autores (2022)

5 PROPOSTA DE SOLUÇÃO

O problema em análise tem como objetivo a seleção de modelos de helicópteros mais adequados à atividade aérea policial no estado do Rio de Janeiro, através do método WASPAS, o qual foi proposto por Zavadskas *et al.* (2012). Para a avaliação e definição das variáveis, foi aplicado questionário e realizada consulta a Unidades Aéreas e a dados técnicos fornecidos pelos fabricantes de aeronaves, resultando num conjunto de quinze alternativas e dezessete critérios, conforme detalhado no Quadro 1.

Quadro 1 – Alternativas e critérios estabelecidos para a análise

| Helicópteros | | Critérios | |
|--------------|-------------------------------|-----------|---------------------------------------|
| | | 1 | Preço (US\$) |
| | | 2 | Autonomia (minutos) |
| 1 | Airbus H125 B3 (Esquilo) | 3 | Velocidade VNE (nós) |
| 2 | Airbus H125 B2 (Esquilo) | 4 | Número máximo de pessoas a bordo |
| 3 | Airbus H355 (Esquilo Bimotor) | 5 | Versatilidade |
| 4 | Airbus EC 145 (BK-117 C2) | 6 | Quantidade de motores |
| 5 | Airbus EC 135 | 7 | Redundância de sistemas |
| 6 | Airbus EC 120 (Colibri) | 8 | Peso máximo de decolagem (Kg) |
| 7 | Bell UH-1H (Huey II) | 9 | Carga útil (Kg) |
| 8 | Bell 206 (Long Ranger) | 10 | Capacidade para voos por instrumentos |
| 9 | Bell 412 | 11 | Piloto automático |
| 10 | Bell 429 | 12 | Tecnologia embarcada |
| 11 | Leonardo AW 119 Kx | 13 | Comprimento (metros) |
| 12 | Leonardo AW 139 | 14 | Potência do motor |
| 13 | Robinson 44 | 15 | Pós-venda |
| 14 | Robinson 66 | 16 | Disponibilidade |
| 15 | Sikorsky UH-60 (Black Hawk) | 17 | Proteção |

Fonte: Autores (2022)

5.1 AVALIAÇÃO DAS ALTERNATIVAS

Para a avaliação das alternativas em relação a cada critério subjetivo relacionado às características das aeronaves, como versatilidade, redundância de sistemas, capacidade para voos por instrumentos, piloto automático, tecnologia embarcada, potência do motor, pós-venda, disponibilidade e proteção, o questionário estabeleceu os seguintes valores: 1 (muito ruim), 2 (ruim), 3 (razoável), 4 (bom) e 5 (muito bom). O valor final inserido na tabela 1 foi o resultado da média aritmética referente à quantidade de cada valor atribuído e ao total de avaliações realizadas.

Os valores dos demais critérios, como autonomia, velocidade máxima, número máximo de pessoa a bordo, quantidade de motores, peso máximo de decolagem, carga útil, comprimento e peso, foram obtidos em consulta aos fabricantes.

Quadro 2 – Matriz de avaliação das aeronaves em relação aos critérios

| MATRIZ DE DECISÃO INICIAL (ALTERNATIVAS X CRITÉRIOS) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|---------------|-----|-----|----|-----|---|-----|--------|-------|-----|-----|-----|-------|------|-----|-----|-----|
| Helicópteros | Critérios | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 1 | 4.826.857,00 | 200 | 155 | 6 | 4,7 | 1 | 3,0 | 2.250 | 976 | 1,8 | 2,0 | 3,6 | 10,90 | 4,50 | 4,0 | 4,0 | 1,7 |
| 2 | 1.500.000,00 | 200 | 155 | 6 | 4,6 | 1 | 2,7 | 2.250 | 1.000 | 1,8 | 1,6 | 2,8 | 10,90 | 3,90 | 3,9 | 3,9 | 1,8 |
| 3 | 1.500.000,00 | 200 | 150 | 6 | 4,5 | 2 | 3,2 | 2.600 | 930 | 2,2 | 3,0 | 3,2 | 11,00 | 3,50 | 3,5 | 3,7 | 1,7 |
| 4 | 9.000.000,00 | 210 | 150 | 11 | 3,8 | 2 | 4,0 | 3.585 | 1.905 | 3,5 | 3,5 | 3,8 | 13,00 | 3,30 | 3,3 | 4,0 | 1,3 |
| 5 | 6.000.000,00 | 216 | 136 | 8 | 3,8 | 2 | 4,0 | 2.980 | 1.418 | 3,5 | 3,5 | 3,8 | 12,26 | 3,30 | 3,3 | 5,0 | 1,3 |
| 6 | 795.000,00 | 312 | 150 | 6 | 3,0 | 1 | 2,0 | 1.715 | 755 | 2,0 | 1,0 | 3,0 | 9,60 | 2,50 | 3,0 | 4,0 | 1,5 |
| 7 | 8.420.000,00 | 120 | 130 | 13 | 4,2 | 1 | 2,4 | 4.772 | 2.300 | 2,4 | 2,2 | 2,8 | 13,30 | 3,90 | 2,3 | 2,1 | 4,3 |
| 8 | 2.000.000,00 | 222 | 130 | 7 | 3,0 | 1 | 1,0 | 1.451 | 600 | 1,0 | 1,0 | 2,0 | 8,74 | 2,00 | 3,0 | 3,0 | 1,0 |
| 9 | 6.000.000,00 | 228 | 124 | 15 | 4,0 | 2 | 4,0 | 5.400 | 2.327 | 3,0 | 4,0 | 4,0 | 14,20 | 4,00 | 3,0 | 3,0 | 3,0 |
| 10 | 7.000.000,00 | 270 | 155 | 8 | 5,0 | 2 | 4,0 | 3.402 | 1.476 | 3,0 | 4,0 | 4,0 | 13,00 | 4,00 | 3,0 | 4,0 | 2,0 |
| 11 | 3.600.000,00 | 312 | 152 | 8 | 5,0 | 1 | 3,3 | 2.850 | 908 | 3,0 | 3,0 | 4,3 | 13,00 | 4,00 | 4,0 | 4,0 | 4,0 |
| 12 | 12.000.000,00 | 260 | 167 | 17 | 5,0 | 2 | 5,0 | 6.800 | 2.300 | 4,5 | 5,0 | 4,5 | 16,60 | 4,00 | 4,0 | 4,5 | 3,0 |
| 13 | 450.000,00 | 200 | 130 | 4 | 2,5 | 1 | 1,0 | 1.134 | 320 | 1,0 | 1,0 | 1,0 | 9,00 | 2,00 | 4,0 | 4,5 | 1,0 |
| 14 | 1.260.000,00 | 180 | 140 | 5 | 3,0 | 1 | 1,0 | 1.225 | 420 | 1,0 | 1,0 | 3,0 | 9,00 | 3,00 | 3,0 | 4,0 | 1,0 |
| 15 | 25.000.000,00 | 468 | 159 | 14 | 5,0 | 2 | 4,7 | 10.660 | 4.100 | 4,6 | 3,8 | 4,4 | 20,00 | 5,00 | 4,3 | 4,8 | 5,0 |

Fonte: Autores (2022)

5.2 NORMALIZAÇÃO DOS VALORES DAS VARIÁVEIS

Pela análise da Tabela 1, constata-se que os valores estão em unidades distintas. Logo, é necessária a normalização a fim de padronizar esses dados.

Inicialmente, definiu-se os critérios monotônicos de benefício e os monotônicos de desvantagem. Para os monotônicos de benefício, ou seja, quanto maior o valor melhor, foram definidos os critérios 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16 e 17. Nesses casos, de acordo com Zavadskas *et al.* (2012), a equação utilizada para a normalização é:

Figura 3 – Equação para normalização de critérios monotônicos de benefício

Normalização para monotônico de "benefício"

$$\bar{X}_{ij} = \frac{X_{ij}}{\max_i X_{ij}}$$

Fonte: Adaptado de Zavadskas et al. (2012)

Para os monotônicos de desvantagem, ou seja, quanto maior o valor pior, foram definidos os critérios 1 e 13. Nesses casos, de acordo com Zavadskas *et al.* (2012), a equação utilizada para a normalização é:

Figura 4 – Equação para normalização de critérios monotônicos de desvantagem

$$\bar{X}_{ij} = \frac{\min_i X_{ij}}{X_{ij}}$$

Fonte: Adaptado de Zavadskas et al. (2012)

Após a aplicação das equações referenciadas, foi elaborada a Tabela 2 com os valores normalizados.

Quadro 3 – Matriz de avaliação das aeronaves em relação aos critérios com valores normalizados

| MATRIZ DE DECISÃO NORMALIZADA (ALTERNATIVAS X CRITÉRIOS) | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Helicópteros | Critérios | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| 1 | 0,093 | 0,427 | 0,928 | 0,353 | 0,940 | 0,500 | 0,600 | 0,211 | 0,238 | 0,391 | 0,400 | 0,800 | 0,802 | 0,900 | 0,930 | 0,800 | 0,340 |
| 2 | 0,300 | 0,427 | 0,928 | 0,353 | 0,920 | 0,500 | 0,540 | 0,211 | 0,244 | 0,391 | 0,320 | 0,622 | 0,802 | 0,780 | 0,907 | 0,780 | 0,360 |
| 3 | 0,300 | 0,427 | 0,898 | 0,353 | 0,900 | 1,000 | 0,640 | 0,244 | 0,227 | 0,478 | 0,600 | 0,711 | 0,795 | 0,700 | 0,814 | 0,740 | 0,340 |
| 4 | 0,050 | 0,449 | 0,898 | 0,647 | 0,760 | 1,000 | 0,800 | 0,336 | 0,465 | 0,761 | 0,700 | 0,844 | 0,672 | 0,660 | 0,767 | 0,800 | 0,260 |
| 5 | 0,075 | 0,462 | 0,814 | 0,471 | 0,760 | 1,000 | 0,800 | 0,280 | 0,346 | 0,761 | 0,700 | 0,844 | 0,713 | 0,660 | 0,767 | 1,000 | 0,260 |
| 6 | 0,566 | 0,667 | 0,898 | 0,353 | 0,600 | 0,500 | 0,400 | 0,161 | 0,184 | 0,435 | 0,200 | 0,667 | 0,910 | 0,500 | 0,698 | 0,800 | 0,300 |
| 7 | 0,053 | 0,256 | 0,778 | 0,765 | 0,840 | 0,500 | 0,480 | 0,448 | 0,561 | 0,522 | 0,440 | 0,622 | 0,657 | 0,780 | 0,535 | 0,420 | 0,860 |
| 8 | 0,225 | 0,474 | 0,778 | 0,412 | 0,600 | 0,500 | 0,200 | 0,136 | 0,146 | 0,217 | 0,200 | 0,444 | 1,000 | 0,400 | 0,698 | 0,600 | 0,200 |
| 9 | 0,075 | 0,487 | 0,743 | 0,882 | 0,800 | 1,000 | 0,800 | 0,507 | 0,568 | 0,652 | 0,800 | 0,889 | 0,615 | 0,800 | 0,698 | 0,600 | 0,600 |
| 10 | 0,064 | 0,577 | 0,928 | 0,471 | 1,000 | 1,000 | 0,800 | 0,319 | 0,360 | 0,652 | 0,800 | 0,889 | 0,672 | 0,800 | 0,698 | 0,800 | 0,400 |
| 11 | 0,125 | 0,667 | 0,910 | 0,471 | 1,000 | 0,500 | 0,660 | 0,267 | 0,221 | 0,652 | 0,600 | 0,956 | 0,672 | 0,800 | 0,930 | 0,800 | 0,800 |
| 12 | 0,038 | 0,556 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 0,638 | 0,561 | 0,978 | 1,000 | 1,000 | 0,527 | 0,800 | 0,930 | 0,900 | 0,600 |
| 13 | 1,000 | 0,427 | 0,778 | 0,235 | 0,500 | 0,500 | 0,200 | 0,106 | 0,078 | 0,217 | 0,200 | 0,222 | 0,971 | 0,400 | 0,930 | 0,900 | 0,200 |
| 14 | 0,357 | 0,385 | 0,838 | 0,294 | 0,600 | 0,500 | 0,200 | 0,115 | 0,102 | 0,217 | 0,200 | 0,667 | 0,971 | 0,600 | 0,698 | 0,800 | 0,200 |
| 15 | 0,018 | 1,000 | 0,952 | 0,824 | 1,000 | 1,000 | 0,940 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 0,760 | 0,978 | 0,437 | 1,000 | 1,000 | 0,960 | 1,000 |

Fonte: Autores (2022)

5.3 DEFINIÇÃO DOS PESOS DOS CRITÉRIOS

Para a atribuição dos pesos dos critérios, o questionário estabeleceu os seguintes valores: 1 (irrelevante), 2 (pouco importante), 3 (importante) e 4 (muito importante). Inicialmente obteve-se o valor médio de cada critério a partir do resultado da média aritmética referente à quantidade de cada valor atribuído e ao total de avaliações realizadas. Posteriormente, verificou-se o percentual de cada valor médio em relação a soma total de todos os valores médios obtidos, definindo assim o peso final de cada critério, conforme a Tabela 3.

Tabela 3 – Matriz referente aos pesos dos critérios

| MATRIZ DE PESOS DOS CRITÉRIOS | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|
| Valores | Critérios | | | | | | | | | | | | | | | | |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 |
| | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. | Qtde. |
| 1 | 4 | 1 | 2 | 1 | 1 | 2 | 1 | 1 | 1 | 4 | 3 | 1 | 4 | 1 | 3 | 1 | 2 |
| 2 | 12 | 2 | 4 | 2 | 1 | 5 | 4 | 1 | 3 | 12 | 18 | 5 | 10 | 1 | 3 | 2 | 2 |
| 3 | 12 | 11 | 24 | 16 | 4 | 13 | 14 | 11 | 7 | 13 | 11 | 16 | 14 | 10 | 12 | 6 | 6 |
| 4 | 4 | 18 | 2 | 13 | 26 | 12 | 13 | 19 | 21 | 3 | 0 | 10 | 4 | 20 | 14 | 23 | 22 |
| Peso médio | 8,5 | 9,4 | 8,8 | 9,3 | 9,7 | 9,1 | 9,2 | 9,5 | 9,5 | 8,5 | 8,3 | 9,1 | 8,6 | 9,5 | 9,2 | 9,6 | 9,5 |
| Peso final | 0,047 | 0,065 | 0,053 | 0,062 | 0,070 | 0,058 | 0,060 | 0,066 | 0,066 | 0,046 | 0,042 | 0,058 | 0,048 | 0,066 | 0,059 | 0,068 | 0,066 |

Fonte: Autores (2022)

5.4 MÉTODO DA SOMA PONDERADA (WSM)

Dada a matriz de decisão (Tabela 2) e a matriz de pesos dos critérios (Tabela 3), calcula-se a importância relativa das alternativas, denominada Q_i , conforme equação representada na Figura 3 (ZAVADSKAS *et al.*, 2012).

Figura 5 – Equação do Método da Soma Ponderada (WSM)

$$Q_i^{(1)} = \sum_{j=1}^m \bar{x}_{ij} w_j$$

\bar{x}_{ij} = valor normalizado de x_{ij} (Tabela 2)

w_j = peso final de cada critério (Tabela 3)

Fonte: Adaptado de Zavadskas et al. (2012)

Os resultados obtidos foram detalhados na Tabela 4.

Quadro 4 – Matriz referente ao Método da Soma Ponderada (WSM)

| MATRIZ WSM | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------------------|
| Helicópteros | Critérios | | | | | | | | | | | | | | | | | Preferência WSM $Q_i^{(1)}$ |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | |
| 1 | 0,004 | 0,028 | 0,049 | 0,022 | 0,066 | 0,029 | 0,036 | 0,014 | 0,016 | 0,018 | 0,017 | 0,047 | 0,039 | 0,060 | 0,055 | 0,054 | 0,022 | 0,575 |
| 2 | 0,014 | 0,028 | 0,049 | 0,022 | 0,064 | 0,029 | 0,033 | 0,014 | 0,016 | 0,018 | 0,014 | 0,036 | 0,039 | 0,052 | 0,054 | 0,053 | 0,024 | 0,557 |
| 3 | 0,014 | 0,028 | 0,047 | 0,022 | 0,063 | 0,058 | 0,039 | 0,016 | 0,015 | 0,022 | 0,025 | 0,041 | 0,038 | 0,046 | 0,048 | 0,050 | 0,022 | 0,596 |
| 4 | 0,002 | 0,029 | 0,047 | 0,040 | 0,053 | 0,058 | 0,048 | 0,022 | 0,031 | 0,035 | 0,030 | 0,049 | 0,032 | 0,044 | 0,046 | 0,054 | 0,017 | 0,638 |
| 5 | 0,004 | 0,030 | 0,043 | 0,029 | 0,053 | 0,058 | 0,048 | 0,018 | 0,023 | 0,035 | 0,030 | 0,049 | 0,034 | 0,044 | 0,046 | 0,068 | 0,017 | 0,628 |
| 6 | 0,027 | 0,043 | 0,047 | 0,022 | 0,042 | 0,029 | 0,024 | 0,011 | 0,012 | 0,020 | 0,008 | 0,039 | 0,044 | 0,033 | 0,041 | 0,054 | 0,020 | 0,516 |
| 7 | 0,003 | 0,017 | 0,041 | 0,047 | 0,059 | 0,029 | 0,029 | 0,029 | 0,037 | 0,024 | 0,019 | 0,036 | 0,032 | 0,052 | 0,032 | 0,028 | 0,057 | 0,570 |
| 8 | 0,011 | 0,031 | 0,041 | 0,025 | 0,042 | 0,029 | 0,012 | 0,009 | 0,010 | 0,010 | 0,008 | 0,026 | 0,048 | 0,027 | 0,041 | 0,041 | 0,013 | 0,424 |
| 9 | 0,004 | 0,031 | 0,039 | 0,054 | 0,056 | 0,058 | 0,048 | 0,033 | 0,037 | 0,030 | 0,034 | 0,052 | 0,030 | 0,053 | 0,041 | 0,041 | 0,039 | 0,682 |
| 10 | 0,003 | 0,037 | 0,049 | 0,029 | 0,070 | 0,058 | 0,048 | 0,021 | 0,024 | 0,030 | 0,034 | 0,052 | 0,032 | 0,053 | 0,041 | 0,054 | 0,026 | 0,662 |
| 11 | 0,006 | 0,043 | 0,048 | 0,029 | 0,070 | 0,029 | 0,040 | 0,018 | 0,015 | 0,030 | 0,025 | 0,056 | 0,032 | 0,053 | 0,055 | 0,054 | 0,053 | 0,655 |
| 12 | 0,002 | 0,036 | 0,053 | 0,062 | 0,070 | 0,058 | 0,060 | 0,042 | 0,037 | 0,045 | 0,042 | 0,058 | 0,025 | 0,053 | 0,055 | 0,061 | 0,039 | 0,799 |
| 13 | 0,047 | 0,028 | 0,041 | 0,015 | 0,035 | 0,029 | 0,012 | 0,007 | 0,005 | 0,010 | 0,008 | 0,013 | 0,047 | 0,027 | 0,055 | 0,061 | 0,013 | 0,452 |
| 14 | 0,017 | 0,025 | 0,044 | 0,018 | 0,042 | 0,029 | 0,012 | 0,008 | 0,007 | 0,010 | 0,008 | 0,039 | 0,047 | 0,040 | 0,041 | 0,054 | 0,013 | 0,454 |
| 15 | 0,001 | 0,065 | 0,050 | 0,051 | 0,070 | 0,058 | 0,057 | 0,066 | 0,066 | 0,046 | 0,032 | 0,057 | 0,021 | 0,066 | 0,059 | 0,065 | 0,066 | 0,896 |

Fonte: Autores (2022)

5.5 MÉTODO DO PRODUTO PONDERADO (WPM)

Dada a matriz de decisão (Tabela 2) e a matriz de pesos dos critérios (Tabela 3), calcula-se a importância relativa das alternativas a_i , denominada Q_i , conforme equação representada na Figura 3 (ZAVADSKAS *et al.*, 2012).

Figura 6 – Equação do Método do Produto Ponderado (WPM)

$$Q_i^{(2)} = \prod_{j=1}^m (\bar{x}_{ij})^{w_j}$$

\bar{x}_{ij} = valor normalizado de x_{ij} (Tabela 2)

w_j = peso final de cada critério (Tabela 3)

Fonte: Adaptado de Zavadskas et al. (2012)

Os resultados obtidos foram detalhados na Tabela 5.

Quadro 5 – Matriz referente ao Método do Produto Ponderado (WPM)

| MATRIZ WPM | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--------------|-----------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-----------------------------|
| Helicópteros | Critérios | | | | | | | | | | | | | | | | | Preferência WPM $Q_i^{(2)}$ |
| | 1 | 2 | 3 | 4 | 5 | 6 | 7 | 8 | 9 | 10 | 11 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | |
| 1 | 0,895 | 0,947 | 0,996 | 0,938 | 0,996 | 0,961 | 0,970 | 0,903 | 0,910 | 0,957 | 0,962 | 0,987 | 0,989 | 0,993 | 0,996 | 0,985 | 0,932 | 0,492 |
| 2 | 0,945 | 0,947 | 0,996 | 0,938 | 0,994 | 0,961 | 0,963 | 0,903 | 0,911 | 0,957 | 0,953 | 0,973 | 0,989 | 0,984 | 0,994 | 0,983 | 0,935 | 0,499 |
| 3 | 0,945 | 0,947 | 0,994 | 0,938 | 0,993 | 1,000 | 0,973 | 0,911 | 0,907 | 0,966 | 0,979 | 0,980 | 0,989 | 0,977 | 0,988 | 0,980 | 0,932 | 0,538 |
| 4 | 0,869 | 0,950 | 0,994 | 0,974 | 0,981 | 1,000 | 0,987 | 0,931 | 0,951 | 0,987 | 0,985 | 0,990 | 0,981 | 0,973 | 0,984 | 0,985 | 0,915 | 0,558 |
| 5 | 0,885 | 0,951 | 0,989 | 0,955 | 0,981 | 1,000 | 0,987 | 0,920 | 0,933 | 0,987 | 0,985 | 0,990 | 0,984 | 0,973 | 0,984 | 1,000 | 0,915 | 0,548 |
| 6 | 0,974 | 0,974 | 0,994 | 0,938 | 0,965 | 0,961 | 0,946 | 0,887 | 0,895 | 0,962 | 0,934 | 0,977 | 0,995 | 0,955 | 0,979 | 0,985 | 0,924 | 0,457 |
| 7 | 0,871 | 0,916 | 0,987 | 0,984 | 0,988 | 0,961 | 0,957 | 0,949 | 0,963 | 0,970 | 0,966 | 0,973 | 0,980 | 0,984 | 0,964 | 0,943 | 0,990 | 0,508 |
| 8 | 0,932 | 0,953 | 0,987 | 0,947 | 0,965 | 0,961 | 0,907 | 0,877 | 0,881 | 0,932 | 0,934 | 0,954 | 1,000 | 0,941 | 0,979 | 0,966 | 0,900 | 0,359 |
| 9 | 0,885 | 0,955 | 0,984 | 0,992 | 0,985 | 1,000 | 0,987 | 0,956 | 0,963 | 0,980 | 0,991 | 0,993 | 0,977 | 0,985 | 0,979 | 0,966 | 0,967 | 0,627 |
| 10 | 0,879 | 0,965 | 0,996 | 0,955 | 1,000 | 1,000 | 0,987 | 0,928 | 0,935 | 0,980 | 0,991 | 0,993 | 0,981 | 0,985 | 0,979 | 0,985 | 0,942 | 0,584 |
| 11 | 0,907 | 0,974 | 0,995 | 0,955 | 1,000 | 0,961 | 0,975 | 0,917 | 0,906 | 0,980 | 0,979 | 0,997 | 0,981 | 0,985 | 0,996 | 0,985 | 0,985 | 0,584 |
| 12 | 0,857 | 0,963 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 0,971 | 0,963 | 0,999 | 1,000 | 1,000 | 0,970 | 0,985 | 0,996 | 0,993 | 0,967 | 0,704 |
| 13 | 1,000 | 0,947 | 0,987 | 0,915 | 0,953 | 0,961 | 0,907 | 0,863 | 0,846 | 0,932 | 0,934 | 0,916 | 0,999 | 0,941 | 0,996 | 0,993 | 0,900 | 0,345 |
| 14 | 0,953 | 0,940 | 0,991 | 0,927 | 0,965 | 0,961 | 0,907 | 0,867 | 0,861 | 0,932 | 0,934 | 0,977 | 0,999 | 0,967 | 0,979 | 0,985 | 0,900 | 0,368 |
| 15 | 0,828 | 1,000 | 0,997 | 0,988 | 1,000 | 1,000 | 0,996 | 1,000 | 1,000 | 1,000 | 0,988 | 0,999 | 0,961 | 1,000 | 1,000 | 0,997 | 1,000 | 0,769 |

Fonte: Autores (2022)

5.6 AGREGAÇÃO DOS MÉTODOS WSM E WPM

De acordo com Zavadskas *et al.* (2012), com o objetivo de elevar a precisão de classificação e a eficácia do processo de tomada de decisão, foi generalizada a

equação da Figura 6, que agrega os dois métodos utilizados na análise. Para calcular a importância relativa dos métodos, utiliza-se a variável λ , cujos valores variam de zero a um ($0 \leq \lambda \leq 1$). No presente estudo, a fim de aumentar a precisão dos resultados, foram utilizados três valores para a variável λ : 0.25, 0.5 e 0.75.

Figura 7 – Equação para agregação dos métodos WSM e WPM

$$Q_i = \lambda Q_i^{(1)} + (1 - \lambda) Q_i^{(2)} = \lambda \sum_{j=1}^m \bar{x}_{ij} w_j + (1 - \lambda) \prod_{j=1}^m (\bar{x}_{ij})^{w_j}$$

Fonte: Adaptado de Zavadskas et al. (2012)

Inicialmente, foi adotado valor para a variável λ de 0,25. Tendo em vista que as melhores alternativas são as que possuem maior valor de Q_i , ranqueou-se as alternativas em ordem decrescente, conforme detalhado na tabela 6.

Quadro 6 – Classificação das alternativas ($\lambda = 0,25$)

| Classificação | Helicópteros | Resultado |
|---------------|-------------------------------|-----------|
| 1º | Sikorsky UH-60 (Black Hawk) | 0,801 |
| 2º | Leonardo AW 139 | 0,727 |
| 3º | Bell 412 | 0,641 |
| 4º | Bell 429 | 0,604 |
| 5º | Leonardo AW119 Kx | 0,602 |
| 6º | Airbus EC 145 (BK-117 C2) | 0,578 |
| 7º | Airbus EC135 | 0,568 |
| 8º | Airbus H355 (Esquilo Bimotor) | 0,552 |
| 9º | Bell UH-1H II (Huey II) | 0,523 |
| 10º | Airbus H125 (Esquilo) B2 | 0,514 |
| 11º | Airbus H125 (Esquilo) B3 | 0,512 |
| 12º | Airbus EC 120 (Colibri) | 0,472 |
| 13º | Robinson 66 | 0,389 |
| 14º | Bell 206 (Long Ranger) | 0,375 |
| 15º | Robinson 44 | 0,372 |

Fonte: Autores (2022)

Em seguida, foi adotado valor para a variável λ de 0.50. Os resultados obtidos foram detalhados na Tabela 7.

Quadro 7 – Classificação das alternativas ($\lambda = 0,50$)

| Classificação | Helicópteros | Preferência Agravada (Q) |
|---------------|-------------------------------|--------------------------|
| 1º | Sikorsky UH-60 (Black Hawk) | 0,832 |
| 2º | Leonardo AW 139 | 0,751 |
| 3º | Bell 412 | 0,654 |
| 4º | Bell 429 | 0,623 |
| 5º | Leonardo AW119 Kx | 0,620 |
| 6º | Airbus EC 145 (BK-117 C2) | 0,598 |
| 7º | Airbus EC135 | 0,588 |
| 8º | Airbus H355 (Esquilo Bimotor) | 0,567 |
| 9º | Bell UH-1H II (Huey II) | 0,539 |
| 10º | Airbus H125 (Esquilo) B3 | 0,533 |
| 11º | Airbus H125 (Esquilo) B2 | 0,528 |
| 12º | Airbus EC 120 (Colibri) | 0,487 |
| 13º | Robinson 66 | 0,411 |
| 14º | Robinson 44 | 0,399 |
| 15º | Bell 206 (Long Ranger) | 0,391 |

Fonte: Autores (2022)

Por fim, foi adotado valor para a variável λ de 0.75. Os resultados obtidos foram detalhados na Tabela 8.

Quadro 8 – Classificação das alternativas ($\lambda = 0,75$)

| Classificação | Helicópteros | Resultado |
|---------------|-------------------------------|-----------|
| 1º | Sikorsky UH-60 (Black Hawk) | 0,864 |
| 2º | Leonardo AW 139 | 0,775 |
| 3º | Bell 412 | 0,668 |
| 4º | Bell 429 | 0,643 |
| 5º | Leonardo AW119 Kx | 0,637 |
| 6º | Airbus EC 145 (BK-117 C2) | 0,618 |
| 7º | Airbus EC135 | 0,608 |
| 8º | Airbus H355 (Esquilo Bimotor) | 0,581 |
| 9º | Bell UH-1H II (Huey II) | 0,554 |
| 10º | Airbus H125 (Esquilo) B3 | 0,554 |
| 11º | Airbus H125 (Esquilo) B2 | 0,542 |
| 12º | Airbus EC 120 (Colibri) | 0,502 |
| 13º | Robinson 66 | 0,432 |
| 14º | Robinson 44 | 0,425 |
| 15º | Bell 206 (Long Ranger) | 0,407 |

Fonte: Autores (2022)

6 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Pela análise das classificações obtidas, conforme evidenciado nas Tabelas 6, 7 e 8, observa-se que os resultados pouco se alteraram com as mudanças do valor da variável λ , inclusive a ordenação das alternativas permaneceu a mesma nas três tabelas até a nona posição. Houve uma pequena alternância entre a décima e a décima primeira posição, assim como entre a penúltima e última posição. Entretanto, os valores permaneceram bem próximos.

Nota-se que, matematicamente, o modelo de helicóptero mais adequado à atividade aérea policial no estado do Rio de Janeiro é o Sikorsky UH-60 (Black Hawk), pois foi a aeronave que obteve o melhor resultado com a aplicação do método em todas as hipóteses, se isolando das demais nas classificações. Esse resultado reflete a capacidade dessa aeronave de atuar com efetividade em distintas missões e de proporcionar um maior nível de proteção à tripulação em ambientes hostis, uma das maiores preocupações dos aviadores de segurança pública, conforme pode se constatar pela observação da Tabela 1, em que o modelo em questão foi o único a obter a avaliação média máxima dentre os helicópteros no critério proteção, critério esse avaliado como de segundo maior peso. Destaca-se ainda, que no critério disponibilidade, o de maior peso, o UH-60 obteve a melhor avaliação.

Outro aspecto que merece ser considerado é a proximidade dos resultados obtidos para as alternativas classificadas entre a segunda e a quinta posição, demonstrando que essas aeronaves também são capazes de atender aos requisitos predefinidos com eficácia, o que as torna boas opções.

Embora as alternativas classificadas entre a sexta e a décima primeira posição nas três hipóteses tenham ocupado a zona intermediária da classificação, cabe ressaltar que os resultados também foram próximos e que se tratam de modelos de helicóptero bastante utilizados por forças policiais no Brasil e em diversos países, demonstrando serem aeronaves com aplicabilidade em determinados tipos de missão policial, mesmo que não sejam consideradas as melhores opções.

Em relação às alternativas que ocupam as quatro últimas posições na classificação nas três hipóteses, observa-se que os resultados obtidos foram muito baixos e afastados dos demais, o que leva a considerar essas aeronaves como modelos inadequados ou limitados para o alcance dos objetivos que se almejam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como propósito resolver um problema real da Polícia Militar do estado do Rio de Janeiro, no que tange a definição de um modelo de helicóptero mais adequado ao cumprimento eficaz e seguro das missões desenvolvidas pelo Grupamento Aeromóvel, o que foi alcançado com a indicação da aeronave UH-60 (Black Hawk) como o melhor modelo por meio do método WASPAS, comprovando uma percepção que já prevalece no setor da aviação de

segurança pública e militar. A classificação final das alternativas também é relevante para a discussão acerca do emprego de cada um dos modelos. Assim, conclui-se que o método WASPAS mostrou-se eficiente para a solução do problema proposto.

Os resultados obtidos podem auxiliar o Comando da Corporação em processos decisórios complexos, que envolvam múltiplas alternativas e critérios, como no caso de aquisição de aeronaves.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AIRES, R. F. F.; FERREIRA, L. The rank reversal problem in multi-criteria decision making: A literature review. **Pesquisa Operacional**, v. 38, n. 2, p. 331–362, 2018.

AKTAS, A.; KABAK, M. **An Application of Interval Valued Pythagorean Fuzzy WASPAS Method for Drone Selection to Last Mile Delivery Operations**. [s.l.: s.n.].

BRASIL. IBGE. **Censo Demográfico**, 2021. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 07 nov. 2022.

_____. **RBAC 90 - Requisitos para operações especiais de aviação pública**. Brasília, 2019.

DEVECI, M. et al. Interval type-2 hesitant fuzzy Entropy-based WASPAS approach for aircraft type selection. **Applied Soft Computing**, v. 114, 2022.

DHARA, A. et al. An efficient decision support system for selecting very light business jet using CRITIC-TOPSIS method. **Aircraft Engineering and Aerospace Technology**, v. 94, n. 3, p. 458–472, 2022.

DO NASCIMENTO MAÊDA, S. M. et al. **The SAPEVO-M-NC method**. [s.l.: s.n.]. v. 341

GENTIL-FERNANDES, L.; GUEDES-NETO, J. V.; INCIO, J. From Drug Lords to Police State: The Effects of Order Transition on Local Economies. **Comparative Political Studies**, v. 55, n. 10, p. 1765–1801, 2022.

GOMES, C. F. S. et al. Sapevo-m: A group multicriteria ordinal ranking method. **Pesquisa Operacional**, v. 40, p. 1–23, 2020.

JACKSON, D. W.; OCAMPO, R. **A methodology for aircraft reliability, maintainability, availability, and cost management**. Proceedings - Annual Reliability and Maintainability Symposium, 2019.

KRISHANKUMAR, R. et al. A new decision model with integrated approach for healthcare waste treatment technology selection with generalized orthopair fuzzy information. **Information Sciences**, v. 610, p. 1010–1028, 2022.

MA, J. Training Aircraft Selection of the Vietnam People's Air Force Using a Hybrid BWM-Fuzzy TOPSIS Method. **Periodica Polytechnica Social and Management Sciences**, v. 30, n. 2, p. 141–157, 2022.

MOREIRA, M. Â. L. et al. Promethee-sapevo-m1 a hybrid approach based on ordinal and cardinal inputs: Multi-criteria evaluation of helicopters to support Brazilian navy operations. **Algorithms**, v. 14, n. 5, 2021.

PINTO, M. K. A sobrevivência de helicópteros como um dos fatores preponderantes na aviação de segurança pública do Brasil. **Revista Conexão SIPAER**, v. 2, n. 3, 2011. SÁNCHEZ-LOZANO, J. M.; SERNA, J.; DOLÓN-PAYÁN, A. Evaluating military training aircrafts through the combination of multi-criteria decision making processes with fuzzy logic. A case study in the Spanish Air Force Academy. **Aerospace Science and Technology**, v. 42, p. 58–65, 2015.

SCHNELLE, J. F. et al. POLICE EVALUATION RESEARCH: AN EXPERIMENTAL AND COST-BENEFIT ANALYSIS OF A HELICOPTER PATROL IN A HIGH CRIME AREA. **Journal of Applied Behavior Analysis**, v. 11, n. 1, p. 11–21, 1978.

SEMENAS, R.; BAUSYS, R.; ZAVADSKAS, E. K. A Novel Environment Exploration Strategy by m-generalised q-neutrosophic WASPAS. **Studies in Informatics and Control**, v. 30, n. 3, p. 19–28, 2021.

SIMIĆ, V.; LAZAREVIĆ, D.; DOBRODOLAC, M. Picture fuzzy WASPAS method for selecting last-mile delivery mode: a case study of Belgrade. **European Transport Research Review**, v. 13, n. 1, 2021.

USKUDAR, A. et al. **Fuzzy AHP-Center of Gravity Method Helicopter Selection and Application**. Proceedings of 2019 8th International Conference on Industrial Technology and Management, ICITM 2019.

WIBOWO, A. S.; PERMANASARI, A. E.; FAUZIATI, S. **Combat aircraft effectiveness assessment using hybrid multi-criteria decision making methodology**. Proceedings - 2016 2nd International Conference on Science and Technology-Computer, ICST 2016.

ZAVADSKAS, E. K. et al. Optimization of weighted aggregated sum product assessment. **Elektronika ir Elektrotechnika**, v. 122, n. 6, p. 3–6, 2012.

ARTIGO

As práticas neoliberais: o Estado e os agentes estatais empreendedores de si

DOI: 10.5935/2178-4590.20230002

MAJ PM Rodrigo Ciríaco Tjäder

Bacharel em Direito, Graduado em História pela UNIFAA, Especialista em Políticas de Segurança Pública e Mestrando em Sociologia Política pelo IUPERJ.

rctjader@hotmail.com



Data de submissão: 04/10/2022

Data de aceite: 30/10/2022



RESUMO

O presente artigo busca apresentar o neoliberalismo como prática a partir de uma ideologia política e econômica abrangente que molda o agir e pensar dos agentes estatais de segurança e de todo sistema capitalista e mercadológico vigente. Ao moldar o comportamento das organizações sociais e Estatais, promove uma verdadeira busca de acúmulo de capital pelos indivíduos que compõem o tecido social, com consequências que afetam a vida de todos, tanto em sociedade quanto individualmente.

Palavras-chave: Estado; neoliberalismo; agente de segurança; capital.

ABSTRACT

This article seeks to present neoliberalism as a practice based on a comprehensive political and economic ideology that shapes the actions and thinking of state security agents and the entire capitalist and market system in force. By shaping the behavior of social and state organizations, it promotes a true quest for capital accumulation by the individuals that make up the social fabric, with consequences that affect everyone's lives, both in society and individually.

Keywords: State; neoliberalism; safety agent; capital.

INTRODUÇÃO

O objeto do presente estudo visa demonstrar como as práticas econômicas das estruturas neoliberais atingem e seduzem os agentes estatais através de um programa de governo que visa fomentar o aumento de efetivo sem a contratação de novos agentes. Partindo de uma revisão bibliográfica e documental, visa ainda estabelecer uma conexão direta entre o “homo economicus”, a teorização neoliberal e os resultados dessas práticas.

A partir de 2012, novas legislaturas no Estado do Rio de Janeiro introduziram um modelo de captação de recursos humanos junto aos atores governamentais envolvidos na segurança pública. Inicialmente, a Lei nº 6162/12 de 9 de fevereiro de 2012 em seu artigo 6º, autoriza o poder Executivo a regulamentar por decreto tanto o regime de banco de horas, quanto a contraprestação pecuniária adicional pelas horas a mais trabalhadas *in verbis*:

[Art. 6º.](#) Fica o Poder Executivo autorizado a instituir por Decreto sistema de banco de horas adicionais de trabalho para policiais civis e militares, bombeiros militares e agentes penitenciários, mediante contraprestação pecuniária adicional pelas horas a mais trabalhadas.

[Parágrafo Único.](#) Poderá o Poder Executivo também instituir por Decreto, sistema voluntário de auxílio de policiais militares e

bombeiros militares na proteção de bens públicos e das pessoas que circulam pelos respectivos estabelecimentos, para o exercício de atividades inerentes aos seus cargos, em turnos adicionais com escala diferenciada, sem prejuízo da sua escala regular de serviço, mediante o pagamento de gratificação de encargos especiais. (RIO DE JANEIRO, 2012).

O Decreto nº 43.538 de 03 de abril de 2012 implementa a novidade em todo o Estado, o que inicialmente representa um ganho social no campo da segurança pública inquestionável. Mais tarde, esta é “aprimorada” pelo Decreto nº 46.757 de 02 de setembro de 2019, porém, como veremos adiante, muitas questões se apresentam a reboque dessa verdadeira “solução mágica” para os problemas de efetivo na segurança pública. A seguir:

Decreto nº 43.538 de 03 de abril de 2012. Institui o regime adicional de serviços (RAS) para policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários - programa mais polícia. (RIO DE JANEIRO, 2012).

O neoliberalismo interfere de forma econômica e social na vida das pessoas, apresenta uma “governamentalidade” própria como nos ensina Foucault (2008). Para tanto, inicialmente apresentaremos algumas considerações sobre o neoliberalismo e sua dimensão. Partindo do domínio da política econômica, coexistindo ao Estado, exerce uma forma peculiar de autoridade, e, se podemos dizer, de soberania sobre os governos, interferindo nas decisões políticas que seriam destinadas ao bem-estar social. Na verdade, o neoliberalismo aprofunda o processo de exclusão social de um direito de participação – ou de não exclusão – dos cidadãos, do processo de criação, pela mercantilização do ser humano e, sobretudo daquelas camadas mais pauperizadas que são historicamente excluídas de tais processos, dentro do contexto de uma sociedade com práticas neoliberais.

Para além disso, o neoliberalismo e suas práticas se apresentam ao Estado como solução de muitos problemas, sempre travestido do poder de escolha, da voluntariedade, da liberdade. O exemplo que iremos estudar, do Regime Adicional de Serviço (RAS) e do Programa Estadual de Integração de Segurança (PROEIS), irá demonstrar claramente como os agentes públicos da segurança pública são seduzidos por essas práticas neoliberais, naturalizam e incorporam em seus hábitos e se escravizam sob a égide econômica desse capital.

Assim, calcado com os referenciais teóricos e acadêmicos que visam robustecer sua cientificidade e almejando uma conclusão que conduza a comprovação da hipótese apresentada, o presente artigo ambiciona contribuir com esse tema tão atual e fértil. A estrutura da metodologia utilizada tende a uma construção lógica e evolutiva, ao mesmo tempo em que conceitua importantes pontos através da revisão bibliográfica.

2 O NEOLIBERALISMO

É difícil estabelecer um conceito hermético para o que é o fenômeno do neoliberalismo. O neoliberalismo apresenta em si elementos que vão do campo econômico, passando ao político, cultural, social ideológico, alcançando até mesmo os aspectos religiosos. Neste sentido, diversos autores contemporâneos se debruçaram sobre o tema a fim de tentar interpretar seus principais elementos, características bem como suas consequências.

O neoliberalismo passa a ter um significado muito mais crítico a partir das imposições advindas da ditadura de Augusto Pinochet no Chile, de caráter liberalizante, de desmonte do estado de bem-estar social e da desregulamentação de mercados (VENUGOPAL, 2015). Nesse sentido, o conceito foi se tornando cada vez mais amplo, vago e impreciso, sendo muito utilizado pelos críticos ao novo modelo liberal que vinha se estabelecendo nos diversos países capitalistas do mundo.

O tom pejorativo dos teóricos e acadêmicos se contrapunha às medidas naturalizantes que o próprio neoliberalismo carrega em sua essência. O próprio negacionismo das escolas liberais à sua existência também se contrapõe a importância do conceito como saber estratégico. Por sua intertextualidade, é inegável que o neoliberalismo se apresenta como o melhor ramo do conhecimento para entender diversos fenômenos sociais ocorridos nas últimas duas décadas.

Um dos principais pensadores que escreveram sobre o neoliberalismo foi Michel Foucault, em sua obra "Nascimento da Biopolítica". Ensina-nos Foucault, que uma vez estabelecido nas sociedades, o neoliberalismo passa a exercer uma governamentalidade própria (FOUCAULT, 2008). Essa governamentalidade (que é uma definição bem diferente de "governabilidade"), traz à tona a amplitude que o neoliberalismo exerce nos mais variados campos do Estado e da sociedade.

Assim conceitua Foucault (2008, p. 4): “em suma é, digamos, o estudo da racionalização da prática governamental no exercício da soberania política”.

Para Foucault, a razão de Estado e a arte de governar estão entrelaçadas e formam pilares que definem as bases sólidas de sua governamentalidade, alicerçada das bases do Estado de polícia e limitada não mais pelo Direito apenas, mas tendo como principal limitador da razão governamental a “economia política”. Assim, Foucault (2008, p. 19) nos diz que “a economia política, a meu ver, é fundamentalmente o que possibilitou assegurar a autolimitação da razão governamental”.

A “economia política”, segundo o autor, é a principal razão do Estado estruturada na arte de governar, ou seja, o objetivo de enriquecimento do Estado passa a ser a principal razão desse mesmo Estado. Nesse sentido, a questão econômica e a prática governamental convergem para formar a governamentalidade necessária, respeitando a “natureza própria dos objetos da ação governamental” (FOUCAULT, 2008), ou seja, não ultrapassando os limites sob o risco de “governar demais”, sabendo respeitar as áreas que se pode intervir e as que não se deve intervir na medida em que se estabelecem controles regulatórios sobre a sociedade e indivíduos.

Finalmente, Foucault nos direciona de forma mais precisa para o que entende por neoliberalismo. A análise se pauta em três pontos principais: o aspecto econômico, o sociológico e o político. A retomada segundo Foucault, de “velhas teorias econômicas já surradas” constituem o viés econômico. Nesse sentido, o liberalismo sofre mutações que saem de sua gênese clássica, passando a interagir com a prática governamental e a razão do Estado. O aspecto sociológico traz a significação mercadológica que toma conta da sociedade contemporânea e todas as suas implicações de gozo extremado, reificação e mal-estar. Por fim, o espectro político pautado na nova razão estatal de intervenção administrativa da economia política, vigilante, atuante e reguladora em seu mais amplo sentido, no sentido de “guiar os homens, de dirigir suas condutas” (*ibidem*, 2008, p. 3).

Considerando o amplo campo que se insere o termo neoliberalismo, não podemos nos ater apenas em Foucault. Muito embora sua contribuição tenha sido grandiosa, outros autores acrescentaram mais conteúdo ao tema. Dardot e Laval em “A nova razão do mundo” nos trazem uma vasta análise sobre o

neoliberalismo, traços como o projeto construtivista pela intervenção estatal, a concorrência como norma geral da sociedade e da economia, a transformação do próprio Estado em empresa e os indivíduos como empreendedores de si mesmo, auto-tutelados apenas por suas condutas e por elas responsáveis. Nesse ponto iremos nos ater adiante traçando um paralelo com os agentes estatais e sua transformação em meros "*homo economicus*" e calculadores.

O risco que a Democracia sofre com os avanços neoliberais é muito bem pontuado por Wendy Brown (2019) no que a autora chama de "desdemocratização". Nesse sentido, a autora alerta para a "economização da vida política" levando ao entendimento de que a liberdade prometida verte ao campo da ideologia – ou seja, liberdade e democracia passam a ser conceitos submetidos às vontades da razão neoliberal e sua política perversa que descarta os indivíduos tornando-os "dispensáveis e desprotegidos" (BROWN, 2015, p. 134) em uma desconstrução do contrato social vigente.

De fato, dentre as realizações neoliberais mais impressionantes estão o desmantelamento epistemológico, político, econômico e cultural da sociedade de massa em capital humano e unidades familiares econômico-morais juntamente com o resgate tanto do indivíduo quanto da família no exato momento de sua aparente extinção. (BROWN, 2019, p. 51).

A linha foucaultiana de interpretação do fenômeno neoliberal nos apresenta à Aihwa Ong (2006) e sua obra "Neoliberalismo como exceção: mutações da cidadania e soberania". Basicamente, Ong nos mostra que o neoliberalismo como tecnologia de governo é uma maneira racionalista, tecnocrática e utilitarista de implementação de poder e, seguindo Foucault, de governamentalidade, que visa sobretudo "limitar o escopo e a atividade de governar", tornando-se um grande produtor de exceções políticas, sociais e antropológicas. Ong nos alerta para um perigo muito maior: o neoliberalismo está provocando uma reconfiguração das relações entre "governantes e governados".

[...] o neoliberalismo - com um n minúsculo - está reconfigurando as relações entre governantes e governados, poder e conhecimento, e soberania e territorialidade. O neoliberalismo é frequentemente discutido como uma doutrina econômica com uma relação negativa com o poder do estado, uma ideologia de mercado que busca limitar o escopo e a atividade de governar. (ONG, 2006, p. 3).

Ong nos ensina que a cidadania como conhecemos fica solapada a um segundo plano e sob o risco de desaparecimento quando surgem os indivíduos apenas “proprietários de propriedade”. Esse indivíduo independente, egoísta e dotado de uma ambição econômica desmedida passa a ser a regra do homem médio neoliberal, um indivíduo que é responsável por seu próprio destino.

Um dos pontos principais que essa obra nos traz é a abordagem sobre soberania e territorialidade no contexto neoliberal da produção das exceções. Já é sabido que o neoliberalismo tenta subverter o governo e a atividade de governar aos seus interesses mercadológicos. Na medida em que o Estado perde o poder final da decisão, ou seja, perde seu monopólio, a soberania vai se esvaindo (ONG apud SCHIMITT, 2006, p. 4).

A contribuição acadêmica e literária para o tema passa por autores de estrutura marxista. Nesse sentido, o neoliberalismo aparece como sendo uma nova fase do capitalismo, uma estratégia que visa sua expansão a um nível mundial solidificando sua hegemonia. O neoliberalismo traz consigo a ideia entranhada que a liberdade individual reside na liberdade para empreender, ser o “homo oeconomicus” empreendedor de si mesmo, e nessa mesma lógica a concorrência aumenta a pressão sobre os trabalhadores tornando os custos da mão de obra mais baratos, o que leva esses mesmos trabalhadores a vender sua força de trabalho como última fonte de lucro.

Para Duménil e Levy (2014) em “A crise do neoliberalismo”, surge uma ideologia neoliberal, e essa em seu engendramento para estabelecer sua supremacia, desregulamenta o Estado (parceiro estratégico) subvertendo direitos dos trabalhadores sempre em nome da lógica do lucro, descartando o Estado de bem-estar social.

A financeirização da economia é o fermento que gera a crise de 2007/2008 nos EUA, que ficou conhecida como a crise dos “subprimes”, em que basicamente houve o rompimento de uma bolha imobiliária que era sustentada por capital fictício. Passado esse evento com a devida ajuda estatal, há uma condução a uma nova fase do neoliberalismo que os autores denominam de “capitalismo neogerencial”, um modelo focado na alta classe e em um sistema que combina recompensas e punições para manter a produtividade dos trabalhadores elevada. Utilizando a metáfora da “mula e da cenoura” como um excelente exemplo que configura esse novo modelo gerencial.

O geógrafo David Harvey nos ensina em sua obra “O neoliberalismo: história e implicações”, que há um novo imperialismo em curso, uma colonização sem colônia. As práticas neoliberais visam sem dúvida o acúmulo do capital de forma ainda mais voraz e desmedida, utilizando-se para isso da falácia do empreendedorismo individual, da desregulamentação estatal, da propriedade privada plena, livre comércio e livre mercado, além da financeirização da economia global.

Podemos, portanto, interpretar a neoliberalização seja como um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições de acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas. (HARVEY, 2008, p. 27).

Harvey (2008) aponta um novo tipo de governança surgido, caracterizado pelo empreendedorismo urbano, que guarda relação direta com os princípios neoliberais. Vale lembrar que “a política neoliberal visa afrouxar o controle político sobre atores econômicos e mercados, substituindo a regulação e a redistribuição por liberdade de mercado e direitos de propriedade descomprometidos” (BROWN, 2019, p. 71).

A visão de Bourdieu sobre o tema também é de extrema relevância. Seu entendimento sobre o neoliberalismo nos traz pontos de reflexão importantes. Bourdieu considera a autorregulação do mercado uma utopia, considera ainda que há uma desestruturação da política e respectiva submissão ao mercado. Nessa lógica, ocorre um processo de desregulamentação das proteções sociais e trabalhistas que promovem uma competição darwiniana entre os trabalhadores em busca de um lucro incessante, gerando uma violência estrutural entre os envolvidos nesse processo (BOURDIEU, 1998).

Dessa forma, após a análise bibliográfica de diversos autores e suas obras, podemos concluir que o assunto está longe de ser esgotado. Concluímos que há múltiplos neoliberalismos e que devido ao seu caráter polifórmico há uma ramificação em áreas sociais diversas chegando até mesmo nas questões estatais de segurança pública.

O neoliberalismo tem como objetivo essencial a regulação do exercício global do poder político com base na economia de mercado e o aparelhamento (ou desaparelhamento) do Estado para sua imposição através de uma desregulamentação que ameaça as cidadanias e direitos sociais que foram

conquistados ao longo de centenas de anos. Entretanto, seu alcance se dá de forma quase que totalizante, alcançando dos rincões mais pobres aos mais abastados tornando todos empresários e empreendedores de si ou de outrem, gerentes e competidores. A lógica imperiosa é o acúmulo de capital, que fortalece o poder econômico e interfere nos governos e suas decisões políticas.

3 O ESTADO COMO “FÁBRICA DO SUJEITO NEOLIBERAL”

Em “A nova razão do mundo”, Dardot e Laval tecem uma análise criteriosa e sufocante sobre a construção do sujeito neoliberal. A construção e submissão desse sujeito às lógicas neoliberalizantes são o retrato da sociedade moderna. A intensificação da individualização, do utilitarismo, do racionalismo, da tecnocracia, do consumismo e da mercantilização são alguns dos principais elementos que esse sujeito incorpora ao seu cotidiano. Nesse ponto, o neoliberalismo se impõe como uma verdadeira ideologia.

Do sujeito ao Estado, passando pela empresa, um mesmo discurso permite articular uma definição do homem pela maneira como ele quer ser “bem-sucedido, assim como pelo modo como deve ser “guiado”, “estimulado”, “formado”, “empoderado” para cumprir seus “objetivos”. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 328).

Seguindo essa linha, temos que os sujeitos na era moderna estão submetidos às regras do lucro máximo, uma verdadeira mercantilização das relações sociais que se manifestam através dos “contratos voluntários entre pessoas livres” e tendo se tornado “a medida de todas as relações humanas” (DARDOR E LAVAL, 2016, P 324). Assim é o “Programa mais polícia” que instituiu o Regime Adicional de Serviços (RAS) e o “Programa Estadual de Integração de Segurança” (PROEIS) para policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários.

Ambos os programas seguem a linha da “contratualização” (ibidem, p. 324). Os agentes, em datas semanais, se inscrevem voluntariamente nas vagas disponíveis de acordo com as necessidades da administração pública, respeitando alguns critérios de descanso mínimo e uma carga horária máxima mensal permitida. Essas inscrições são obrigatoriamente no horário de folga dos agentes, a quem percebem uma quantia pré-definida no próprio decreto que pode atingir uma grande parcela de sua renda mensal, em alguns casos quase que dobrar seu salário. Temos o decreto que o institui *in verbis*:

Art. 10 - O policial militar, o bombeiro militar e o policial civil participante do programa que cumprir turno adicional de serviço, no âmbito do PEOp, perceberá Gratificação de Encargos Especiais, denominada Gratificação Especial Temporária por Participação no PEOp (GET/PEOp), segundo os seguintes valores e classificação:

Tabela 1 – Gratificação Especial Temporária por Participação no PEOp (GET/PEOp)

| Nível | Turno de 06 horas efetivas de trabalho | Turno de 08 horas efetivas de trabalho | Turno de 12 horas efetivas de trabalho |
|-------|--|--|--|
| A | R\$ 277,58 | R\$ 370,10 | R\$ 555,16 |
| B | R\$ 222,26 | R\$ 296,08 | R\$ 444,12 |
| C | R\$ 166,55 | R\$ 222,06 | R\$ 333,09 |

Fonte: Decreto nº 46.757, de 02 de setembro de 2019.

O processo de contratualização da mão de obra dos agentes de segurança em consonância ao modelo utilitarista nos leva a uma ambivalência de conceitos que se completam. O utilitarismo e o cálculo passam a nortear essa relação. Na ânsia de produzir seu bem-estar, prazer e felicidade, os agentes aderem sem pensar aos programas instituídos pelo Estado. O autor esloveno Slavoj Žižek, em uma visão mais contextualizada na obra “Como Marx inventou o sintoma?”, nos traz exatamente o que se estabeleceu nessa relação entre o Estado e os agentes de segurança.

Verifica-se precisamente o oposto: o fetichismo da mercadoria ocorre nas sociedades capitalistas, mas, no capitalismo, as relações entre os homens decididamente não são "fetichizadas". O que temos aqui são relações entre pessoas "livres", cada qual seguindo seu próprio interesse egoísta. A forma predominante e determinante de suas inter-relações não são a dominação e a servidão, porém um contrato entre pessoas livres, que são iguais aos olhos da lei. Seu modelo é a troca mercantil: no mercado, dois sujeitos se encontram, numa relação livre de todo o fardo da veneração ao Senhor e da proteção e cuidado do Senhor para com seus súditos; eles se encontram como duas pessoas cuja atividade é completamente determinada por seus interesses egoístas; cada qual age como um bom utilitarista; o outro, para ele, está totalmente livre de qualquer aura mística; tudo o que ele vê no parceiro é um outro sujeito que visa a seus próprios interesses e que só lhe interessa na medida em que possui algo - uma mercadoria - capaz de satisfazer alguma de suas necessidades. (ŽIZEK, 1996, p. 308).

Para Marx, entretanto, ocorre com os homens o mesmo que com as mercadorias, portanto, há uma reificação. Esse fenômeno se traduz no que chama de fetichismo da mercadoria. Nesse processo, as pessoas agem como coisas e as coisas, como pessoas. Nesse sentido, temos que esse homem do cálculo busca a maximização dos prazeres, submetendo a sua subjetividade à lógica empresarial e objetivando sempre o sucesso e o bem-estar em ser bem-

sucedido, sendo este o principal objetivo-guia da vida. Esse fetichismo, quase que santificado, o transforma em um ser etéreo, hedonista, individualista, que passa a conduzir sua vida em função dos seus desejos e necessidades materiais.

Da mesma forma que a filantropia do sec. XVIII acompanhava a implantação das novas tecnologias de poder com uma música suave, os propósitos humanistas e hedonistas da gestão moderna dos homens acompanham a implantação de técnicas que visam a produzir formas mais eficazes de sujeição. Estas, por mais novas que sejam, têm a marca mais inflexível e mais clássica das violências sociais típicas do capitalismo: a tendência a transformar o trabalhador em uma simples mercadoria. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 329).

A lógica é que ao aderir voluntariamente ao modelo proposto pelo estado (RAS e PROEIS) gozando de sua “liberdade” plena, visando uma melhoria de renda, seja pessoal ou familiar, os agentes de segurança aderem inconscientemente a racionalidade neoliberal, tornando-se os sujeitos que essa racionalidade necessita. Tornam-se empregadores de si mesmo, empreendedores de si mesmo. A economia torna-se uma disciplina pessoal, e, portanto, veem-se em uma verdadeira “jaula de ferro”, como nos ensina Weber (1999). O espírito do capitalismo assume o papel de objetivo-guia da vida como já mencionamos, de modo que o trabalho se torna um fim em si mesmo. Nesse sentido, o trabalho passa a ser o centro de toda a vida, e a empresa (Estado) transcende o sujeito, submetendo-o a uma “autoinquirição permanente”.

Figura 1 – Policiais voluntários do Programa Segurança Presente



Fonte: JORNAL O DIA, 26/08/2020.

Dessa forma, podemos verificar que o próprio Estado, eivado das práticas neoliberais que invadem sua essência, cria, promove e executa uma modalidade

quase que empresarial de gestão de recursos humanos na segurança pública. Nos melhores moldes empresariais, o Estado passa a ser o verdadeiro fomentador de seus agentes como sujeitos neoliberais por essência. Por outro lado, pensando o Estado como empresa, há o custo diminuto e relativamente barato da mão de obra existente e disponível, pois, não se tem gastos previdenciários, não há aumento da folha salarial corrente com novas contratações e ainda se tem como contrapartida um aumento da capilaridade da segurança pública e sua consequente melhoria, às custas, é claro desse agente empresário de si mesmo.

4 AS PRÁTICAS ECONÔMICAS COMO FUNDAMENTOS DA VIDA

Os homens na sociedade moderna se inserem em um contexto qual que essa mesma sociedade é vista como uma empresa e que necessita de um novo sujeito. Esse sujeito, que aqui chamamos de sujeito neoliberal, por toda contextualização anterior, é aquele que é forjado para atender seus desejos consumistas mais pusilânimes, seus anseios econômicos mais ambiciosos, seus prazeres e gozos mais intensos visando sua satisfação plena. Ocorre que todos esses objetivos e anseios no mundo moderno são efêmeros e passageiros e, quando alcançados, perdem o sentido de ser e o ciclo recomeça em uma roda sem fim de necessidades.

Não se trata mais de fazer o que se sabe fazer e consumir o que é necessário, numa espécie de equilíbrio entre desutilidade e utilidade. Exige-se que do novo sujeito que produza “sempre mais” e goze “sempre mais” e, desse modo, conecte-se diretamente com um “mais-de-gozar” que se tornou sistêmico. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 355).

Uma das práticas mais controversas do neoliberalismo são as políticas de precarização do trabalho e dos direitos do trabalhador. Na medida em que as crises econômicas vão se sucedendo, os trabalhadores necessitam reinventar-se para sobreviver e, na mesma medida, surgem empreendedores de si mesmo. A lógica mercadológica de acúmulo de capital se insere em um novo plano, diversificado, veloz, impositivo, monopolista e violento. Seguindo uma lógica empresarial, criada e legitimada pelo próprio Estado, os agentes de segurança aderem aos programas citados retroalimentando a demanda e tornando isso imanente em suas vidas.

Podemos perceber, portanto, que essas práticas neoliberais acabam por se tornar “habitus” econômico de uma classe, no caso, a classe dos agentes de segurança. Essa escolha, nem tão aleatória assim, possui uma racionalidade bem definida, e uma vez que se torna uma prática comum da classe ou do grupo a que se pertence acaba por consolidar esse “habitus”. Não raro, o principal assunto entre os agentes de segurança em uma manhã de quinta-feira é sobre quantos serviços extras conseguiu aguentar, uma vez que as vagas são limitadas, o que por si só gera uma cobiça e competição sobre as vagas ofertadas. Há casos inclusive de policiais que compraram equipamentos de informática de última geração e buscaram o melhor serviço de internet para conseguir agendar mais serviços disponíveis.

O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas. (BOURDIEU, 2008, p. 22).

A falta de uma política de reposição salarial por conta das perdas inflacionárias de determinados períodos, aliada à ideologização do indivíduo neoliberal e seu narcisismo consumista e utilitarista, aumentam essa vulnerabilidade aos avanços neoliberais como razão da vida e ideologia. A necessidade cada vez mais presente na sociedade de consumir, em ter, marcados por um verdadeiro efeito calcado no fetiche da mercadológico, impulsiona os sujeitos, e no caso presente, os agentes estatais a adotarem uma conduta meramente econômica e calculadora.

Essa imersão nesse processo faz com que o agente passe a se entregar por completo à empresa (Estado), abdicando de sua qualidade de vida para poder auferir o máximo de vantagens econômicas como princípio do “homo oeconomicus”. Um verdadeiro homem-empresa e calculador disposto aos prazeres e dores inerentes desse processo de interesse econômico. Nesse ponto, chama a atenção o que nos alertou Bauman em o “O mal-estar da pós-modernidade”:

Você ganha alguma coisa e, em troca, perde alguma outra coisa: a antiga norma mantém-se hoje tão verdadeira quanto o era então. Só que os ganhos e as perdas mudaram de lugar: os homens e as mulheres pós-modernos trocaram um quinhão de suas possibilidades de segurança por um quinhão de felicidade. Os mal-estares da modernidade provinham de uma espécie de segurança que tolerava uma liberdade pequena demais na busca da felicidade individual. Os

mal-estares da pós-modernidade provém de uma espécie de liberdade de procura do prazer que tolera uma segurança individual pequena demais. (BAUMAN, 1998, p. 10).

O que Bauman traz com suas considerações pode muito bem se aplicar ao que mencionamos no início desse trabalho, no que se refere às consequências da “solução mágica” encontrada pelo Estado para às questões de efetivo e resultados em segurança pública. Uma das graves consequências é o aumento de risco que os agentes trazem para si. É sabido que as profissões ligadas à segurança pública têm inerente a sua natureza um risco, e, ao dedicarem mais tempo de suas vidas ao serviço da segurança pública, acabam por aumentar o próprio risco que já é inerente às suas profissões.

A nova norma em matéria de risco é a da “individualização do destino”. A extensão do “risco” coincide com uma mudança em sua natureza. Esse risco é cada vez menos “risco social”, assumindo por determinada política do Estado social, e cada vez mais “risco ligado à existência”. Em virtude do pressuposto da responsabilidade ilimitada do indivíduo, da qual se falou antes, o sujeito é considerado responsável tanto por esse risco como pela escolha de sua cobertura. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 349).

Na mesma toada, Veronica Gago sintetiza bem esse mal-estar que os agentes estatais de segurança passam a vivenciar. A autora nos traz duas perspectivas interessantes e se aplicam a essa visão neoliberalizante de precarização do trabalho. Gago nos traz uma visão de cima para baixo (top down) e outra perspectiva de baixo para cima (bottom up). As duas visões se aplicam ao problema trazido ao presente trabalho. No primeiro prisma temos o próprio Estado aplicando práticas gerenciais econômicas empresariais direcionadas a seus agentes, e no outro prisma temos os agentes de segurança e suas necessidades individuais submetidas aos conceitos mercadológicos, calculadas e sopesadas apenas pelo critério econômico, ou o “cálculo como matriz subjetiva primordial” (GAGO, 2018) em busca da satisfação dos prazeres e do gozo.

Uma primeira topologia: de cima para baixo, o neoliberalismo sinaliza uma modificação do regime de acumulação global- novas estratégias de corporações, agências e governos- que leva a uma mutação nas instituições estatais nacionais... E, de baixo para cima, o neoliberalismo é a proliferação de modos de vida que reorganizam as noções de liberdade, cálculo e obediência, projetando uma nova racionalidade e afetividade coletiva. (GAGO, 2018, p. 17).

A venda da mão de obra, abdicando de horas de lazer e descanso, provoca um automatismo em busca de um verdadeiro acúmulo de capital. O perigo existente nessa prática reside nas consequências para a própria saúde do indivíduo. Tanto a saúde física, quanto a mental são afetadas por esse desequilíbrio.

Segundo Augè (1994), o policial militar seria exatamente aquele ser social perdido e transitório; não pertencente a lugar algum. O policial militar passa mais tempo em serviço, seja por razões ordinárias e normais de cumprimento de carga horária, seja por serviços extras e/ou segurança privada. A sua vida familiar e privada ou civil se contrastam com essa realidade.

A natureza do serviço policial militar sufoca cada vez mais o cotidiano do indivíduo sob a pretensa necessidade de auferir ganhos extras ao seu salário, transformando-se num verdadeiro empreendedor de si e renunciando a sua saúde mental ou convívio familiar. O utilitarismo passa a ser o elemento norteador de sua vida, o que se constitui num elemento perigoso às vulnerabilidades a que está exposto. Seu caráter já se rendeu ao espírito calculador como nos ensina Sennett (2006).

Essa *praxis* do capitalismo flexível fatalmente nos levará, como nos ensina Sennett (2006), a uma corrosão do caráter e a uma lenta e destrutiva corrosão das relações sociais. As relações se resumirão à compromissos flexíveis, fúteis e vazios. Os laços humanos, já frágeis na modernidade, tenderão a aumentar a distância de empatia entre essas pessoas, que pensam poderem participar do banquete da prosperidade e do alpinismo social.

As questões sanitárias como depressão, obesidade, crises nervosas, estresse, infartos, podendo chegar a dependência química e ao suicídio, são realidades factuais presenciadas no cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro por exemplo. Inúmeros são os casos relatados pelos serviços de saúde da Corporação, onde podemos diariamente observar no Boletim Ostensivo da Corporação as inspeções de saúde dos policiais com os mais variados problemas psicológicos, e que, atualmente só ingressam nessa condição em virtude do seu colapso mental e físico.

No mesmo caminho, porém no sentido contrário, vemos policiais que possuem moléstias graves (problemas ortopédicos na coluna cervical) passarem

a uma condição sanitária que a adesão aos programas requer, mesmo não possuindo em verdade condições físicas adequadas para tal, tudo isso motivado pelo caráter econômico que a contrapartida estatal proporciona. Notemos, portanto, a perversidade desse sistema implantado, o policial sacrifica sua saúde almejando uma pseudo melhoria de qualidade de vida econômica.

[...] nós entramos num universo em que a decepção típica do neurótico, exposto à inadequação da coisa ao desejo, é substituída por uma relação perversa com o objeto baseada na ilusão imaginária do gozo total. Tudo se equivale, tem preço e se negocia. O fato de que tudo é transformado em negócio. (DARDOT e LAVAL, 2016, p. 370).

A perda da qualidade de vida naturalmente cria mecanismos de defesa no corpo e na mente. Nesse ponto, o agente estatal neoliberalizado, adota o absenteísmo como prática. Segundo o dicionário Aurélio (2021), “absenteísmo” pode ser definido como “circunstância em que uma pessoa habitualmente deixa de realizar as obrigações referentes ao seu trabalho” ou “hábito de se ausentar com frequência, de não comparecer”. Vemos uma grande quantidade de afastamentos temporários do trabalho ordinário. Esse absenteísmo na execução do trabalho também pode ser comprovado pelas recentes punições disciplinares aplicadas aos policiais militares por atraso, postura inadequada, trabalhar mal, abandono de posto, desatenção, negligência, dormir em serviço entre outras mais. Todas essas falhas observadas são consequências diretas dessa sobrecarga de trabalho a que os agentes se submetem.

A queda da qualidade do serviço desenvolvido também é notada. O agente passa a se poupar fisicamente para poder ingressar no serviço voluntário dos programas, e, estando na execução dos programas, passa a se poupar para o serviço ordinário gerando um ciclo vicioso, em que todos são perdedores: a sociedade, o Estado gerencial, e o próprio policial.

Por fim, a consequência mais drástica de todas essas práticas neoliberais a que os agentes são seduzidos a aderir “voluntariamente”, é a vitimização. A morte de policiais militares no serviço de RAS é uma realidade. Os casos já se repetiram algumas vezes em 2021, muito embora a repercussão na Corporação seja ignorada e seja tratada como mais um dos casos de falecimento em serviço; entretanto, essa diferenciação deve ser feita, uma vez que o serviço de RAS, por tudo o que já foi contextualizado anteriormente, apenas ratifica e confirma as

hipóteses do presente trabalho; ou seja, o risco que a profissão possui é aumentado ainda mais pela exposição extra a que se submete o Policial Militar.

Figura 2 – Viatura alvejada que vitimou um policial.



Fonte: JORNAL O DIA, 15/04/2021.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mercantilização da mão de obra da segurança pública se tornou uma realidade com o advento dos programas de remuneração por serviços extras. Na melhor lógica capitalista de privatização do serviço público, vemos a multiplicação dos programas de Segurança Presente. Esses programas recrutam policiais militares e civis, bombeiros e até mesmo civis (Marcha da Cidadania). Esses programas, juntamente com o Programa Estadual de Integração de Segurança (Proeis) constituem verdadeiras sementes da privatização da Segurança Pública, um negócio exclusivo do Estado.

Acerca do que foi apresentado até aqui, a perversão sistêmica assume um caráter verdadeiramente teratológico. O sofrimento físico e psíquico são consequências factuais desse engendramento neoliberal, ou seja, os agentes envolvidos no processo sequer enxergam tais questões, justamente pelo caráter utilitarista que tomou forma. Apenas veem aquilo que se coloca como vantagem econômica e alavanca para seu projeto em ser bem-sucedido.

Nessas formas de fazer, o cálculo assume certa monstruosidade na medida em que a empresarialidade popular é obrigada a se responsabilizar por condições que não lhe são garantidas. (GAGO, 2018, p. 20).

O fetichismo econômico como núcleo da vida das pessoas em uma sociedade transformada empresarialmente, é o pior cenário para se alcançar uma cidadania ideal proposta por um Estado dito de bem-estar social. A perda da legitimidade estatal aliado a ideologia neoliberal, criam rupturas no tecido social e na sua sociabilidade. No caso dos agentes de segurança, além de sua incorporação ao ideal neoliberal como Foucault menciona, comprova o processo de reificação do ser humano.

A perversão que se distingue clinicamente pelo consumo de parceiros como objetos que são jogados fora assim que são considerados insuficientes, teria se tornado a nova norma das relações sociais. Dessa forma, o imperativo categórico do desempenho concilia-se com as fantasias de onipotência, com a ilusão socialmente difundida de um gozo total e sem limite. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 371).

Por fim, observa-se que o neoliberalismo corrompe a mente das pessoas, que se engajam em uma ideologia que controla suas vidas, seus modos de agir e viram objetos, obrigados a fundamentarem-se em si mesmo, dotados de uma pseudo-liberdade de escolha para conduzirem-se na vida e na sociedade. Temos ainda o Estado, promotor da essência do neoliberalismo e em nome de uma causa que não é da sociedade civilizada, mas, no fundo, tão somente de seus interesses econômicos e políticos, extremamente nocivos à sociedade, pois é reducionista ao ponto de submeter seus agentes públicos à racionalidade mercadológica.

Conclui-se, portanto, que a internalização da ideologia neoliberal pelos sujeitos é um processo gradual e que os transforma e os “coisifica” na medida que se aproveita de suas fraquezas, necessidades de gozo, narcisismo, vaidade e ambição em serem bem-sucedidos. A proposta Estatal manifestada através dos projetos do RAS e do PROEIS, devidamente regulamentada e legalizada, capta essa falha de caráter e une a essa necessidade que foi imposta a esse sujeito neoliberal que também é um agente estatal, e não está livre dessas avassaladoras regras de conviviabilidade político-econômica pois está inserido nessa mesma sociedade do qual não é um ser apartado e alienado, ao contrário, também foi moldado por ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. **O mal-estar da pós-modernidade**. Tradução: Mauro Gama e Claudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Las estructuras sociales de la economia**. Buenos Aires: Manatial, 2001.

_____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. Tradução: Mario A. Marino, Eduardo Altheman C. Santos. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre, Christian Laval. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução: Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 1ª ed., 2016.

DICIO. Dicionário Online de Português. Aurélio. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/absenteismo>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D. **A crise do neoliberalismo**. São Paulo: Boitempo, 2014.

GAGO, Verônica. **A razão neoliberal: economias barrocas e pragmática popular**. Tradução: Igor Peres. São Paulo: Elefante, 2018.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica: Curso dado no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Tradução e organização Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HARVEY, David. **O neoliberalismo**. História e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

MAGNO, Carlos. **Segurança Presente chega ao Cristo Redentor**. Jornal "O Dia". Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2020/08/5978025-seguranca-presente-chega-ao-cristo-redentor.html>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução de Renata Santini. 2ª Ed. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MOULIAN, Tomás. Chile Actual: Anatomia de um mito. Santiago: Lom/Arcis, 1997.

O DIA, Jornal. **Ataque a tiros na Linha Vermelha deixa um PM morto e outro ferido**. <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/04/6126397-ataque-a-tiros-na-linha-vermelha-deixa-um-pm-morto-e-outro-ferido.html?foto=1>. Acesso em: 2 nov. 2021.

ONG, Aihwa. **Neoliberalism as exception. Mutations in citizenship and sovereignty**. London: Duke University Press, 2006.

RIBEIRO, Fernando José Fagundes. **Marx, o inventor do sintoma**. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2013.

RIO DE JANEIRO. Lei nº 6162, de 9 de fevereiro de 2012. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1030893/lei-6162-12>>. Acesso em: 24 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 43.538 de 03 de abril de 2012. **Institui o regime adicional de serviços (ras) para policiais civis, policiais militares, bombeiros militares e agentes penitenciários - Programa Mais Polícia.** Disponível em: <http://www.silep.planejamento.rj.gov.br/decreto_43_538_-_030412_.htm>. Acesso em: 24 fev. 2021.

RIO DE JANEIRO. Decreto nº 46.757 de 02 de setembro de 2019. **Dispõe sobre a nova sistemática do programa de estímulo operacional (peop) para as operações realizadas no âmbito da secretaria de estado de governo e relações institucionais, autoriza a convocação para o serviço ativo voluntário de policiais e bombeiros militares da reserva remunerada e revoga o decreto estadual nº 45.475 de 2015.** Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/path/Contribution%20Folders/site_fazenda/Subportais/PortalGestaoPessoas/Legisla%C3%A7%C3%B5es%20SILEP/Legisla%C3%A7%C3%B5es/2019/Decretos/DECRETO%20N%C2%BA%2046.757%20DE%2002%20DE%20SETEMBRO%20DE%202019_Autoriza%20convoca%C3%A7%C3%A3o%20de%20Policiais%20e%20Bombeiros%20militares%20da%20reserva%20remunerada.pdf?lve>. Acesso em: 24 fev. 2021.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1999.

VENUGOPAL, R. Neoliberalism as concept. **Economy and Society**, v. 44, n. 2, p. 165-187, 2015.

ZIZEK, Slavoj. **Como Marx inventou o sintoma?** In: Um mapa da ideologia. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARTIGO

Policiamento montado em praças desportivas: uma análise sobre a atuação da tropa montada face a atuação do Batalhão Especial de Policiamento em Estádios e propostas de normatização das ações

DOI: 10.5935/2178-4590.20230003

1º TEN PM Márcio Iantorno de Jesus Bachur

bachur@pm.rj.gov.br



Data de admissão: 01/12/2022

Data de aceite: 21/12/2022



RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade estudar o emprego do Policiamento em Praças Desportivas, na figura do Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos (RPMont/CECS). Consiste ainda, em produção de doutrina para embasar as ações emanadas pelo comando do RPMont dando segurança jurídica para as ações dos comandantes imediatos das frações e também daqueles que planejam as operações. Cabe ressaltar que esta pesquisa não visa esgotar os assuntos na área, mas sim nortear futuros estudos sobre a normatização das ações e ainda orientar aos comandantes de unidades apoiadas pelo RPMont sobre a correta utilização dos Equinos em Operações Policiais Militares nos Eventos Desportivos. A questão central consiste em compreender o funcionamento do Regimento Coronel Enyr Cony dos Santos/RPMont nas atuações conjuntas com o Batalhão de Policiamento em Estádios e ainda propor a normatização do seu emprego nessas ações. Os resultados apresentaram que a atuação do Policiamento Montado em Estádios é essencial tanto de forma preventiva, como para controle do público desses eventos, desta forma, mostrou-se de grande importância a criação de uma normatização e capacitação continuada para suprir a experiência técnica e jurídica da tropa.

Palavras-chave: Policiamento montado; praças desportivas; segurança pública.

ABSTRACT

This research aims to study the use of Policing in Sports Facilities, acting by the Mounted Police Regiment Colonel Enyr Cony dos Santos (RPMont / CECS). It also consists of the production of doctrine to base the actions coming from the command of the RPMont, giving legal security to the actions of the immediate commanders and also those who plan the operations. It should be emphasized that this research does not aim to exhaust the subjects in the area, but to conduct future studies on the standardization of actions and also guide the commanders of units supported by RPMont on the correct use of horses in Military Police Operations at Sporting Facilities. The main objective is to understand the functioning of the Colonel Enyr Cony dos Santos / RPMont Regiment in the joint actions with the Stadium Policing Battalion and to propose the normalization of its use in these actions. The results showed that the performance of Stadium Mounted Policing is essential both preventively and to control the public of these events, so it was of great importance to create a standardization and continuing training to supply the technical and legal experience of the troop.

Keywords: Mounted police: sports facilities: public safety.

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro, em 2008, iniciou o processo de redirecionamento de sua forma de atuação. Esse processo surge da necessidade de reaproximação com a sociedade carioca. O fato levou o Comando-Geral da Polícia Militar e a Secretaria Estadual de Segurança Pública repensarem suas políticas de preservação da ordem pública em resposta aos anseios da sociedade. Tais aspirações sociais vislumbram-se na necessidade de uma polícia cidadã. Fiel representante do Estado democrático de direito, respeitosa e atenta às questões sociais que impulsionam a prática delituosa. Dessa forma, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro é a salvaguarda daqueles que necessitam da representação estatal.

Nesse interim, surge a figura do binômio homem-cavalo como instrumento de prevenção, repressão e divulgação da imagem institucional da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Difícil pensar para um leigo o porquê do cavalo, em pleno século XXI, ser empregado nos patrulhamentos diários das Polícias Militares. Face exposto o esquecimento das tropas montadas para o combate dos grandes exércitos, sendo a tropa montada nestes utilizados para o cerimonial militar. Contudo o mesmo não ocorre no campo Policial.

O cavalo se apresenta como alternativa estratégica para o Controle de Massas nos Grandes Eventos e locais com aglomeração de pessoas. O presente trabalho visa abordar em que circunstâncias esse animal de grande porte e força pode ser empregado durante as Operações Policiais Militares de Preservação da Ordem Pública nas Praças Desportivas no Estado do Rio de Janeiro.

A Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro atua no policiamento das praças desportivas desde o século passado. Para tanto, lança mão da tropa montada para o controle de multidões desde os idos do REGIMENTO MARECHAL CAETANO DE FARIA (RMCF) e também da criação de uma UOpE¹. Contudo, em 1969, o Comando da Polícia Militar do Estado da Guanabara (PMEG) resolveu regulamentar as atividades de Polícia Montada, como argumenta o Coronel da Polícia Militar José Arthur Samaha de Carvalho (2005):

“[...] preliminarmente elaborado no ano de 1969, sob a forma de anteprojeto com a denominação de “Manual de Unidade Montada”, em cumprimento ao determinado em Boletim do Quartel General/PMEG de 27 de fevereiro de 1969, em consequência da NI 1/69 – IGPM, por um grupo de trabalho composto pelos seguintes oficiais:
Coronel PM – Hélio Miranda Quaresma – Cmt RMCF – PMEG.
Major PM - Neyson Rebouças - S/3 RMCF - PMEG.
Major PM - Alcyr Cardoso da CRUZ - S/4 RMCF – PMEG”

Aproximadamente dez anos após esta iniciativa, o comando da PMERJ visando solidificar a doutrina do Policiamento Montado no Estado iniciou um trabalho técnico-científico, sob a coordenação do Tenente Coronel PM Alcyr Cardoso da Cruz, do que seria o arcabouço do atual Manual de Polícia Montada (M-9). Este que foi publicado em 1991 após longa revisão e atualização de doutrinas existente há época.

Contudo, passados cerca de vinte e oito anos pouco foi formulado sobre as atualizações da doutrina de policiamento montado, na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. Esta análise procura promover uma discussão acerca da utilização dos equinos no cenário atual, para estabelecer políticas de paz nos eventos esportivos que outrora foi marcado por confrontos entre torcidas. Tais aspectos fomentaram a política de segurança nessas áreas, culminado assim com a promulgação de Lei N° 10.671 de 15 de Maio de 2003, conhecida como Estatuto do Torcedor e sua complementação sob a forma da Lei N° 12.299 de 27

¹ Unidade Operacional Especializada – Denominação das Unidades de Polícia Militar que possuem missões específicas de policiamento.

de Julho de 2010, que dispõe sobre as medidas de prevenção e repressão aos fenômenos de violência por ocasião de competições esportivas.

Com a finalidade de promover a segurança nos eventos desportivos e como forma de operacionalizar a política de segurança nos estádios, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro criou o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), unidade apoiada pelo Regimento de Polícia Montada (RPMont).

Atualmente², o BEPE é a unidade especializada em que o Comando Geral da PM confia as missões de policiamento nas praças desportivas bem como seus desdobramentos³. Porém, esta unidade para cumprir sua determinação legal utiliza-se do RPMont como uma ferramenta estratégica.

Contudo, é preciso realizar uma análise de como o BEPE lança mão desta ferramenta, argumentando ainda se os profissionais que planejam as operações detêm o conhecimento necessário e suficiente das formas de emprego dos equinos. Além disso, é possível propor a normatização das ações conjuntas como forma de otimizar o policiamento a ser empregado nos eventos.

1 HISTÓRICO DO REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O surgimento do Regimento de Cavalaria na corporação advém com proclamação da República, em 1889. A organização policial foi reestruturada após a proclamação rompendo com o modelo imperial, sendo composta, pelos 1º, 2º e 3º Batalhões de Infantaria (BI) e o 1º Regimento de Cavalaria (RC)⁴.

² Anteriormente o GEPE era responsável apenas pela segurança no INTERIOR dos estádios, enquanto o Batalhão de Área ficava com a segurança externa. No cenário atual o BATALHÃO ESPECIALIZADO EM POLICIAMENTO EM ESTÁDIOS (BEPE) fica responsável por todo policiamento (INTERIOR E EXTERIOR) as praças desportivas.

³ Entende-se por desdobramentos as escoltas de torcidas e delegações dentro dos limites fronteiriços do Estado do Rio de Janeiro evitando atos de violência. Além disso, o BEPE realiza o monitoramento, através da seção de inteligência, das atividades das torcidas organizadas.

⁴ Localização não constatada, crendo por notas observadas que ficaria no Estácio (existem menções a Rua Salvador de Sá, mas não há precisão de que parte).

Essa criação republicana foi instituída pelo Decreto Presidencial nº 155 de 14 de Janeiro de 1890 e visava garantir à proteção a nova ordem política. Assim, a Polícia Militar, à época, funcionava como guarda pretoriana da recém-nascida república, explica o historiador e Coronel da Polícia Militar Roberto Cesar Medeiros Ferreira (2013) em sua pesquisa.

A distribuição das unidades passa a ser a seguinte: 1º BI e o 1º RC no mesmo Quartel (antiga casa dos expostos). O 2º BI ficou alojado no Quartel em Botafogo. O 3º BI no Quartel do Méier. O 4º BI no Quartel Central da Rua Evaristo da Veiga e o 5º BI no Andaraí (FERREIRA, p. 4, 2013).

A Força Policial⁵, no início da República, era organizada em unidades de Infantaria e Cavalaria. Assim sendo, a primeira morada dos cavalarianos ocorreu com a construção, entre 1906 e 1913, do 1º Regimento de Cavalaria da Brigada Policial, inaugurado em 5 de agosto de 1913. Tendo como primeiro comandante deste aquartelamento o então Major Caetano de Faria⁶.

A reorganização da força, porém faz com que no mesmo ano – 1890 – a Corporação passe a ter outro nome: Brigada Policial da Capital Federal. Em 1910, a Corporação muda de nome mais uma vez, para Brigada Policial do Distrito Federal (FERREIRA, p. 4, 2013).

Decorridos cinquenta e oito anos de fundação do 1º RC, é criado o 2º Regimento de Cavalaria da Polícia Militar, através do Decreto “E” Nº 2.990, de 06 de agosto de 1969⁷. A Unidade foi alojada, provisoriamente, na sede da Administração Regional de Campo Grande, ficando seus cavalos estabulados nas Fazendas Modelo⁸ e Marambaia⁹. Ambas situadas no bairro de Campo Grande, zona oeste da cidade do Rio.

⁵ Denominação que recebia a Polícia Militar no início da República.

⁶ Primeiro Comandante do Regimento de Cavalaria, sendo um oficial oriundo do Exército Brasileiro. Há época os Oficiais da então Brigada de Polícia Militar, eram oriundos das Forças Armadas.

⁷ Acervo Histórico do RCECS, conteúdo do livro histórico.

⁸ Localizada na Estrada do Mato Alto, 5620, no bairro de Guaratiba – RJ. Atualmente a fazenda é um Centro de Proteção de Animal, estrutura da Secretaria Especial de Promoção e Defesa dos Animais (SEPDA).

⁹ Localizada na Estrada do Cachanga – s/n, Guaratiba – RJ. Atualmente funciona no local uma Hospedaria e áreas de lazer voltados para o público policial militar.

Em 11 de maio de 1972, transferiu-se para as suas atuais instalações, na Avenida dos Estados s/n, Campo Grande. Em 02 de fevereiro de 1977, sob o comando do Coronel PM Rebouças, passou a chamar-se Regimento de Polícia Montada (RPMont) que, por fim, em 13 de junho de 1986, veio a receber o nome atual, REGIMENTO CORONEL ENYR CONY DOS SANTOS.

Entusiasta do policiamento montado na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, com sua atual estrutura, o Coronel PM Enyr Cony dos Santos, deu nome ao RPMont após seu falecimento. Seu idealismo elevou o grau de profissionalismo daquela organização policial militar, tendo o mesmo “apelidado” àquela unidade de “O MAGNÍFICO”.

Atualmente, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro conta apenas com uma unidade de Policiamento Montado. O Regimento Coronel Enyr Cony dos Santos (RCECS/RPMont) é o responsável por irradiar quaisquer modalidades de policiamento que utilize o cavalo.

Através da Resolução nº 507 de 18 de outubro de 2011, da Secretaria Estadual de Segurança Pública, aquela unidade passou a ser subordinado ao Comando de Policiamento Especializado (CPE)¹⁰. Assim, o RPMont passou a ser empregado de forma estratégica nas ações de redução dos índices criminais e também em ações de controle de distúrbios civis.

1.1 EVOLUÇÃO DOUTRINÁRIA DO POLICIAMENTO MONTADO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

As fontes bibliográficas apontam que os primeiros manuais de embasamento das ações da cavalaria na Polícia Militar Fluminense eram oriundos do Exército Brasileiro. Datados da década de 20, inicialmente, e posteriormente na década de 50. Os manuais basicamente tratavam de formações básicas da tropa hipomóvel, movimentos de ordem unida a cavalo e

¹⁰ COMANDO DE POLICIAMENTO ESPECIALIZADO (CPE) – É um órgão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro que funciona como comando intermediário entre o Comando Geral da PMERJ e os batalhões de policiamento especializado. Atualmente encontra-se subordinado ao CPE as seguintes unidades Operacionais: Batalhão de Polícia Rodoviária (BPRv), Batalhão de Policiamento de Vias Especiais (BPVE), Batalhão de Policiamento em Áreas Turísticas (BPTur), Grupamento Especial de Policiamento em Estádios (GEPE), Grupamento de Polícia Ferroviária (GPFer) e Regimento Coronel Enyr Cony dos Santos Coronel Enyr Cony dos Santos (RPMont/RCECS).

orientações de ordem moral aos comandantes das frações das tropas de cavalaria.

Até a década de noventa (1990), as doutrinas possuíam um viés de luta contra elementos subversivos ao governo instituído. Contudo, com a abertura política e a promulgação da Constituição de 1988, o foco das instituições policiais passaram a ser única e exclusivamente a Segurança Pública.

Naquela época, o RMCF irradiava o Policiamento Montado pelas ruas do centro da cidade do Rio de Janeiro em duplas de policiais a cavalo, explica o Tenente Coronel Marco Aurélio Araújo Teixeira que serviu no regimento entre os anos de 1972 e 1974. Arguido sobre como se daria o patrulhamento nos estádios, argumentou que assim como no policiamento ordinário montado, aos arredores das praças desportivas eram mobilhadas por duplas a cavalo, sendo estas responsáveis por manter a segurança do perímetro até o campo de visão da próxima dupla.

Esta atuação encontra-se descrita na alínea A, inciso dois do artigo vinte e um (Art. 21) das Normas Gerais de Policiamento (M-3) da seguinte forma:

2. Modo de Atuação

a. O elemento básico do Policiamento Ostensivo Geral Montado (POG Mont) é a patrulha montada (dupla) que pode ser aumentada até compor 1 GP Mont, se necessário;

b. A Ptr Mont (dupla) é composta por 01 (um) cabo comandante e (01) soldado patrulheiro/guarda-cavalos ou por dois Sd, sendo o mais antigo comandante e o outro patrulheiro/guarda-cavalo (RIO DE JANEIRO, 1983).

Na atualidade, a prática demonstrou e o Manual de Policiamento Montado da PMERJ consagrou que as frações mínimas para atuação no terreno são de 03 (três) policiais a cavalo, onde um deles acumulará a função de guarda-cavalo e segurança de área. Esta formação facilitou a abordagem policial e garantiu maior segurança a guarnição de serviço, sendo a divisão da tropa montada formada pelas frações que seguem abaixo:

Art 3º - A Tropa da UMont se constitua de:

5 - O Grupo de Polícia Montada (Gp PMont) é formado por: 1 Sargento Cmt (2º ou 3º Sgt) e 2 esquadras; Cada esquadra é- constituída pelo Cabo Cmt e 5 Soldados.

§ 3º - Para efeito de emprego as frações a cavalo poderão ter os seguintes efetivos e denominações:

- 1) Piquete: 1 sargento comandante, 1 cabo (ou 2 Cbs) e 8 Sds (ou 10 Sds), correspondendo a 1 Gp PMont;
- 2) Força de Choque: (Fç Chq) 1 Oficial Comandante, Sgt auxiliar, 1 Cabo e 16 Solda dos, correspondendo a um Pel (-);
- 3) Pelotão: 1 Oficial Comandante, 3 Sgt, 3 Cbs (ou 6 Cbs) , 24 Sds (ou 30 Sds) (RIO DE JANEIRO, p. 116, 1988);

Além disso, formou-se uma doutrina para Controle de Distúrbios Cíveis com comandos e formações específicas que garantem a Tropa Montada maior poder de dissuasão, segurança aos policiais montados e também maior capacidade de dispersão da turba.

Essas evoluções doutrinárias facilitaram o emprego da tropa hipomóvel nos arredores dos estádios. Contudo, ainda há peculiaridades do Policiamento em Praças Desportivas que carecem de maiores estudos no que tange o emprego dos equinos em complementação ao policiamento a pé.

2 ATIVIDADE DE PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

A Polícia Militar, instituição secular, com bases consolidadas na hierarquia e na disciplina, é um órgão iminentemente preventivo. Sua missão encontra-se fundamentada no título V, capítulo III, Art 144, §5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. No entanto, a Polícia Militar, instituída pelo Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, modificado posteriormente pelo Decreto Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983 que define a Polícia Militar e atribuíram competências na seguinte forma:

Art. 3º - Instituídas para a manutenção da ordem pública e segurança interna nos Estados, nos Territórios e no Distrito Federal, compete às Polícias Militares, no âmbito de suas respectivas jurisdições: executar com exclusividade, ressalvadas as missões peculiares das Forças Armadas, o policiamento ostensivo, fardado, planejado pela autoridade competente, a fim de assegurar o cumprimento da lei, a manutenção da ordem pública e o exercício dos poderes constituídos; atuar de maneira preventiva como força de dissuasão, em locais ou áreas específicas, onde se presume ser possível a perturbação da ordem; atuar de maneira repressiva, em caso de perturbação da ordem, precedendo o eventual emprego das Forças Armadas (RIO DE JANEIRO. 1993).

Sua missão precípua é a preservação da ordem pública. O Decreto Lei nº 88.777, de 30 de setembro de 1983 (R-200), o qual aprova o Regulamento para as Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares, no Capítulo II, Art.2º, veio

definir de forma concreta e legal algumas situações de suma importância para a realização da atividade policial militar conforme segue:

19. Manutenção da Ordem Pública - é o exercício dinâmico do poder de Polícia no campo da segurança pública manifestado por atuações predominantemente ostensivas, visando a prevenir, dissuadir, coibir ou reprimir eventos que violem a ordem pública.

21. Ordem Pública - conjunto de regras formais, que emanam do ordenamento jurídico da nação, tendo por escopo regular as relações sociais de todos os níveis, do interesse público, estabelecido um clima de convivência harmoniosa e pacífica, fiscalizado pelo poder de polícia, e constituído uma situação ou condição que conduza ao bem comum.

27. Policiamento ostensivo - ação policial exclusiva das Polícias Militares, em cujo emprego o homem ou a fração de tropa engajados sejam identificados de relance, quer pela farda, quer pelo equipamento, ou viatura, objetivando a manutenção da ordem pública.

Dessa forma, a Polícia Militar realiza suas atividades de combate e prevenção a criminalidade, através do exercício dinâmico do poder de polícia com uso do poder discricionário os abusos do direito do indivíduo em detrimento da coletividade.

Para tanto, a corporação lança mão de seus recursos para manter a ordem. Assim, surge o Policiamento Ostensivo Montado atividade exercida pela unidade de Polícia Militar com as características e propriedades essenciais para o emprego a cavalo, seja em missões de policiamento, ou em operações de controle de distúrbios civis, em qualquer local do Estado do Rio de Janeiro.

2.1 A PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA DURANTE OS EVENTOS DESPORTIVOS

Conforme estudado acima, cabe as Polícias Militares, de forma ostensiva, a garantia da lei e da ordem nos termos da Carta Magna de 1988. Contudo, há divergências quanto ao seu emprego nas praças desportivas sob alegação de que os eventos são particulares e a segurança do local caberia a organização do evento.

Fato é que a Polícia Militar (PM) atua no policiamento em estádios e arenas esportivas há décadas sob legalidade do Decreto-Lei 667, de 02 de julho de 1969, modificado posteriormente pelo Decreto Lei nº 2.010, de 12 de janeiro de 1983 que define a Polícia Militar e atribuíram suas competências, definindo suas atribuições de salvaguarda da Ordem Pública em quaisquer situações,

conforme supracitado. Porém, com a promulgação da Lei Nº 10.71, de 15 de Maio de 2003, conhecida popularmente como Estatuto do Torcedor, o poder público ficou como primeiro responsável pela prevenção da violência nos esportes.

Corroborando para essa responsabilidade estatal, o art. 14, do Estatuto do Torcedor, determina expressamente que cabe ao mandante do jogo solicitar ao poder público a presença de agentes públicos de segurança, devidamente identificados, responsáveis pela segurança dos torcedores dentro e fora dos estádios. O Coronel PMPR Wilson Ordiley Valla (2004) explica que em momento algum, o referido Estatuto faz referência a segurança de empresa pública ou privada, e que também não poderia fazê-lo, sob pena de conflitar com a reserva constitucional destinada aos estados pela responsabilidade de prover segurança aos cidadãos e com o monopólio exclusivo do emprego da força.

Comprovada a necessidade e legalidade do Emprego das Polícias Militares Estaduais na segurança de Estádios e Arenas desportivas, iremos nos ater a operacionalização da Unidade de Polícia Montada para emprego específico nesses eventos.

3 POLICIAMENTO MONTADO

3.1 CONCEITOS

Como grande forma de policiamento complementar, surge o Policiamento Montado. Atividade de polícia ostensiva com grande capacidade preventiva, mas que também reúne características repressivas como uma excelente tropa de choque.

As características do Policiamento Montado lhe emprestam singular posição no quadro do planejamento e da execução do policiamento ostensivo. Nas ações de manutenção da ordem pública, notadamente em áreas urbanas de grande densidade populacional, o patrulhamento hipomóvel é, indubitavelmente, um grande elemento estratégico empregado na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro para a redução dos índices criminais em situações onde a sensação de segurança pública encontra-se abalada e para manter a ordem pública diante de situações especiais.

É um processo de policiamento ostensivo que tem como exclusividade a utilização do cavalo como meio de locomoção. Esse processo que emprega o animal apresenta melhor mobilidade, maior ação de presença, proporciona uma ótima visualização do ambiente, dada a posição do cavaleiro e, principalmente, o efeito psicológico causado pelo cavalo, objetivando a manutenção da ordem pública com seu emprego rotineiro ou o seu restabelecimento através de ações de caráter repressivo ou de ações de controle de distúrbio civil (MINAS GERAIS, 1981, p. 137).

3.2 CARACTERÍSTICAS

Dentro da ótica do policiamento ostensivo, eis que se apresenta o policiamento montado. Esta modalidade de policiamento ostensivo é, na verdade, um processo que faz uso do cavalo como meio de locomoção, a fim de se satisfazer as necessidades básicas de segurança que são inerentes a qualquer membro da sociedade (GUIMARÃES apud RODRIGUES; ZARONTONELLI, 1994); “O Policiamento Montado é eficiente e eficaz no campo de segurança pública, de forma tal, que vem gerando sensível redução do índice de criminalidade, devido a sua ação eminentemente preventiva” (GUIMARÃES apud RODRIGUES; ZARONTONELLI, 1994, p.19).

Segundo a análise das características do policiamento montado, realizados por Guimarães apud Rodrigues e Zarontonelli (1994) e Sartório (2005), é possível observar as vantagens da utilização do cavalo na preservação da ordem pública.

Para os teóricos, a utilização do cavalo garante ao policial montado maior campo de visão. Sendo a presença do animal. O primeiro nível de força montado, permitindo que o policial veja e seja visto a distância. Ficando o agente da lei em média a 2,5 metros do solo, é possível garantir maior ostensividade.

Outro fator importante é a capacidade que o cavalo possui de percorrer, com rapidez, uma grande área de policiamento, e caso necessário, essa mobilidade pode ser aumentada, utilizando-se da andadura de trote e, excepcionalmente à galope, conforme a composição do terreno. Isto resulta em economia considerável de efetivo para cobrir áreas maiores e com grande aglomeração de pessoas. Essa mobilidade garante o emprego do regimento em grandes eventos como jogos de futebol, onde há grande concentração de pessoas e faz-se necessária a utilização de uma força de dissuasão para que se evite o confronto entre torcidas organizadas.

Além disso, Sartório (2005) afirma que pelo fato do animal não depender de vias de acesso padrão para se deslocar, o mesmo pode ser utilizado em qualquer terreno, inclusive naqueles em que se torna difícil o deslocamento de viaturas ou mesmo do homem à pé. Pode ser empregado em qualquer área, se dirigindo com facilidade para os mais variados pontos, sem ficar retido em congestionamentos ou no meio de grandes multidões, onde policiais a pé se diluiriam facilmente em meio ao público local.

Ressalta-se, ainda, o fator psicológico como uma das mais importantes características desse policiamento. O animal por ser forte, infunde respeito às pessoas, sendo sua presença fator de maior sucesso nas ações preventivas e repressivas. Em que pese o respeito, não afasta as crianças e pessoas de bem, que se aproximam da instituição pela curiosidade e pela simpatia com o animal, dócil e atípico ao cenário das modernas cidades.

Nascimento (apud RODRIGUES E ZARONTONELLI, 1994), após estudar os efeitos do cavalo na atividade policial, concluiu que "o policiamento montado congela o pensamento e esquema de projeto de ação delituosa de delinquentes, fazendo com que desista do ato criminoso. O que não ocorre com outros processos de policiamento", segundo o autor, situação que a psicologia explica.

Contribuindo com a análise dos brasileiros citados acima, o Manual de Policiamento Montado da Guarda Nacional Republicana (GNR), referência desse processo de policiamento ostensivo, confirma as características aqui anunciadas.

Caracteriza-se por um médio raio de ação, consequência de uma maior velocidade de deslocação (6 km/h), possibilidade de acesso a quase todos os locais, aproximação discreta, possibilita ao patrulheiro um grande campo de observação e uma razoável capacidade de perseguição, favorecendo o contacto direto com pessoas e locais. Pela sua imponência, a patrulha a cavalo é um fator desencorajador de ações contra a sua segurança" (GNR, 1997, pp. I-17).

Na mesma direção aponta o Manual de Polícia Montada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (M-9). Publicado no Boletim da Polícia Militar nº 06 de 09 de Janeiro de 1991, atribuem ao emprego do policiamento montado duas peculiaridades que caracterizam a modalidade de policiamento em questão, conforme se segue:

Art. 3º - A Polícia Montada baseia suas condições de emprego em características que lhe são próprias: I – MOBILIDADE, II – CAPACIDADE DE

CHOQUE. § 1º - A mobilidade resulta da aptidão de seus elementos montados para os movimentos rápidos e flexíveis, em qualquer terreno, com vistas ao aproveitamento máximo dos efeitos da surpresa aliados aos efeitos psicológicos causados pela presença dos solípedes; § 2º - A Capacidade de Choque é oriunda da aptidão de seus elementos para o emprego montado em ações de Choque visando à dispersão rápida de amotinados e a varredura e ocupação de uma área (RIO DE JANEIRO, 1991, p. 3).

4 POLICIAMENTO MONTADO EM PRAÇAS DESPORTIVAS

Buscando conceituar e compreender essa modalidade de policiamento, dividimos a pesquisa em campo teórico e prático. Analisando, durante a revisão bibliográfica, os manuais de policiamento montado dos diversos regimentos espalhados pelo Brasil e para o campo prático, aplicou-se questionários sobre a atuação do Regimento de Polícia Montada durante os eventos nos estádios para a tropa do Regimento de Polícia Montada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), para oficiais de polícias militares de outros estados e pôr fim, aos policiais do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios da PMERJ (BEPE).

O Manual de Polícia Montada da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (M-9), em seu inciso IX do Art.7º, cita o patrulhamento no exterior dos estádios como uma missão da tropa montada. Contudo, o mesmo não especifica como as ações desse tipo de policiamento deverão ser desenvolvidas.

Busca-se então, nesse trabalho, seguir a linha de que devem-se adotar padrões para a execução do Policiamento Montado nas Praças Desportivas de forma que as ações sejam embasadas pela legislação pertinente e que alcancem o objetivo da proteção do bem jurídico a ser assegurado pela promulgação da Lei Nº 10.671 de 15 de Maio de 2003, norma jurídica que é conhecida popularmente como Estatuto do Torcedor.

Dessa forma, ao analisar os fichamentos realizados nos manuais e artigos científicos que versam sobre o policiamento montado, verificou-se que os diversos manuais e cadernos de instrução¹¹ citam o emprego da tropa hipomóvel no patrulhamento externo aos estádios, porém não disciplinam tal atuação. As referências são genéricas e abrangem situação diversas sobre

¹¹ Entenda-se como lições e procedimentos que devem ser adotados pela tropa para determinadas situações.

controle de distúrbios civis e restabelecimento da ordem pública. Assim descreve o Art 8º do M-9: “No caso de perturbação da ordem pública serão empregadas frações de choque a cavalo para o controle de distúrbios”.

Contudo, a atuação na modalidade de Controle de Distúrbios Civis Montado (C.D.C Mont) durante o patrulhamento em estádios deve ser uma pronta resposta a quebra da ordem pública e não uma finalidade para o emprego da cavalaria policial militar aos eventos em estádios. Assim, acreditamos que a palavra-chave ao emprego montado, nos estádios, deva ser “prevenção”.

Formulando doutrina para o emprego da Tropa Montada nos Estádios, a Brigada Militar do Rio Grande do Sul, em seu Manual de Policiamento Montado, especifica, conceitua e padroniza a atuação das suas frações montadas em ambientes de praças desportivas.

Dentro do exposto é possível conceituar o Policiamento Montado em Praças Desportivas como: Missão Específica da Polícia Montada de executar o policiamento ostensivo complementar nas praças desportivas com vistas a garantir a execução da Lei 10.671 – Estatuto do Torcedor.

4.2 CONDICIONANTES DO POLICIAMENTO MONTADO EM PRAÇAS DESPORTIVAS

Conceituando o emprego da tropa montada, como missão específica, tem-se que esta ação dependerá de fatores condicionantes. Tais fatores passam pela preparação dos cavalos e cavaleiros para o emprego nas praças desportivas, desdobramento logístico e planejamento operacional adequado que abarque as adversidades¹² para o emprego da tropa montada e as necessidades de apoio ao Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios da Polícia Militar (BEPE), do Estado do Rio de Janeiro.

¹² O emprego da tropa montada é condicionada ao tipo de piso, condições climáticas, período de horas no terreno, tipo de evento e animosidade do público local.

4.2.1 TREINAMENTO DA TROPA MONTADA PARA A AÇÃO ESPECÍFICA

A preparação do efetivo de uma tropa de polícia montada tem como objetivo complementar as instruções básicas ministradas na formação de todo Policial Militar, conforme preconiza o Art. 13 do Manual de Polícia Montada da PMERJ (M-9).

Quando refere-se ao treinamento de uma tropa montada, fala-se em preparação de conjuntos. Esta é a combinação entre cavalo e cavaleiro e sendo assim, a formação deve capacitar tanto o animal quanto o homem. Diferentemente de uma tropa a pé, onde o treinamento é focado no agente humano, a formação da tropa de polícia montada deve pautar-se na preparação do cavalo para que este enfrente uma gama de situações adversas inerentes ao cotidiano da vida no centro urbano. Este animal no seu habitat natural comporta-se como uma presa possuindo dessa forma aguçado instinto de fuga.

Entretanto, este cenário urbano, em dias de jogos, nos arredores de estádios tornam-se mais complexos a compreensão dos equinos. A presença de aglomerações, barulhos de instrumentos de percussão, fogos de artifícios, bandeiras, sinalizadores iluminativos, entre outros elementos incomuns ao habitat natural irão aguçar ainda mais seus instintos.

Dessa forma, é preciso conduzir treinamentos rotineiros que irão condicionar a cavalhada a enfrentar as intempéries dos dias de jogos com uma maior naturalidade, tornando as múltiplas situações desse cenário comuns ou pelo menos mais inteligíveis ao seu senso.

Na preparação do elemento humano, a formação é iniciada nos cursos de especialização, oferecidos pelo RPMont, e por instruções diárias que se desenvolvem como capacitação continuada¹³.

Para a formação de seus quadros o Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos (RCECS) ministra, anualmente, o Curso de Policiamento

¹³ Devidamente evidenciado em documentos que se encontram na Terceira Seção do RPMont/PMERJ a tropa do Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos realiza diariamente treinamentos, conforme previsão em Quadro de Trabalho Semanal (QTS), sobre Técnicas de Polícia Montada, Equitação Militar, Preparação da Cavalhada e Abordagem Policial Militar.

Montado (CPMont). Esta especialização é desenvolvida no período de catorze semanas e tem por finalidade especializar os quadros da corporação com o aprendizado das Técnicas de Polícia Montada. Durante o desenvolvimento do curso, os alunos aprendem inicialmente a conduzir suas montarias, e ao decorrer do curso, recebem instruções sobre patrulhamento montado e noções de controle de distúrbios civis montado (C.D.C Mont).

Contudo, analisando a grade curricular do curso, não há matéria específica sobre o emprego da tropa hipomóvel no policiamento em praças desportivas. Sabendo que este tipo de policiamento abarca circunstâncias peculiares, tal como legislação pertinente a defesa do torcedor e crimes tipificados, exclusivamente, na legislação extravagante¹⁴, foi aplicado um questionário aos oficiais e praças do RPMont/PMERJ com a finalidade de avaliar o nível de conhecimento sobre o assunto ao efetivo daquela unidade especializada nessa missão.

Os resultados apontaram que dentre os oficiais, 80% (oitenta por cento) afirmaram não dispor de plenos conhecimentos sobre o Estatuto do Torcedor, já na pesquisa entre praças, foi obtido um percentual de 75% (setenta e cinco por cento). Paradoxalmente a estes dados, 85% dos avaliados afirmaram julgar possuir conhecimentos técnicos suficientes para atuar no policiamento complementar em conjunto ao Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE).

Dessa forma, questiona-se como uma tropa, que afirma não possuir conhecimento sobre a legislação e que ampara a atuação dos órgãos de segurança e das outras providências para a defesa do torcedor, pode estar pronta para atuar na preservação da ordem pública nos perímetros dos estádios, se a mesma desconhece a legislação que regula esta ordem vigente.

Invocando o conhecimento da Lei Nº 10.671 – Estatuto do Torcedor, no capítulo XI-A, que versa sobre os crimes, exemplificaremos em termos práticos o exposto no art. 41. O RPMont realiza, por vezes, a escolta de torcidas organizadas, os trajetos variam entre 3 a 5 quilômetros, justamente o raio que a lei abrange para qualificar o crime de promoção de tumulto aos arredores dos estádios, sendo este fato desconhecido pela tropa ou por maior parte dela, que

¹⁴ Lei nº 10.671 de 15 de maio de 2003 – Dispõe sobre o Estatuto de Defesa do Torcedor e dá outras providências.

executa a missão sem ter plena ciência dos crimes que deverão ser prevenidos durante a execução do policiamento montado nas praças desportivas.

Os treinamentos, como forma de capacitação continuada, devem agregar a tropa montada capacidade operacional para explorar ao máximo as características do policiamento montado, em proveito do policiamento nas praças desportivas e também visando a atuação conjunta com outros processos de policiamento distribuídos no terreno. Conforme observado, o foco é a “prevenção da violência”. Contudo, no caso de quebra da ordem, pode-se invocar a propriedade conhecida como “Excelência Capacidade de Choque” e a “Flexibilidade”, esta última caracterizada pela facilidade que possui uma tropa a cavalo de alterar sua ação de polícia preventiva para ação de polícia repressiva.

Essas possibilidades de emprego devem ser de conhecimento tanto da tropa montada quanto da tropa apoiada¹⁵ (tropa a pé). Logo, conclui-se que há necessidade latente de treinamentos conjuntos e que as unidades apoiada e de apoio compreendam o modus operandi de cada fração para a equalização de forças e sucesso da missão.

A Polícia Militar do Estado de São Paulo (PMESP) define esse emprego como Controle de Multidões, conforme o Manual de Controle de Multidão da PMESP (M-8). Buscando a inteligência de uma força de segurança respeitada e formadora de doutrina, observamos o exposto no item 3, do Capítulo III – Dos Princípios e Das Táticas de Controle de Multidões.

Para o Controle de Multidões devem ser observados rigorosamente os critérios da disciplina tática, técnica e operacional, com destaque às distâncias de segurança e de operação, à atuação mediante ordem, ao adequado uso da força, a não ação isolada e ao fiel cumprimento das alternativas táticas (SÃO PAULO, 2018).

Destaca-se, na citação acima o fato da não realização de ações isoladas e o fiel cumprimento das alternativas táticas, como forma de atuação orquestrada e proporcional ao agravo cometido por transgressores da Ordem Pública. Visando o cumprimento do exposto nos últimos dois anos, tanto o RPMont quanto o BEPE, tem proporcionado aos alunos de seus cursos de especialização o

¹⁵ Importante frisar que a cavalaria é uma tropa de apoio aos demais processos de policiamento. Especificamente no Estado do Rio de Janeiro a responsabilidade pelo Policiamento em Estádios fica a cargo do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE), sendo esta a tropa apoiada pelo Regimento de Polícia Montada (RPMont/PMERJ).

chamado Plano de Cooperação de Ensino (PCE)¹⁶. Nessa oportunidade os instruídos visitam as unidades coirmãs para aprenderem sobre a missão daquela unidade, bem como aprenderem noções sobre o emprego daquela tropa.

A integração entre as tropas que irão atuar no policiamento em estádios é fundamental para o sucesso das operações policiais militares. É mister que o comando da operação de policiamento em estádios, tenha pleno conhecimento das ferramentas que poderá lançar mão para o controle de multidão.

Além disso, os comandantes das frações distribuídas no terreno devem analisar o uso necessário e suficiente da força para que se faça cessar qualquer perturbação da ordem e cenas de violência de forma proporcional ao agravo da situação. Porém, durante a análise dos formulários, aplicados a tropa do RPMont, foi constatado que a cavalaria foi acionada para resolver questões que facilmente seriam resolvidas por dois ou três policiais a pé.

4. São Alternativas Táticas para o Controle de Multidões: 4.1. Demonstração de força; 4.2. Ordem de dispersão; 4.3. Emprego do Veículo Lançador de Água - VLA; 4.4. Emprego de granadas policiais, espargidores, munições de impacto controlado e munições marcadoras; 4.5. Carga de cassetete; 4.6. Carga de cavalaria; 4.7. Emprego de arma de fogo com munição real (SÃO PAULO, 2018, p. 26).

Quanto a análise das pesquisas realizadas internamente aos efetivos do BEPE e do RPMont, da PMERJ, ainda de outras polícias militares do Brasil, pode-se observar que a inexistência de treinamento conjunto é um problema comum. Porém, o pioneirismo da Brigada Militar em executar treinamentos conjuntos entre as tropas a pé e montada, já surtiram efeitos muito positivos, a qual a combinação dessas tropas tem possibilitado a pronta resposta para o restabelecimento da ordem pública, conforme é evidenciado em pesquisa nas mídias digitais¹⁷.

¹⁶ Regulamentado pela Diretriz Geral de Ensino e Instrução – D9. Publicada pelo Aditamento ao Boletim da Polícia Militar nº 076, de 24 de novembro de 2004.

¹⁷ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=I9ob_U9ft5I>. Acesso em 15 de Setembro de 2019.

4.2.2 PLANEJAMENTO OPERACIONAL PARA EMPREGO DA TROPA MONTADA NOS ESTÁDIOS

O policiamento nos estádios é complexo e deverá abranger uma gama de circunstâncias que deverão ser discriminadas no planejamento operacional. Sendo assim, o êxito das missões dependerá essencialmente das atividades de planejamento e emprego.

Na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, essas atividades são reguladas pela Diretriz Geral de Operações (D-1), publicada em vinte de outubro de 1982, pelo Coronel PM Edgard da Silva Pingarrilho Filho, então Comandante Geral da PMERJ, aquela época.

A partir do artigo catorze (art. 14) daquela normatização são traçadas as diretrizes gerais para o planejamento operacional das formas de emprego da Polícia Militar. Porém, observa-se que são regras genéricas e que não especificam a forma ou processo de policiamento a ser utilizado, no caso desta análise, o Policiamento Montado.

O quarto parágrafo (§4º), do artigo citado acima, enumera alguns dados a serem observados para a formulação do planejamento operacional, como se observa a seguir:

4º - O planejamento operacional deverá basear-se em levantamentos minuciosos das características da área da UOp, e, em dados estatísticos processados pela própria Unidade que revelem: 1) Índices de criminalidade; 2) locais, dias horários de maior incidência criminal; 3) táticas utilizadas pelos delinquentes; 4) levantamentos informações específicas fornecidas pela Seção de Informações; e 5) outros dados peculiares à área (RIO DE JANEIRO, 1982).

Entretanto, para se lançar o processo montado de policiamento ostensivo, deve-se considerar que a Polícia Montada é uma tropa de apoio, utilizada como uma das alternativas táticas¹⁸ que dispõe o comando do Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios (BEPE) para a realização do policiamento nas praças desportivas.

¹⁸ Alternativas Táticas para o Controle de Multidões são um conjunto de 25 procedimentos que objetivam o emprego adequado e proporcional de técnicas e equipamentos para o restabelecimento da ordem quebrada pela ação da turba.

Dessa forma, é preciso aguardar as diretrizes que o comando, daquela unidade especializada, irá adotar para realizar o policiamento especializado em determinado evento desportivo. Outro aspecto a ser considerado é o local onde a partida de futebol irá ocorrer, devendo-se observar as peculiaridades dos perímetros as arredores do determinado estádio, explica o Major PM Ricardo Alves, chefe da terceira seção do RPMont.

Importante observar o tráfego nas imediações dos estádios, local para desembarque da tropa, local de estacionamento de viaturas, os pisos nos arredores dos estádios¹⁹, dimensão das calçadas e ruas aos arredores dos estádios²⁰, limites de divisão entre torcidas rivais, ponto de concentração das torcidas, posicionamento de gradis e os portões de acesso aos estádios.

A estimativa de público e o ânimo de rivalidade das torcidas serão levados em consideração para definição do número de conjuntos a serem empregados. Outro aspecto que poderia ser levado em consideração são as informações levantadas pela 2ª Seção, responsável pela produção de dados de inteligência. O levantamento pode abarcar pesquisas nas redes sociais das torcidas organizadas, com o objetivo de identificar a organização de brigas entre torcidas organizadas rivais, organização de planos para invasão de estádios.

Atualmente, não é o comando do Regimento de Polícia Montada que define o quantitativo de conjuntos empregados. Esta definição fica a cargo da PM3, que por vezes desconhece a prática da doutrina do Policiamento Montado. Exemplificando o fato, observa-se um pedido de envio de policiamento para um jogo de menor importância do Campeonato Brasileiro, solicitando 18 conjuntos, ou seja a constituição de um pelotão de Choque Mantado. Em contrapartida, para uma final de campeonato, foram solicitados 12 conjuntos. Este fato por si demonstra o desconhecimento do emprego da doutrina para utilização de equinos nos demais tipos de policiamento.

¹⁹ Fator de grande importância a ser observado. O tipo de piso pode interferir na hora da atuação da tropa montada, um piso escorregadio será uma fator limitador ao emprego da tropa montada. Além disso, pisos com pedras portuguesas aos arredores das praças desportivas podem se tornar artefatos para serem arremessadas sobre o policiamento local ou torcidas rivais.

²⁰ Relevante para uma possível atuação de dispersão de turba violenta. Comandante da ação deve em primeiro lugar avaliar as vias de fuga, como forma de direcionar as pessoas a se retirarem do palco de distúrbio por rotas seguras.

Consultando a pesquisa realizada entre os integrantes do BEPE, sobre a responsabilidade da definição do policiamento a ser empregado nos jogos, foram obtidos como resposta, que o número de conjuntos a ser utilizado nos jogos deveria ser definido pelo Comando do RPMont, através de sua terceira seção.

Outros aspectos a serem observados no planejamento operacional dizem respeito ao estudo das missões que a tropa montada ficará responsável durante a realização do policiamento. O perímetro de abrangência que se aplica o estatuto de defesa do torcedor estende-se por cinco quilômetros das imediações dos estádios. Sabe-se que uma das características do policiamento montado é o grande raio de ação, propiciado pela facilidade de locomoção do homem a cavalo. Sendo assim, é viável que a seção de planejamento operacional do BEPE esteja em constante contato com a seção similar do RPMont, para coordenar as ações que a tropa a pé e montada irão desempenhar. Essa ação irá gerar economia de efetivo e melhor emprego das tropas.

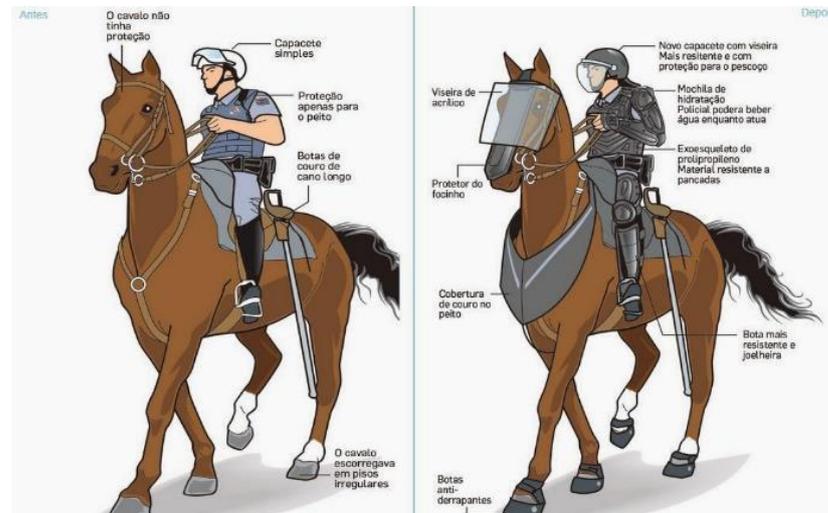
Essas missões poderão ser: escolta de torcidas, escolta dos ônibus das delegações até a entrada do perímetro de segurança²¹, bloqueio de vias de acesso aos arredores dos estádios²², controle dos pontos de acesso aos estádios, dispersão de turba violenta e demais missões atribuídas ao RPMont. Tais missões serão desenvolvidas nos tópicos seguintes.

Outro ponto de discussão a ser abarcado pelo planejamento operacional é a definição sobre qual modalidade de policiamento a tropa montada irá atuar. Argumenta-se sob a utilização da tropa como força de choque, equipada com material para Controle de Distúrbios Civis Montado (C.D.C Mont) ou a utilização da tropa montada na sua modalidade de Polícia Ostensiva Ordinária, utilizando-se do equipamento rotineiro do policiamento (Figura 1).

²¹ Local designado ao desembarque dos atletas e delegação técnica no interior dos estádios. Sendo assim, os homens do RPMont, em suas montadas, irão realizar a escolta desde o local de aproximação do estádio até o desembarque em local seguro.

²² Técnica utilizada para evitar o encontro entre torcidas rivais.

Figura 1 – Comparativo de Equipamento de Proteção Individual

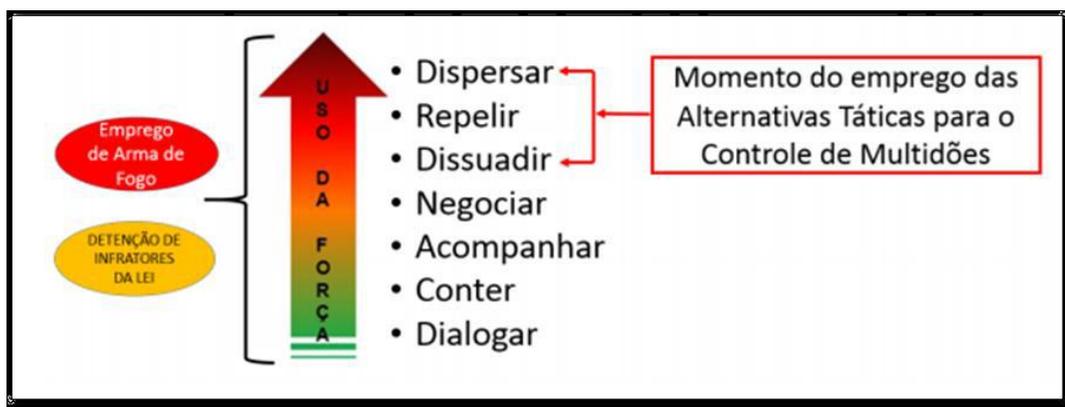


Fonte: Jornal O Globo, 2014.

Nas pesquisas realizadas com oficiais de corporações coirmãs de onze unidades da federação constatou-se que não há uma padronização quanto a utilização dos equipamentos de choque ou de policiamento ostensivo. O resultado apontou que 55% dos entrevistados informaram que o determinante para escolha da modalidade empregada dependerá das circunstâncias e poderá ser utilizado um ou outro, a critério do Comando (Tipo de Jogo: Estimativa de Público, Final de Campeonato, Torcidas com Histórico de Confrontos).

A Brigada Militar do Rio Grande do Sul (BMRS) é uma das corporações que tem como padronização a utilização de todo material de C.D.C Mont para o policiamento em praças desportivas. Contrapondo a polícia gaúcha, a Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF), através de entrevista realizada com o 1º Tenente PM Rafael Monção, observa-se que, neste Estado, o policiamento a ser desenvolvido nas praças desportivas tem como finalidade a prevenção, e não a repressão.

Assim sendo, o policiamento deve estar voltado para a proteção dos torcedores e que a repressão, através de uma atuação de Choque, só deverá ocorrer em último caso, respeitando os níveis de utilização da força e a prioridade do emprego de meios (Figura 2).

Figura 2 – Descrição da graduação de intervenção para o Controle de Multidões

Fonte: Manual de Policiamento Montado M8.

Na mesma linha de raciocínio segue a Polícia Militar do Estado de São Paulo evidenciando, na pesquisa, que para utilização dos equipamentos de C.D.C Mont devem ser observados critérios quanto a rivalidade das torcidas e histórico de confrontos.

Corroborando para a mesma lógica, o chefe da terceira seção do RPMont/PMERJ, explica que a utilização da tropa de choque montado de forma ostensiva e próxima ao público gera efeitos negativos a doutrina de Choque. Primeiro fato é a perda do efeito psicológico gerado pelo aparato de choque – “A presença ostensiva da tropa de choque, aos olhos do possível perturbador da ordem pública, irá acarretar na perda do efeito psicológico gerado por essa tropa. Tendo em vista, tornar-se comum aos olhos dos frequentadores dos estádios”.

4.3 MISSÕES ATRIBUÍDAS A TROPA MONTADA NO POLICIAMENTO DAS PRAÇAS DESPORTIVAS

Procura-se evidenciar as opções de emprego desenvolvidas pelo efetivo montado do RPMont durante a execução do policiamento montado nas praças desportivas.

O bloqueio de vias de acesso tem por finalidade isolar perímetros. Tal isolamento tem por objetivo evitar o encontro entre torcidas rivais, bloquear o trânsito de veículos para a chegada e saída de delegações, evitando assim, a hostilização destes por torcedores exaltados. Invoca-se as propriedades descritas no Art.4º do M-9 (Manual de Policiamento Montado) para o

cumprimento das missões aqui descritas, tornando a Polícia Montada uma tropa capaz de suprir as limitações de atuação da tropa a pé ou reforçando sua ação.

§ 4º - A capacidade de ver e ser visto à distância se aplica somente em missões de policiamento preventivo e resulta do fato do homem montado ter condição de ver a distância e também ser visto facilmente, mesmo em locais de aglomeração pública;

§ 5º - Aproveitamento dos efeitos psicológicos motivados pelo medo e aversão normalmente causados pela presença e/ou proximidade do cavalo, pelo respeito causado pelo homem montado bem como aproximação de uma formação a cavalo (RIO DE JANEIRO, 1991).

A revista de torcedores, na atuação da Polícia Montada fluminense, faz parte da nova doutrina de atuação do Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos, no qual o foco é a prevenção de delitos através da intensificação das abordagens policiais. Essas revistas ocorrem em qualquer ponto nos arredores dos estádios, o policial montado detém a capacidade de observar a longa distância e de identificar em meio à multidão, a presença de elementos com intenções de perturbar ordem pública.

Além disso, a Tropa Montada do RPMont/PMERJ demonstrou plena capacidade de restabelecer a ordem vigente, durante as ações de vandalismo impetradas pelos chamados “bondes da invasão”. Neste cenário, ocorrem atos como brigas, “empurra-empurra” e derrubada de gradis, com o intuito de dispersar o policiamento a pé e assim, iniciar a abertura forçada de portões de acesso e destruição de catracas.

Diante do teatro de operações descrito acima, a tropa montada demonstrou, através de suas manobras de Controle de Distúrbios Civis, plena capacidade de restabelecer a ordem pública. Iniciado pela dispersão da turba violenta, seguindo pela retomada do espaço, passando assim, a organizar as filas e gerir o controle do acesso ao estádio, bem como procedendo com revista sumária (Figura 3).

Figura 3 – Revista sumária após restabelecimento da ordem pela cavalaria



Fonte: o autor.

A figura 3 faz referência à partida entre flamengo e cruzeiro pelo Campeonato Brasileiro, no ano de dois mil e dezessete (2017). Jogo marcado por confrontos entre as torcidas e por uma série de tumultos provocados pelas torcidas organizadas raça e força jovem. Naquela ocasião a polícia montada foi a alternativa tática, lançada pelo comando do policiamento do evento, para o restabelecimento da ordem pública, devido aos inúmeros focos de tensão e distâncias entre esse focos. Devido à grande mobilidade, posição de comando do homem montado e capacidade de choque da carga de cavalaria, o RPMont foi decisivo a preservação da ordem pública naquela ocasião.

§ 1º - O grande raio de ação permite executar missões em qualquer local que seja indicado, deslocando-se a cavalo ou em transportes motorizados especiais, dispondo de condições de emprego em apoio e / ou apoiada por outra OPM;

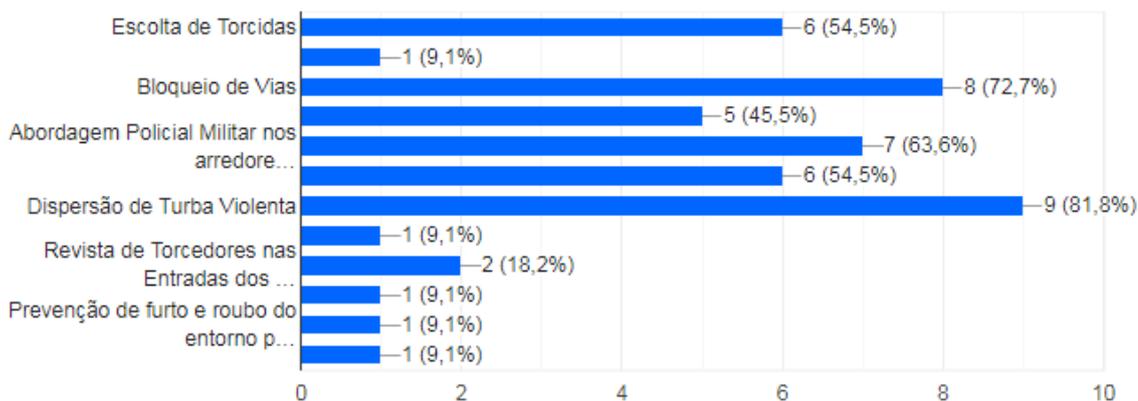
§ 2º - A rapidez e flexibilidade de manobra permite mudanças rápidas de direção e de formação combinando o movimento com a obtenção de efeitos surpresa em proveito de uma forte ação de choque bem como deslocamentos rápidos para os pontos em que eventualmente seja necessário seu emprego (RIO DE JANEIRO, 1991).

5.4. Resultados e análises dos dados de pesquisa

Os dados dispostos nesse item são frutos da análise documental e de experiência prática dos operadores da lei, evidenciados no preenchimento de formulários da presente pesquisa. Evidenciando os resultados da pesquisa, 88,9% dos 18 integrantes 23 do BEPE, são conhecedores da Doutrina de Emprego da Cavalaria durante o Policiamento em Estádios.

Dessa forma, os resultados (Figura 4) apontaram que em regra geral, a Cavalaria é utilizada como uma Alternativa Tática para a dispersão de turba violenta, seguido por bloqueio de vias e escolta de torcidas organizadas. Acredita-se que o resultado deve-se, mais uma vez, aos potenciais do emprego da Tropa Montada.

Figura 4 – Resultado da pesquisa sobre as principais formas de atuação



Fonte: O autor.

Questionados sobre qual forma de atuação é o dever da tropa montada (cavalaria), a maioria dos participantes (72,2%) optaram pela opção de depender das circunstâncias e das torcidas envolvidas, como mostra a figura 5.

Figura 5 – Resultado da pesquisa sobre a forma de atuação da tropa montada



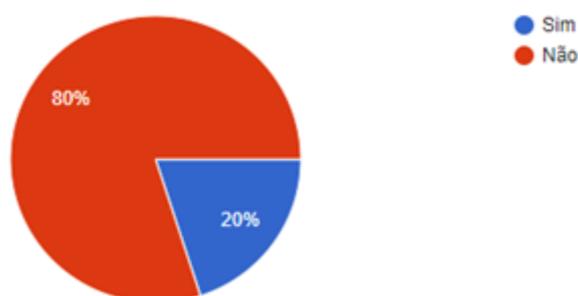
Fonte: o autor.

O emprego do policiamento montado se inicia de forma preventiva, porém, é sabido que a possibilidade de cobertura de setores extensos causam desgastes físicos desnecessários ao policiamento e ao animal. Desta forma, a

tropa montada trabalha de acordo com a demanda e circunstâncias adventícias que enfrentam no cotidiano.

No questionário alusivo ao emprego da Tropa Montada nas Praças Desportivas, 10 participantes responderam perguntas referentes a uma análise qualitativa das atuações da Tropa Montada nas Praças Desportivas. Através dele, 100% dos participantes confirmam que o Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios não conseguiria controlar todo público externo das Praças Desportivas, sem a presença da tropa montada. Porém, conforme a figura 6 nota-se que mesmo sendo de suma importância, o oficial do RPMont não dispõe de plenos conhecimentos sobre a Lei nº 10.671 do Estatuto do Torcedor.

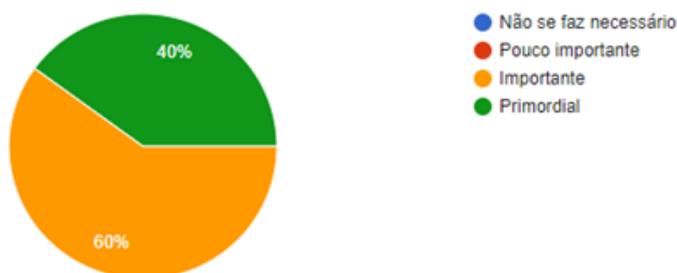
Figura 6 – Resultado da pesquisa sobre a disposição de conhecimentos do oficial do RPMont sobre a Lei nº 10.671



Fonte: o autor.

Desta forma, cogitou-se a implementação de uma matéria específica no RPMont para o Policiamento Montado em Praças Desportivas a fim de atender parte da demanda de conhecimento dos oficiais. A figura 7 mostra o grau de importância estabelecida pelos oficiais sobre a inclusão da matéria específica.

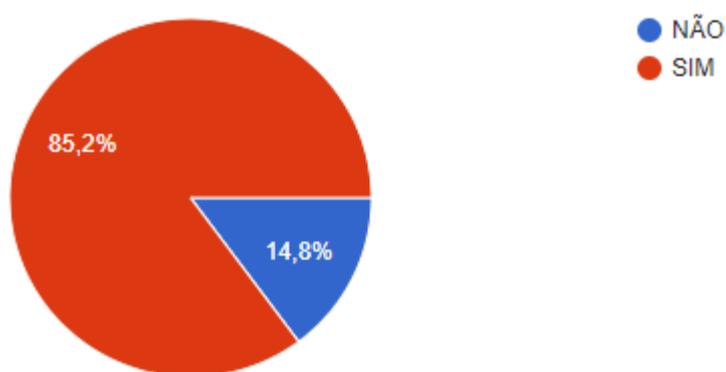
Figura 7 – Resultado da pesquisa sobre o grau de importância da inclusão da matéria específica no RPMont para Policiamento Montado em Praças Desportivas



Fonte: o autor.

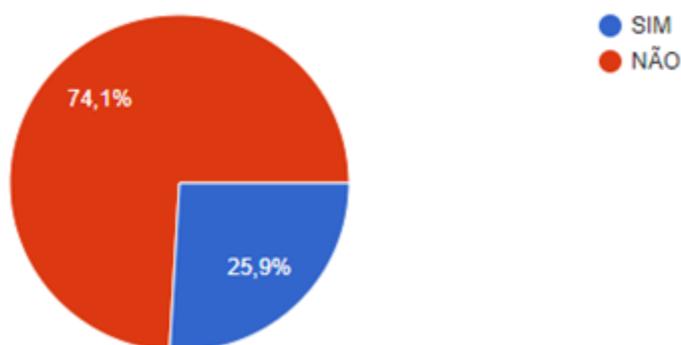
O questionário aplicado aos operadores do Policiamento Montado contou com a participação de 27 colaboradores experientes neste tipo de policiamento. Dentre eles, 23 colaboradores (85,2%) confirmam possuir conhecimentos técnicos suficientes para atuar no Policiamento em Estádios em conjunto com Tropa do BEPE (GEPE), como mostra a figura 8.

Figura 8 – Resultado da pesquisa sobre possuir conhecimentos técnicos suficientes para atuar no Policiamento em Estádios em conjunto com Tropa do GEPE (BEPE)



Fonte: o autor.

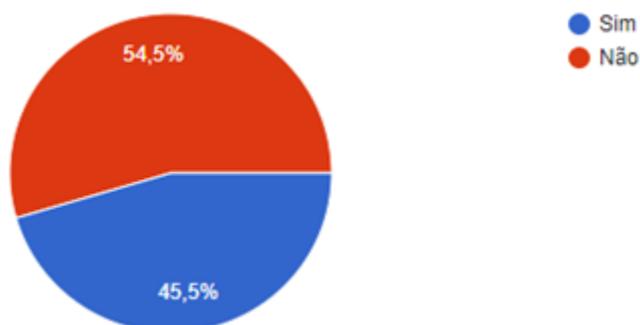
De acordo com o Manual de Polícia Montada do Estado do Rio de Janeiro (M-9), é necessário instruir os quadros e a tropa de Polícia Montada, desenvolvendo os conhecimentos sobre cavalo; sobre o arreamento, equipamento e armamento específicos; definir as características e as missões; estabelecer a doutrina de emprego da Polícia Montada, entre outras. Porém, quando se trata da lida dos conhecimentos jurídicos, a tropa do RPMont desconhece a legislação que rege a garantia legal, ou seja, o Estatuto do Torcedor, que devem ser levados em prática, resultando em uma ineficiência sobre o assunto. A figura 9 relata que dentre os colaboradores da pesquisa, 20 (74,1%), não possuem esse tipo de conhecimento.

Figura 9 – Resultado da pesquisa sobre tem conhecimento jurídico sobre o Estatuto do Torcedor

Fonte: o autor.

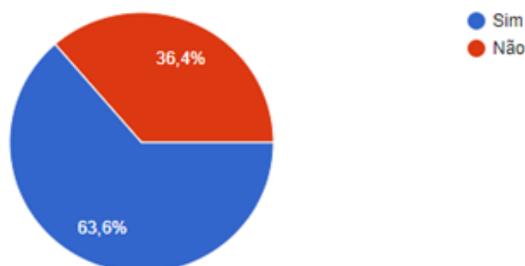
Por fim, dados do relatório Policiamento Montado em Praças Desportivas (Estádios de Futebol e Arenas Esportivas), contou com o auxílio de 11 entrevistados de diferentes Estados, com o objetivo de comparar o emprego da tropa montada em diferentes locais do Brasil. Para isso, Maranhão, Mato Grosso, Brasília, Ceará, Santa Catarina, Minas Gerais, Alagoas, São Paulo e Paraná contaram com a participação de um integrante por Estado e o Rio Grande do Sul, com dois integrantes.

Nesta pesquisa, notou-se que na corporação de seis entrevistados (54,5%) existe uma Unidade Especializada em Policiamento de Estádios (Figura 10), porém muitas dessas corporações não trabalham com estatutos/normatizações legais para o emprego da tropa montada em estádios. Esta falha esta relatava na figura 11, a qual possui sete (63,6%) corporações sem esta legitimidade.

Figura 10 – Resultado da pesquisa sobre a corporação respectiva existir Unidade Especializada em Policiamento de Estádios

Fonte: o autor.

Figura 11 – Resultado da pesquisa sobre a corporação possuir uma Normatização (Normas de Instrução, Procedimento Operacional Padrão, Manual, etc.) para o emprego da Tropa Montada para Policiamento em Estádios



Fonte: o autor.

Nota-se uma divergência no status de possuir e legalizar o trabalho realizado pela Tropa Montada na missão de garantir a lei e a ordem nos eventos desportivos. O Estado do Rio de Janeiro demonstrou estar avançado no quesito de possuir uma Unidade Especializada de Policiamento em Estádios. Já os oficiais do Regimento da Polícia Montada do Estado do Rio de Janeiro assumem ter conhecimentos técnicos, porém não apresentam conhecimentos sobre a norma jurídica que abrange Estatuto do Torcedor. Desta forma, os oficiais designados a este tipo de policiamento devem receber um conhecimento e uma capacitação continuada sobre o assunto. Quanto mais especializada a tropa, melhor poderão servir a sociedade. O preparo desses oficiais depende de uma atenção a ser voltada ao Policiamento Montado. Um manual padronizado sobre o emprego da Tropa Montada seria uma sugestão que envolveria tanto o regulamentado, como a constituição da Polícia Militar.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo buscou demonstrar, sem esgotar a discussão sobre a temática, a capacidade operacional que detém o Regimento de Polícia Montada Coronel Enyr Cony dos Santos de atuar no policiamento ostensivo nas praças desportivas. Contudo, observou-se também, que há a necessidade da realização de estudos para renovação e escrituração da doutrina de policiamento ostensivo nas praças desportivas.

Além disso, mostrou-se a necessidade da inclusão de matéria específica sobre essa atuação para a formação dos quadros da Polícia Montada. Nessa ocasião, deve-se prezar pelo estreitamento de laços com a tropa do Batalhão

Especial de Policiamento em Estádios, conhecendo sua doutrina e ainda focando no aprendizado do Estatuto de Defesa do Torcedor.

Ainda nessa direção, aponta-se a necessidade de treinamentos rotineiros na preparação do cavalo de policiamento ostensivo em praças desportivas. Este deverá estar apto a realizar o patrulhamento em meio a sons, luzes e aglomerações. Indica-se ainda, a preparação da cavalhada dentro da pista de Cross Country, onde serão testados aspectos como franqueza, condução individualizada e rusticidade do conjunto. Ensinaamentos estes, adquiridos durante o campeonato de Concurso Completo de Equitação (CCE) Forte Anhanguera, pelo Coronel R1 Jeferson Sgnaolin Moreira, atleta olímpico do CCE durante os Jogos Olímpicos de Pequim (2008).

Com as análises aqui explanadas, a Polícia Montada demonstrou-se capaz de realizar todo o processo de policiamento ostensivo externo aos estádios, seja apoiando a tropa a pé para a preservação da ordem pública, através da ação preventiva ou sendo apoiada no reestabelecimento da ordem, a partir de uma ação repressiva, sendo utilizada como alternativa tática no controle dos distúrbios civis.

Corroborando com a mesma análise descrita nesse trabalho, o Coronel PM Marcelo Vieira Salles, comandante geral da Polícia Militar de São Paulo, explica, durante palestra na Escola de Equitação do Exército, que a tropa montada é versátil, sendo a mesma capaz de realizar o patrulhamento ordinário ostensivo, com vistas a prevenção de delitos, ela é capaz de tornar-se uma eficiente tropa de choque, com o simples descer de viseiras dos capacetes e o desembainhar de sabres. Fato que não ocorre com os demais processos de policiamento, onde a força de reação de uma tropa a pé, para o controle de distúrbios civis, depende de diversos equipamentos e de expressivo número de policiais.

Além disso, a tropa montada reúne características peculiares que agregam valores no policiamento de proximidade. Modalidade de policiamento capaz de aproximar os torcedores de bem a polícia militar e ao mesmo tempo capaz de inibir ações agressivas dos maus torcedores, que buscam apenas a violência nos estádios.

Assim, verifica-se as qualidades e possibilidades de emprego da Tropa Montada. Sendo esta, uma alternativa tática as demandas enfrentadas pelo Batalhão Especializado de Policiamento em Estádios. Possibilitando patrulhar os perímetros dos estádios, fazendo zelar pela paz e ainda tropa capaz de reestabelecer a ordem pública, quando necessário.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORIM, B.. Policiais civis e militares recebem premiação por redução de índices de criminalidade em 2014. **O Globo**, Rio de Janeiro, 12 jun.2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/policiais-civis-militares-recebem-premiacao-por-reducao-de-indices-de-criminalidade-em-2014-16131024#ixzz3oBwpe1ha>>. Acesso em: 10 jul.2019.

AGUIAR, V.. Para coibir assaltos no centro do Rio, polícia usa cavalos e bicicletas. **EBC Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 05 mai. 2015. Disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2015-05/policia-recorre-cavalos-e-bicicletas-para-patrolhar-centro-do-rio>>. Acesso em: 25 mai. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

CERQUEIRA, C.M.N.. **Do Patrulhamento ao Policiamento Comunitário**. Fundação Ford / Freitas Bastos Editora, Rio de Janeiro, 1998.

DE SOUZA, C. F. O. **Policiamento Montado: Aperfeiçoamentos/Contribuições à Experiência/Trabalho em Vigor na PMMG**. Rio de Janeiro: Monografia do Curso de Pós-graduação em Equitação, 2007.

DORES, D. A.; MORAIS, B.. **A Mais-Valia Operacional da Capacidade de Forças da Guarda Nacional Republicana a Cavalos**. Predrouços-Portugal: Trabalho de Investigação Individual do CECM, 2014/2015.

FERREIRA, D.. **6 motivos para a utilização do Policiamento Montado**, Bahia, 20 abr. 2015. Disponível em: < <http://abordagempolicial.com/2015/04/policiamento-montado/>>. Acesso em: 12 out. 2019.

FILHO, V.S.O.. **A utilização do cavalo nas unidades hipomóveis como elemento de integração com a sociedade em consonância com o projeto de polícia comunitária da Polícia Militar da Bahia**. Rio de Janeiro: Monografia do Curso de Pós-graduação em Equitação, 2005.

FINE, J. C.. **Police on Horseback - a New Concept for an Old Idea**. Boletim de Aplicação da Lei do FBI, julho, pp. 6-7, 2001.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Manual de policiamento montado**. Belo Horizonte: 1981. p.137.

PEREIRA, J.C.. **Iniciação do Cavalo para o Policiamento Montado: Uma Proposta**. Recife: Monografia do CAO/PMPE, 1994.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. Regimento de Polícia Montada. **Policiamento**. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/rpmont/policiamento.html> Acesso em 20 jun. 2019.

MINAS GERAIS, Polícia Militar. **Manual de Emprego do Cavalo nas Atividades de Defesa Social**. Belo Horizonte: Academia de Polícia Militar – Centro de pesquisa e pós-graduação, 2004 (projeto).

MORAIS, P.A.R.. **O emprego do Regimento de Cavalaria Alferes Tiradentes conforme a DPSSP 01/2002**. 2003, 60 p. Monografia (Atualização) – Instituto de Educação de Segurança Pública, Belo Horizonte, 2003.

RIO DE JANEIRO, Polícia Militar. **Boletim da Polícia Militar nº 146**. Rio de Janeiro: 2015.p 46.

RIO DE JANEIRO, Polícia Militar. **Manual de Polícia Montada (M-9)**. Rio de Janeiro, 1991.

RODRIGUES, D.. Raça de cavalo apta ao policiamento é apresentada em Porto Alegre. **O Globo**, Rio Grande do Sul, 03 set. 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2012/09/raca-de-cavalo-apta-ao-policiamento-e-apresentada-em-porto-alegre.html>>, Acesso em: 16 out.2019.

RODRIGUES, F.A.N.; ZARONTONELLI, J.R.G.. **Policiamento Montado. Sua expansão pelo interior do Estado de Minas Gerais**. 1994, 166 p. Monografia (Especialização) –Academia de Polícia Militar, Belo Horizonte, 1994.

RODRIGUES, L.A.F., 1949. **A Guarda Real de Polícia - Origens da Guarda Nacional Republicana: I Parte**. 1ª ed. Lisboa: Tipografia GNR, Lisboa, 1949.

ROTH, M., 1998. **Mounted Police Forces: a comparative history**. Policing: An International Journal of Police Strategies & Management, pp. 707-719.

SARTÓRIO, M.E.. **Padronização de Doutrinas para a Implantação e Manutenção de Organizações Policiais Militares de Policiamento Montado**. Rio de Janeiro: Monografia do Curso de Pós-graduação em Equitação, 2005.

SÃO PAULO, Polícia Militar. **Manual de Controle de Multidões da Polícia Militar do Estado de São Paulo**. São Paulo, 2018.

SILVA, W.O.A.. **O Cavalo como Instrumento de Relações Públicas na PMDF**. Rio de Janeiro: Monografia do Curso de Especialização em Atividade Equestre do Exército Brasileiro, 2011.

SWINDELL, S. **Policing on bicycles and horses**. Boletim Telemasp, novembro/dezembro, pp. 1-11, 2007.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Diretriz Geral de Operações**. Rio de Janeiro – RJ, 1982.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Cadernos de Polícia**. Rio de Janeiro - RJ, Secretaria de Estado de Polícia Militar, 1994.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Direcionamento estratégico da PMERJ 2013-2018**. Rio de Janeiro - RJ, Secretaria de Estado de Segurança Pública, 2012.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Normas Gerais de Policiamento**. Rio de Janeiro - RJ, Secretaria de Estado de Polícia Militar, 1983.

VALLA, W. O., **A Questão da Segurança Pública nos Eventos Desportivos e a Responsabilidade do Estado**. p. 7-9, 2004.

ARTIGO

A implantação do Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP)

DOI: 10.5935/2178-4590.20230004

Maj PM PSI Roberta Torres dos Santos

Graduação em Psicologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Pós Graduada em Direitos Humanos pela Universidade de Coimbra (UC), Portugal e Mestre em Ciências Policiais e especialista em Gestão da Segurança no Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna (ISCPsi), Portugal.

robertatpsi@gmail.com



Data de submissão: 16/11/2022

Data de aceite: 30/11/2022



RESUMO

Este trabalho pretende demonstrar que uma política de saúde voltada para a prevenção à agravos a saúde podem ser implementada quando há apoio do governo federal e repasse financeiro aos Estados da República Federativa do Brasil. Pretende demonstrar também a importância de uma gestão comprometida com a execução de um convênio federal e sua institucionalização consegue desenvolver e executar um programa na área de saúde de forma permanente. A Diretoria Geral de Saúde (DGS) da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (SEPM) em parceria com antiga Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) elaborou as diretrizes em saúde ocupacional do convênio do que posteriormente viria a ser o Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP) implantado neste estado. Sua institucionalização em 2013, representou uma mudança estratégica para o oferecimento de saúde ao trabalhador. Desta forma, neste trabalho demonstraremos que a realização de exames periódicos preventivos, incluindo diversas especialidades, busca garantir condições de detecção de alterações significativas na condição de bem-estar, intervir precocemente nos quadros clínicos, prevenir doenças e realizar encaminhamentos ao sistema de saúde quando necessário. Reduz-se assim, os riscos de agravamento e custos operacionais relacionados à saúde. Sabemos que as condições de trabalho dos policiais podem influenciar no desempenho de suas funções e que o risco ocupacional a que estes profissionais estão rotineiramente submetidos, em qualquer parte do mundo, é sempre elevado. Delimitaremos, assim, a discussão ao campo da Saúde do Trabalhador, sob o recorte da Saúde Ocupacional.

Palavras-chave: Condições de trabalho; exames periódicos; risco ocupacional; saúde ocupacional.

ABSTRACT

This paper aims to demonstrate that a health policy focused on the prevention of health problems can be implemented when there is support from the federal government and financial transfer to the states of the Federative Republic of Brazil. It also intends to demonstrate the importance of a management committed to the implementation of a federal agreement and its institutionalization can develop and implement a program in the area of health on a permanent basis. The Diretoria Geral de Saúde (DGS) of the Secretaria de Estado de Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (SEPM) in partnership with the oldest Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESEG) developed the guidelines on occupational health of the agreement that would later become the Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP) implemented in this state. Its institutionalization in 2013 represented a strategic change for the offering of health care to workers. Thus, in this work we will demonstrate that the implementation of periodic preventive examinations, including various specialties, seeks to ensure conditions for the detection of significant changes in the condition of well-being, early intervention in clinical conditions, disease prevention and referrals to the health system when necessary. This reduces the risks of aggravation and operational costs related to health. We know that the working conditions of police officers can influence the performance of their duties and that the occupational risk to which these professionals are routinely subjected, anywhere in the world, is always high. Thus, we will delimit the discussion to the field of Worker's Health, under the focus of Occupational Health.

Keywords: Working conditions; periodic examinations; occupational risk; occupational health.

INTRODUÇÃO

A incorporação de procedimentos voltados ao controle e monitoramento dos indicadores relacionados à doença ocupacional, e a adoção de medidas preventivas no âmbito da gestão de saúde e segurança no trabalho, demonstram preocupação da gestão com seus servidores e ajuda a desenvolver uma consciência coletiva de respeito à sua integridade física. Oferecer um ambiente de trabalho seguro aos servidores é um dever do empregador, fato este explicitado e assegurado nos capítulos que versam sobre direitos trabalhistas na Constituição Federal do Brasil (CFB).

Cabe afirmar ainda que, no campo da segurança coletiva, por sua vez, os policiais são servidores públicos protegidos pela mesma CFB que lhes assegura o direito à saúde, integridade física e mental no exercício do trabalho, sendo assim, regidos pelas mesmas normas válidas que os trabalhadores privados. Cumpre assim citar o artigo 7º, inciso XXII, da Constituição Federal Brasileira de 1988 ao preconizar que: "São direitos do trabalhador, além de outros que visem

à melhoria de sua condição social, a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança” (BRASIL, 1988).

Neste diapasão, Aguiar (2001) afirma que não basta pensar somente na população enquanto destinatários das ações de segurança pública. Temos que observar que os agentes de segurança também são cidadãos, com direitos e deveres, devendo ter sua dignidade respeitada e condições de vida digna, para que exerçam sua profissão com um mínimo de segurança individual e para si e para os seus familiares. (AGUIAR, 2001, p. 203).

Portanto, a execução de ações de saúde ocupacional ainda pode ter impacto positivo no grau de satisfação que o servidor pode experimentar por se sentir cuidado pelo seu empregador, refletindo em última instância no melhor desempenho de seu trabalho em servir a população.

Ademais, e mais importante, ao introduzir tais políticas de prevenção em saúde e segurança no trabalho, a organização diminui consideravelmente os gastos com indenizações trabalhistas e os custos indiretos que o absenteísmo e perda de pessoal acarretam. Da mesma forma, as organizações policiais devem buscar a efetivação das ações de promoção, prevenção e educação em saúde, redução de acidentes e doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção do bem-estar.

Para colocar em prática os objetivos do plano de melhorias no sistema de saúde dos profissionais de segurança da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro (SEPM), foi realizado um convênio com a Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), que instituiu um Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP) - um programa que incluía avaliação integral de saúde através do acesso facilitado dos policiais aos serviços de atenção biopsicossocial, objetivando a realização de uma avaliação integral de saúde anual, para os policiais empregados na atividade de patrulhamento e de rua. Este serviço consiste na efetivação das ações de promoção e educação em saúde, prevenção de acidentes e doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde; manutenção dos esquemas vacinais, de rotina e campanhas relacionadas a saúde do adulto, detecção precoce de sinais de doenças e agravos à saúde, minimizando o impacto das doenças crônicas.

Desta maneira, procuro analisar neste trabalho como a indução das políticas públicas do Governo Federal do Brasil, na área de saúde dos profissionais de segurança, incentivou o estabelecimento de projetos voltados para a prevenção em ações de saúde dos policiais da PMERJ, provocando mudança na configuração nos exames periódicos de triagem e prevenção do Sistema de Saúde.

1 DA ATIVIDADE POLICIAL, DO RISCO À MANUTENÇÃO DA SAÚDE E QUALIDADE DE VIDA DO POLICIAL

Segundo Minayo, Souza e Constantino (2008) o risco profissional é uma condição intrínseca à profissão policial, e desempenharia um papel estruturante nas condições laborais, ambientais e relacionais dos profissionais de segurança. Segundo pesquisa realizada pelas mesmas autoras, acerca da percepção de riscos pelos policiais militares, foi constatado que, a grande maioria dos profissionais afirmou sentir-se de “prontidão” e alerta ininterruptamente, não só ao desempenharem suas atividades, mas mesmo em seus dias de folga. Ou seja, o risco ocupacional de sofrer algum dano é elevado e constante aos policiais militares, sendo agressão verbal, queda, tentativa de homicídio, agressão física e perfuração por arma de fogo as injúrias mais frequentemente sofridas por tais profissionais. Pode-se asseverar, assim, que escolher ser policial implica assumir o risco de experimentar danos, lesões, traumas ou morte em função do exercício dessa atividade. (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Porto (2008) destaca que a relação entre a Polícia e a sociedade é marcada pela ambivalência. A sociedade espera que a atuação da instituição policial diminua a criminalidade. A ação policial esperada reduziria o sentimento de medo e insegurança da população que comumente se expressa em pedidos de mais “confronto”, “enfrentamento” e “repressão”. E ainda, resultando até mesmo no consentimento implícito, de que a Polícia ultrapasse os “limites da legalidade” para que estas metas sejam alcançadas.

Desta maneira, se bem-sucedida, a intervenção policial, no sentido da aplicação dos rigores desejados pela sociedade, na suposta manutenção da lei e da ordem, faz deste agente da violência um herói; se fracassada, identifica-o à figura do bandido. O policial torna-se violento em busca da “legitimidade e do respeito” e, ao fazê-lo, compromete precisamente o objetivo que pretende alcançar: a almejada legitimidade. (PORTO, 2001, p. 49).

Conforme explicita Porto (2001), a Polícia intensificaria a violência e a repressão buscando demonstrar eficiência e competência. Porém, ao fazê-lo, inviabiliza o momento seguinte inscrito em sua estratégia: a produção e a construção social da legitimidade da ação policial por parte da população. Afinal, o que acaba ocorrendo é a culpabilização do policial quando sua atuação se reveste de violência e poder.

O resultado da escolha por este modo de atuação, com base nos enfrentamentos, costuma resultar no aumento da vitimização e letalidade destes profissionais. E o que acaba por ocorrer de acordo com Silva (2001), é a equivocada associação que se faz entre o número de policiais mortos e feridos a uma eventual eficiência da política de segurança adotada em que os policiais estariam “morrendo mais” porque a polícia estaria “trabalhando mais” (SILVA, 2001, p. 79). De onde se constata, que quando políticas prioritariamente repressivas, com foco no enfrentamento da criminalidade, são escolhidas como estratégias de policiamento, o número de policiais mortos e feridos aumenta drasticamente.

Soma-se a essa situação, o fato de que as condições de trabalho do operador de segurança pública, contribuem efetivamente para suas taxas de vitimização e letalidade. Como por exemplo, um policial sem os equipamentos básicos de proteção individuais (EPI) e coletivos (EPC), em pleno exercício de sua função, sem dúvida alguma, se sente mais inseguro do que se estivesse portando tais equipamentos.

A sensação de insegurança gerada pela ausência destes equipamentos básicos de segurança e, de fornecimento obrigatório pela Polícia, pode também causar maior estresse ao policial, pois, além do estresse já cotidianamente suportado pelo mesmo, a mera constatação do aumento do risco iminente, face à diminuição de seus recursos materiais de defesa, influencia em seu resultado e desempenho.

Para Aguiar (2001) as condições de trabalho ainda influenciariam a eficácia do policiamento:

Não se “polícia” uma sociedade complexa com equipamentos ultrapassados, com carros em frangalhos, com rádios com defeito, ou mesmo, com postos e delegacias distribuídos de modo irregular, em detrimento das comunidades mais carentes. Uma polícia com tais condições não realiza suas funções fundamentais.” (AGUIAR, 2001, p. 203).

Assim, Seabra (2011) vem ressaltar a importância de se levar em consideração as condições laborais relacionadas à gestão institucional, e, também, relacionadas aos recursos humanos, que envolvem o ambiente de trabalho, função, cargo, chefia, relações estabelecidas internamente entre os pares, condições de saúde, reconhecimento social do profissional, realização pessoal, promoção ao longo da carreira e etc.

Ainda, Seabra (2011) destaca que estar atento às adequadas condições ambientais de trabalho não é suficiente para a eficiência do trabalho policial. Afinal, não se pode deixar de considerar as exigências emocionais necessárias para desempenhar tal atividade.

Estudiosos do campo da segurança do trabalhador afirmam que é preciso investigar quais seriam os fatores mais frequente relacionados às causas dos acidentes laborais. Assevera-se que acidentes têm muitas vezes, em sua gênese, a participação tanto do trabalhador, como da instituição a que este profissional está vinculado.

Os acidentes seriam ocasionados pela combinação de vários fatores como, por exemplo, os comportamentais, relativos às atitudes, conhecimentos, condições físicas e mentais, e os ambientais, que incluíam os equipamentos de proteção de segurança e as medidas de proteção individuais e coletivas (como por exemplo, coletes de proteção balística, capacetes, etc.).

Pesquisadores da área de saúde do trabalhador que avaliam risco no ambiente de trabalho ressaltam que as situações que envolvem esta noção, não podem ser consideradas apenas como processos objetivos, uma vez que fatores culturais, ou seja, subjetivos, afetam também o julgamento dos indivíduos sobre ocorrências arriscadas (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2003).

Ainda segundo Minayo, Souza e Constantino (2008), o conceito de risco seria importante por realizar uma perfeita mediação entre condições de trabalho e condições de vida. E se grande parte dos acidentes sofridos por trabalhadores que atuam em profissões de risco são derivados de falhas técnicas e de acidentes ambientais, no caso dos policiais, os riscos derivam, por excelência, das interações com a sociedade. Tais interações, devido à própria natureza do trabalho, apresentam uma significativa margem de imprevisibilidade (MINAYO; SOUZA; CONSTANTINO, 2008).

Ou seja, sendo a atividade ostensiva da Polícia por si só perigosa, o que acaba por ocorrer é que, independentemente do grau de risco de uma situação qualquer, os profissionais da segurança pública terminam por estabelecer todas as ocorrências, mesmo as de menor potencial de perigo, como sendo ameaçadoras.

Minayo, Souza e Constantino (2008) destacam os mecanismos de defesa de que os policiais se utilizam para diminuir o sentimento de ameaça que experimentam. Deste modo, foram identificadas construções que negam o risco experimentado, naturalização e desqualificação do perigo, uso de drogas, religião, frequente desrespeito às regras, aos regulamentos, à disciplina, à vigilância e às instruções, chegando ao enfrentamento cara a cara das situações verdadeiramente arriscadas, sem proteção alguma.

Assim, é frequente encontrar no local de trabalho a existência de sistemas defensivos coletivamente estruturados que objetivem tornar o perigo invisível. Percebe-se que os policiais são incentivados a manifestações de coragem e ao mesmo tempo, lhes é negado à possibilidade da manifestação do medo, em um pacto silencioso que objetiva eliminar a existência do perigo.

Se o conceito de segurança já foi questionado nos temas de segurança pública, cabe agora que o seja em seu sentido pessoal. Será preciso definir quais seriam as ações institucionais necessárias a serem adotadas para minimizar os riscos e atuar preventivamente na manutenção da saúde destes profissionais. Estas ações estão fundamentadas no campo da saúde do trabalhador e consiste na sistematização de normas destinadas a prevenir acidentes, eliminando condições inseguras e prevenindo doenças ocupacionais.

Desta forma, o Ministério da Justiça ao elaborar políticas sobre Valorização Profissional e Qualidade de Vida e sobre o campo da saúde do trabalhador dos profissionais de segurança pública, propuseram uma linha de financiamento através da modalidade de convênio que possibilitasse repasse de recursos financeiros para que os estados que apresentassem e executassem projetos vinculados a esta temática.

Assim, o ano de 2012, a antiga Secretaria de Estado de Segurança do Estado do Rio de Janeiro (SESEG¹) conseguiu aprovação em um projeto que instituiu o Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP).

2 O FUNDO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA E SEUS DESDOBRAMENTOS INSTITUCIONAIS

O Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), instituído através da Lei n. 10.201, de 14 de fevereiro de 2001, tem como finalidade apoiar projetos na área de segurança pública e de prevenção à violência, mais especificamente nas ações ligadas à Qualidade de Vida e Valorização Profissional dos policiais, enquadrados nas diretrizes do plano de segurança pública do Governo Federal Brasileiro.

Dito isso, a SENASP realiza o lançamento do edital em 2011, com financiamento direcionado a ações voltadas a Valorização Profissional, em conformidade com a Portaria Interministerial da Secretaria de Direitos Humanos/Ministério da Justiça nº 2/2010, que estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e prevê que as instituições policiais devem incluir em suas ações o acesso a serviços de acompanhamento e tratamento da saúde.

A legislação brasileira que subsidia as ações sobre Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública está regulamentada pela Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, o Art. 25, inciso V, refere-se ao Sistema de Saúde dos Profissionais de Segurança Pública e o Art. 42 ao Programa Nacional de Qualidade de Vida para Profissionais de Segurança Pública (Pró-Vida).

Considerando a natureza da função policial, as escalas de serviço e a grande demanda de atendimento nas unidades de saúde, muitos profissionais de segurança pública, acabam por não se submeterem às consultas de saúde regularmente e aos exames de rotina. Tal fato pode resultar em um cuidado inadequado à saúde policial militar, assim como dificulta o estabelecimento de programas de prevenção que possam impedir a evolução de doenças crônico-degenerativas.

¹ Em 2019, a antiga Secretaria de Estado de Segurança Pública foi extinta e a Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) torna-se Secretaria Estadual de Polícia Militar (SEPM)

Tendo em vista, à época o crescente o aumento de licenças de saúde e do adoecimento dos policiais, a implantação de uma política de saúde do trabalhador com foco na prevenção e promoção de cuidados era mais que necessária. Logo, em dezembro de 2012, a antiga Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro (SESEG) submeteu e conseguiu a aprovação da proposta de convênio, cujo escopo era a “Implantação de Unidades Itinerantes do Serviço de Atenção à Saúde para assistência biopsicossocial dos profissionais de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro”.

As ações previstas a serem realizadas, contemplavam a criação e institucionalização de um Serviço de Atenção à Saúde do Policial (SASP). Este serviço constituía em avaliações periódicas multidisciplinares, incluindo exames clínicos e laboratoriais. Além disso, a proposta teria como objetivo a implementação de uma cultura de assistência e educação em saúde, pautada pelos preceitos da saúde do trabalhador, valorizando a vigilância epidemiológica e com foco na prevenção.

Assim, o Serviço de Atenção à Saúde do Policial foi pensado com o objetivo de:

- Facilitar o acesso dos policiais aos serviços de atenção biopsicossocial;
- Realizar avaliação integral de saúde (clínica, mental e bucal) anual para os policiais militares da ativa;
- Efetivar as ações de promoção e educação em saúde, prevenção de acidentes e doenças, diagnóstico, tratamento, reabilitação e manutenção da saúde;
- Manter atualizados os esquemas vacinais, de rotina ocupacionais, campanhas sazonais e as extraordinárias previstas para estes profissionais durante a Avaliação Geral de Saúde e Campanha de Vacinação contra Influenza antes do inverno (Multivacinação – atualização do esquema vacinal do adulto durante todo ano contra: Covid, Hepatite B, Tétano, Difteria, Sarampo, Rubéola, Antirrábica e Febre Amarela); e
- Detectar precocemente sinais de doenças e agravos à saúde, minimizando os impactos das doenças crônicas.

Desta forma podemos dividir as ações que ocorrem no âmbito do SASP em três áreas principais e seus respectivos enfoques:

- Avaliação Geral de Saúde é realizada em forma de circuito, e pode ser didaticamente dividida em duas etapas, básica e de nível superior. A etapa básica compreende preenchimento do prontuário do SASP com identificação, aferição das medidas antropométricas, dos sinais vitais, atualização do calendário vacinal, coleta de exames laboratoriais, realização de eletrocardiograma (ECG), rastreio para acuidade visual a etapa de nível superior é realizada após a conclusão da etapa básica e é composta de consulta médica, psicológica, nutricional e de enfermagem com foco em saúde do trabalhador. Toda a avaliação é realizada em aproximadamente quatro horas, permite determinar se o policial está apto para o Teste de aptidão física (TAF), para atividade de rancho e identifica problemas e riscos à saúde.
- Acompanhamento Médico, Psicológico e Nutricional. Tratamento de problemas e riscos identificados na Avaliação Geral de Saúde. Os policiais após avaliação inicial são marcados para consultas de acompanhamento em uma unidade básica de saúde e com especialistas na corporação, o agendamento é feito pela própria equipe do SASP. O policial é notificado da data, horário e local da consulta ou exame.

Uma das primeiras ações motivadas pelo convênio foi a publicação de um documento que estabelecia a criação e a regulamentação do SASP e determinava suas diretrizes. Levando essa realidade em consideração, o SASP tem possibilitado o acesso aos exames clínicos e laboratoriais regulares, nas próprias unidades operacionais, evitando deslocamento dos profissionais às unidades de saúde e aumentando a adesão deles ao programa.

Outra mudança relevante foi o acréscimo de outras especialidades no exame periódico dos policiais militares da ativa, anteriormente apenas Teste de Aptidão Médica, agora Avaliação Geral de Saúde incluía: exame médico, psicológico, consulta de enfermagem, nutricional, além de atualização do calendário vacinal, realização de exames complementares e eletrocardiograma (ECG), avaliação da acuidade visual, medidas antropométricas, aferição de sinais vitais e preenchimento do prontuário do SASP.

No que diz respeito a atuação da psicologia no SASP, estabeleceu-se como objetivo a identificação do sofrimento psíquico, orientação e encaminhamento para o tratamento adequado. A avaliação psicológica é dividida em quatro etapas: aplicação de testes psicológicos, correção dos testes, entrevista e

encaminhamento. Atualmente são utilizados dois instrumentos: para medir ansiedade e depressão- HAD (*Hospital Anxiety and Depression Scale*) e o Questionário de Estresse Policial Operacional e Organizacional. O resultado é classificado como: baixa, média e alta intensidade e servem para nortear a entrevista psicológica.

Nesta etapa também são levantados os sintomas emocionais presentes, aspectos do trabalho que podem contribuir para o adoecimento, problemas pessoais e familiares e demais fatores responsáveis por gerar sofrimento psíquico. A partir da identificação de médio/alto sofrimento emocional ou hipótese de transtorno psicológico, o profissional é encaminhado para acompanhamento psicológico e psiquiátrico.

Reconhecendo que há muitos impasses e dificuldades em procurar um psicólogo e no reconhecimento do próprio adoecimento emocional, tal entrevista pode representar um importante caminho para a sensibilização e acesso do policial ao tratamento.

Em muitos casos, o SASP é um momento único de acesso e porta de entrada aos serviços de saúde da instituição, pois realiza a avaliação integral e multidisciplinar em uma população, em sua maioria de homens adultos e presumivelmente saudáveis que tende a procurar ajuda somente quando está em estado grave. Como encontramos na literatura identificar as patologias na fase inicial pode indicar um prognóstico muito mais favorável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que podemos perceber através da implantação de exames periódicos de rastreio e serviços de saúde ocupacional, como proposto pelo SASP, é que, investir em diagnóstico das doenças laborais é um primeiro passo para identificar aos profissionais que precisam ser encaminhados ao serviço de saúde da corporação.

Como vimos neste exemplo, os serviços de saúde existentes nas instituições policiais podem ser aperfeiçoados e aprimorados incluindo parcerias entre as diversas instâncias de governabilidade, através da colaboração, financiamento e indução de política pública entre o governo federal e as instituições estaduais.

Assim, intervir precocemente junto a estes profissionais em situações de risco em saúde pode resultar no que faz diferença entre a cronificação de uma doença, o afastamento precoce do profissional ou a possibilidade de acesso ao tratamento indicado.

Através desse serviço, a instituição policial propõe uma rede de cuidados prioritária em saúde e de valorização para profissionais com alto risco ocupacional, como já antes explicitado, tendo como resultado um efetivo mais saudável e mais satisfeito, investindo desta forma em um profissional mais pronto para desempenhar suas funções junto à população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Roberto. É possível construir uma segurança pública sem violência? *In: Violência Policial: Tolerância Zero?* Goiânia: Editora UFG, 2001.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasil, DF. Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009**. Institui o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH-3. Brasília, DF, 2009.

_____. **Portaria Interministerial SEDH/MJ, nº 2, de 15 de dezembro de 2010** – Estabelece as Diretrizes Nacionais de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública. Brasília, DF, 2010a.

_____. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. SENASP. **Guia de Qualidade de Vida**. Brasília, DF, 2010b.

_____. **Portaria Interministerial SEDH/MJ, nº. 4.226, de 31 de dezembro de 2010**, Estabelece as diretrizes do uso da força pelos agentes de segurança pública. Brasília, DF, 2010c.

MINAYO, M.S.; SOUZA, E. R.; CONSTANTINO, P. **Missão Investigar: entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2003.

_____. **Policial, risco como profissão: morbimortalidade vinculada ao trabalho**. Ciênc. saúde coletiva, Rio de Janeiro, v. 10, n. 4, Dec. 2005.

_____. **Missão Prevenir e Proteger: Condições de trabalho, saúde e qualidade de vida dos policiais militares do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2008.

PORTO, M. E. G. Violência e segurança: a morte como poder? *In: Violência Policial: Tolerância Zero?* Goiânia: Editora UFG. 2001.

SEABRA, Alexandra Paula Pereira de Carvalho. **Síndrome de Burnout e a Depressão no Contexto da Saúde Ocupacional**. 2008. 262 f. Tese (Doutorado) - Curso de Ciências de Saúde Mental, Universidade do Porto, Porto, 2008. Disponível em: <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/19388/2/Tesefinal.pdf>. Acesso em: 05 dez. 2022.

ARTIGO

Prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ

DOI: 10.5935/2178-4590.20230005

Cap PM Kilsa de Campos

Capitão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
pedrohpn@gmail.com



Data de submissão: 23/11/2022

Data de aceite: 08/12/2022



RESUMO

Este artigo versa sobre a prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ. Os policiais estão sempre expostos a riscos físicos e mentais, que podem trazer alterações para a saúde e afetar sua qualidade de vida. Assim, o objetivo desse estudo é identificar a prevalência de hipertensão arterial sistêmica em Policiais militares de Unidades da Polícia Militar (Batalhão de Policiamento de Choque Policiamento Aeromóvel, Primeira Companhia Independente de Polícia Militar, Comando de Operações Especiais e Quartel General) submetidos à Avaliação de Saúde. Com os resultados obtidos, identificou-se que diversos fatores favorecem o aparecimento da HAS. A maioria desses fatores está associado aos hábitos de vida, entre eles o padrão alimentar, o sedentarismo e o estresse, fatores fortemente presentes devido às pressões apresentadas pela atividade de trabalho desenvolvida principalmente na população alvo do estudo. Conclui-se que, pela profissão, o Policial Militar está predisposto ao aparecimento de doenças graves e entre elas a HAS. Em parte, isso ocorre, pelo fator estressor inerente à profissão, provocando o adoecimento e o afastamento do cargo, causando desfalque na tropa pelo afastamento desses policiais das ruas e ainda pelo ônus monetário ao Estado, que passa a arcar com medicamentos em caso de internações entre outros procedimentos terapêuticos.

Palavras-chave: Avaliação de saúde; hipertensão arterial; policial militar.

ABSTRACT

This article deals with the prevalence of arterial hypertension in police officers from PMERJ units. Police officers are always exposed to physical and mental risks, which can change their health and affect their quality of life. Thus, the objective of this study is to identify the prevalence of systemic arterial hypertension in military police officers of Military Police Units (Shock Police Battalion, Mobile Air Policing, First Independent Military Police Company, Special Operations Command and Headquarters) submitted to Health Assessment. With the results obtained, it was identified that several factors favor the appearance of SAH. Most of these factors are associated with life habits, including dietary patterns, physical inactivity and stress, factors strongly present due to the pressures presented by the work activity developed mainly in the target population of the study. It is concluded that, by profession, the Military Police is predisposed to the appearance of serious diseases and among them SAH. In part, this occurs due to the stressor factor inherent to the profession, causing illness and removal from the position, causing embezzlement in the troop due to the removal of these police officers from the streets and also due to the monetary burden on the State, which starts to pay for medication in case of hospitalizations, among other therapeutic procedures.

Keywords: Health assessment; arterial hypertension; military police.

INTRODUÇÃO

A pressão arterial (PA) é definida como pressão que o sangue exerce nos vasos sanguíneos quando esse circula pelo corpo. Isso ocorre devido ao efeito impulsor do coração, que age como se fosse uma bomba. Porém, a Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS), que popularmente chamamos de pressão alta, é uma condição clínica que pode ser causada por inúmeros fatores e se caracteriza por elevados níveis e sustentados de pressão arterial (VITAL; SILVA; PAZ, 2020).

Esse aumento da pressão arterial faz com que o sangue percorra com maior pressão/força pelos órgãos-alvo, causando assim, lesões, e aumentando o risco de infarto, AVC, lesão nos rins, entre outros. Ela é um desequilíbrio que pode ser gerado por vários fatores, que afetam uma parcela importante da população brasileira e mundial. Quase um quarto das pessoas do planeta possuem alguma taxa de hipertensão, números que na população de terceira idade sobe para aproximadamente a metade (OLIVEIRA, 2020).

Pesquisas mostram que no final da década de 1970 foram publicados os primeiros estudos brasileiros sobre epidemiologia da hipertensão arterial (HA) no Brasil. Porém em 1993, uma revisão de tudo que dispunha sobre a

epidemiologia da HA e que tivesse sido divulgado, de alguma forma foi analisada criticamente, em uma primeira revisão nacional, publicada no Boletim Epidemiológico do SUS, do mesmo ano. Esses estudos, de modo geral, eram totalmente incomparáveis pelas diversidades metodológicas e pela falta de cumprimento de regras básicas para estudos populacionais sobre HA. Então, o estudo perdeu tanto a validade interna quanto a validade externa também (LESSA, 2001).

Em 2014, a Organização Mundial de Saúde (OMS) diz que 22,3% da população mundial com 18 anos ou mais sofria de hipertensão arterial sistêmica (HAS). Também foram observadas desigualdades entre os países do mundo, pois enquanto nos países de baixa renda a prevalência de pessoas acometidas pela HAS foi de 27,6%, nos países de alta renda foi de apenas 18,5%. E por se tratar de um acometimento clínico multifatorial, subdiagnosticada e subtratada no Brasil, ela é um dos principais fatores de risco para doenças cardiovasculares (MARQUES, *et al.*, 2020).

Segundo Simão (*et al.*, 2016), o tratamento para essa comorbidade requer, uma abordagem de cunho multiprofissional que vai desde a mudanças de hábitos de vida até a terapêutica medicamentosa. Mas acontece que alguns pacientes são resistentes a esta abordagem, e evoluem sem controle adequado da pressão arterial (PA), podendo, então, fazer parte de um grupo que possui hipertensão arterial resistente (HAR).

De acordo com Ferreira, Bodevan e Oliveira (2019), a hipertensão arterial sistêmica pode agir de forma silenciosa, fazendo com que os vasos sanguíneos renais, cardíacos e cerebrais sejam danificados. Fato que pode resultar em um aumento na incidência de insuficiência renal, cardíaca, coronariopatias e acidente vascular cerebral.

Barroso (*et al.*, 2021), destaca que esta comorbidade tem impacto nas Doenças Cardiovasculares, e como frequentemente se apresenta de forma assintomática, costuma evoluir com alterações estruturais e/ou funcionais em órgãos-alvo, como coração, cérebro, rins e vasos. Associa-se a esse quadro a incidência dos fatores de riscos metabólicos para as doenças dos sistemas cardiocirculatório e renal, como dislipidemia, obesidade abdominal, intolerância à glicose, e diabetes mellitus (DM).

Nesse contexto, nota-se que é relevante a identificação dos fatores de risco à hipertensão arterial como: sexo, idade, escolaridade e etnia, sobrepeso/obesidade, diabetes mellitus e intolerância à glicose, dislipidemia, tabagismo/etilismo/sedentarismo e consumo excessivo de sal. Pois, sabendo que esses fatores associados podem colaborar para o rastreamento e diagnóstico precoce, permite que sejam criadas ações e estratégias de prevenção e controle das doenças cardiovasculares, incluindo a HAS em grupos populacionais com elevada exposição (DIAS, *et, al.*, 2021).

A problemática em torno da questão emergiu a partir da vivência profissional, do Chefe da P1(Chefe da Primeira Seção do Estado Maior da Unidade, que é responsável por todo o efetivo da mesma) na Diretoria Geral de Saúde, onde encontrava dificuldades em elaborar escalas de serviço por conta de afastamentos para tratamento de saúde ou restrição de alguns serviços devido à condição sanitária dos militares, cuja situação é especificada em Ata de Junta de Saúde, feita pela (JOIS) Junta Ordinária de Inspeção de Saúde, na (DMP) Diretoria Médico Pericial. A referida Ata indica a situação sanitária do militar, e específica exclusivamente as restrições à capacidade laborativa, onde muitos desses afastamentos aconteciam por complicações da hipertensão arterial (BRASIL, 2020).

A hipertensão é um acometimento muito comum, que ocorre de maneira normalmente silenciosa, podendo comprometer órgãos importantes do corpo humano, e em alguns casos podendo levar o indivíduo à morte, além de ser uma das importantes causas de afastamento do trabalho. A Polícia Militar tem o dever de preservar a ordem pública, assim sendo situações estressantes fazem parte do cotidiano do policial militar. Fato que leva a crer que seja uma das possíveis causas de elevação da pressão arterial da categoria e, por tratar-se de uma enfermidade com característica silenciosa, diagnosticá-la precocemente é essencial.

A fim de prevenir possíveis agravos dessa doença, a Diretoria Geral de Saúde (DGS) da PMERJ começou a promover ações para a identificação precoce e tratamento da hipertensão arterial baseadas no Decreto nº 46.923, de 04 de fevereiro de 2020, que em seu Art. 8º, descreve as competências da Diretoria de Saúde Operacional “planejar e coordenar as atividades relativas à saúde preventiva de policiais militares ativos”. Nesse Decreto fica estabelecida, “sem aumento de despesa, a estrutura organizacional básica da Diretoria Geral de

Saúde da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro-SEPM”, na forma do que dispõe o Anexo deste (BRASIL, 2020). Nesse contexto, esse trabalho justifica-se, no intuito de permitir conhecer melhor o perfil dos policiais e a partir desses resultados contribuir para a promoção de ações que visem evitar o surgimento de hipertensão e de suas complicações dentro da tropa. Considerando as colocações supracitadas, a questão norteadora é: Quais medidas podem ser adotadas para reduzir a prevalência da hipertensão arterial em policiais de unidades da PMERJ?

Diante deste cenário, objetivo geral é identificar a prevalência de hipertensão arterial sistêmica em Policiais militares de Unidades da Polícia Militar (Batalhão de Policiamento de Choque, Grupamento Aeromóvel, Primeira Companhia Independente de Polícia Militar, Comando de Operações Especiais e Quartel General) submetidos à Avaliação de Saúde. Para facilitar o desenvolvimento do artigo foram elencados três objetivos específicos, sendo eles:

I. Caracterizar o perfil dos Policiais de Unidades da PMERJ, Batalhão de Policiamento de Choque, Grupamento Aeromóvel, Primeira Companhia Independente de Polícia Militar, Comando de Operações Especiais e Quartel General, submetidos à Avaliação de Saúde;

II. Verificar o número de afastamentos por Hipertensão Arterial Sistêmica no período de 2020 a 2021; e

III. Determinar o número de Policiais Militares que foram reformados, no período de 2020 a 2021, por motivo de hipertensão arterial. Perante o exposto e considerando a demanda emergente do cenário de trabalho, o objeto dessa pesquisa refere-se à hipertensão arterial sistêmica em policiais militares de Unidades da PMERJ. Para delimitar esse estudo, foram escolhidas algumas unidades da PMERJ, uma vez que não seria possível abranger todo o efetivo da Polícia Militar no período dessa pesquisa. Dentro da temática, o recorte de pesquisa parte de análise das fichas de Avaliação de Saúde realizada, pela Diretoria Geral de Saúde em Unidades da PMERJ.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

1.1 HIPERTENSÃO ARTERIAL (HA)

A hipertensão arterial (HA) é uma doença crônica não transmissível (DCNT) definida por níveis pressóricos, onde o tratamento pode ser medicamentoso e/ou não medicamentoso, e esses superam os riscos. Dentre esses riscos existem os fatores genéticos epigenéticos, ambientais e sociais, que contribuem para a elevação persistente da pressão arterial (PA). De acordo com Barroso (et, al., 2021), a pressão arterial sistólica (PAS) maior ou igual a 140 mmHg e/ou PA diastólica (PAD) maior ou igual a 90 mmHg, que deverá ser aferida corretamente, em pelo menos dois momentos diferentes, sem uso de medicação anti-hipertensiva. É de suma importância a Monitorização Ambulatorial da Pressão Arterial (MAPA), como também a validação das medidas da PA fora do consultório por meio da Monitorização Residencial da Pressão Arterial (MRPA) ou da Auto medida da Pressão Arterial (AMPA).

A hipertensão arterial sistêmica (HAS), também se caracteriza por uma doença crônica não transmissível, com fatores múltiplos de risco, e que tenham períodos de latência extensos, curso prolongado e não sejam de origem infecciosa. Ela tem apresentado um aumento significativo de casos, pois todo ano o seu aparecimento é cada vez mais precoce, onde propicia outras enfermidades, que pode quase sempre provocar alterações funcionais e/ou estruturais dos órgãos-alvo e causar alterações metabólicas incorrendo assim no aumento do risco de eventos cardiovasculares fatais e não-fatais (SILVA; BOUSFIELD, 2016).

Ela ainda, faz com que o coração tenha que exercer um esforço maior do que o normal para fazer o sangue ser distribuído corretamente pelo corpo, se tornando um dos principais fatores de risco populacionais em cidades brasileiras. Estudos nos últimos 20 anos apontaram uma prevalência de HAS acima de 30%. Considerando valores de PA \geq 140/90 mmHg, 22 estudos encontraram prevalências entre 22,3% e 43,9%, (média de 32,5%), com mais de 50% entre 60 e 69 anos e 75% acima de 70 anos. Entre os gêneros, a prevalência foi de 35,8% nos homens e de 30% em mulheres, semelhante à de outros países. Revisão sistemática quantitativa de 2003 a 2008, de 44 estudos em 35 países, revelou uma prevalência global de 37,8% em homens e 32,1% em mulheres (CHARAF, 2019).

Marques (et, al., 2020) complementa dizendo que os estudos sobre Carga Global da Doença (GBD) apontam que a HAS aumentou substancialmente entre 1990 e 2015, assim como os óbitos e os anos de vidas perdidos por alguma incapacidade associada à mesma. Já Borroso (2021), aponta as Doenças Cardiovasculares (DCV) como a principal causa de morte, hospitalizações e atendimentos ambulatoriais em todo o mundo, inclusive em países em desenvolvimento como o Brasil.

Em sua obra Silva e Bousfield (2016), contribui dizendo que, conforme as IV Diretrizes Brasileiras de Hipertensão, o acometimento em mais de 30 milhões de brasileiros é o maior fator de risco para o desenvolvimento de outras doenças. Ela se caracteriza tanto como uma doença, quanto como um fator de risco e agravo para outras enfermidades.

Sendo HA considerada uma doença crônica, não transmissível (DCNT) e de grande magnitude, também é um problema grave de Saúde Pública Mundial e responsável por, pelo menos, 40% das mortes por acidente vascular cerebral e 25% das mortes por doença arterial coronariana. Uma síndrome que apresenta muitos fatores e causas e o seu aparecimento, ainda está intimamente ligado ao estilo de vida e relacionado a fatores constitucionais e ambientais (FERREIRA; BODEVAN; OLIVEIRA, 2019).

O Datasus, no ano de 2017, após dados completos revisados, mostrou a ocorrência de 1.312.663 óbitos no total com um percentual de 27,3% para as doenças cárdio vasculares (DCV). Nesses dados, a hipertensão arterial estava associada em 45% destas mortes cardíacas: doença arterial crônica (DAC) e insuficiência cardíaca (IC) e de 51,0% das mortes por doença cerebrovascular (DCbV) e um percentual muito pequeno de mortes diretamente relacionadas com a hipertensão arterial HA (13,0%). Vale ressaltar que a HA mata mais por suas lesões nos órgãos alvo (BARROSO, et, al., 2021).

Segundo Ferreira, Bodevan e Oliveira (2019), dentre os fatores de risco temos a obesidade, que também é uma doença crônica e que vem aumentando ao longo dos anos em todo o mundo. Ela é tida como uma epidemia global, onde o Brasil segue a mesma tendência. Tanto a obesidade quanto o sobrepeso também são comuns em algumas classes de profissionais e ocorre por motivos diversos, dentre os quais a ausência de uma dieta balanceada e a inatividade física. Essa situação se torna um fator de risco para o desenvolvimento de

doenças como diabetes tipo 2, hipertensão, dislipidemia, acidente vascular cerebral, patologias cardiovasculares e várias formas de câncer, bem como está relacionada ao desenvolvimento de osteoartropatias degenerativas.

As Diretrizes da Organização Mundial de Saúde para atividade e comportamento sedentário, publicada em novembro de 2020, estima que um entre quatro adultos não pratica atividade física suficiente, e que ela feita regularmente é recomendável para adultos de todas as idades, e seus efeitos são benéficos no controle ponderal, prevenindo, controlando a ocorrência de doenças cardiovasculares, a hipertensão, o diabetes tipo 2, alguns tipos específicos de câncer, bem como redução de sintomas de depressão e ansiedade, de transtornos do sono e do declínio cognitivo (MENEZES, et, al., 2022).

1.2 PREVENÇÃO, CONTROLE E TRATAMENTO DA HIPERTENSÃO ARTERIAL

Segundo Barroso (et, al., 2021), entre outros fatores de risco relacionados com a elevação da PA, além dos já mencionados, é importante destacar que algumas medicações, muitas vezes adquiridas sem prescrição médica, e drogas ilícitas (cocaína, cannabis sativa e anfetamina) têm potencial de promover elevação da PA ou dificultar seu controle. Por outro lado, o controle dessa doença silenciosa e progressiva, pode ser medicamentoso quando houver uso de medicação específica prescrita pelo médico; e/ou não medicamentoso quando envolver a modificação do estilo de vida da pessoa e adoção de comportamentos mais saudáveis.

Esse comportamento tem que ser por toda a vida, porque quando não tratada adequadamente pode acarretar graves consequências a alguns órgãos, como já mencionado. Também considerada como um dos mais graves problemas de Saúde Pública, estima-se, também, que 40% dos acidentes vasculares encefálicos e que 25% dos infartos ocorridos em pacientes hipertensos poderiam ter sido prevenidos, porém por não saberem do acometimento ou por estar acometido por muito tempo, e não apresentarem sintomas, ou por não estarem sendo adequadamente tratados não houve a possibilidade de evitar (SILVA; BOUSFIELD, 2016).

Algumas medidas não medicamentosas são recomendadas, pois além de reduzirem a PA contribuem para o controle de outros fatores de risco cardiovasculares frequentemente associados à hipertensão arterial (HA). Tais medidas como: alimentação adequada, principalmente o controle de sal, dieta com frutas, hortaliças, fibras e minerais, controle do peso, prática de atividade física, controle do estresse psicossocial, controle do tabagismo e uso excessivo de álcool são fatores que devem ser adequadamente abordados (CHARAF, 2019).

Segundo Silva e Bousfield (2016), não se pode esquecer da importância de perder peso. Salientando que essa perda se apoia no binômio dieta saudável e sustentável a longo prazo e atividade física, que é uma das medidas mais importantes no controle da PA. A pressão arterial sistêmica, por muitas vezes se apresenta de forma silenciosa. Normalmente é descoberta em consultas casuais, muitas vezes feitas pelas equipes de Unidades Básicas de Saúde (UBS), o que torna o tratamento precoce prejudicado.

Charaf (2019) dispõe que as equipes de UBS tem sido um elemento importante para o sucesso do controle dos agravos da doença, e são imprescindíveis para o acompanhamento e o controle da HAS. Também contribui na redução de complicações da mesma reduzindo o número de internações hospitalares, bem como a mortalidade por doenças cardiovasculares. Por outro lado, existem fatores que dificultam o controle e o tratamento da hipertensão arterial sistêmica. Dentre esses fatores podemos citar: a não adesão ao tratamento e a ausência de sintomas. Esses se tornam desafio para que seja garantida uma atenção integrada, tratamento adequado e acompanhamento dos indivíduos identificados como portadores dessa condição, de forma que possa realizar ações que busquem a prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT).

Por se tratar de uma doença crônica, silenciosa e não transmissível, a HAS acomete a população mundial de forma crescente. Além dos danos inerentes à patologia, provoca o absenteísmo, bem como outras doenças graves. No universo populacional afetado pela doença, também está incluída a classe profissional de policiais militares. A categoria que, para o cumprimento do dever e bom desempenho profissional necessita ter bons níveis de aptidão física, é acometida pela doença (DIAS, et, al., 2021).

De acordo com Menezes (et, al., 2022), o excesso de peso e o sedentarismo também comprometem a classe profissional, limitando sua capacidade física para atividades indissociáveis do serviço operacional, que exige práticas como correr, transpor obstáculos e imobilizar suspeitos dentre outros. Esses profissionais, quando bem preparados fisicamente apresentam melhores condições no atendimento a ocorrências, quando não, influenciam negativamente no processo seletivo para ingresso na corporação e no esquema promocional da carreira.

Segundo o autor, há uma preocupação com o aumento da obesidade, a incidência de hipertensão e outros males que invariavelmente podem afetar a categoria profissional e ainda passar uma imagem saudável e positiva dessa classe profissional tão importante, a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) criou o Programa de Treinamento Físico e de Promoção à Saúde, onde incluía rotina de exercícios, melhora no hábito alimentar e orientações para conquista de uma vida saudável. Esse Projeto é de responsabilidade da Diretoria Geral de Ensino e Instrução (DGEI), e foi desenvolvido pelo Centro de Educação Física e Desporto (CEFD), tendo por nome “Projeto Operação Policial em Forma”, onde se preocupou com a prevalência da Obesidade, e com o cuidado do seu maior patrimônio, o Policial Militar. A Informação alusiva ao fato foi tornada pública por meio do Boletim Ostensivo da Polícia Militar, n ° 070 de 29 de junho de 2018 (MENEZES, et, al., 2022).

1.3 PREVALÊNCIA DA HIPERTENSÃO ARTERIAL EM POLICIAIS

De acordo com Menezes (et, al., 2022), infelizmente, pela natureza voluntária da adesão e barreiras institucionais e individuais do público-alvo, a abrangência desse projeto e potenciais benefícios não atingiram as metas desejáveis. É um fato lamentável, a não adesão, já que é uma das condições importantes para a saúde. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), em documento publicado em 2009, saúde é resultante das condições de alimentação, educação, renda, meio ambiente, trabalho, transporte, emprego, lazer, posse de terra e acesso a serviços médicos. Entretanto, algumas das condições já citadas não são tão fáceis nem acessíveis para a classe Policial Militar que, por suas rotinas de responsabilidade com a manutenção da ordem pública e empenhados em salvar vidas, mantém constantemente sua própria vida em risco.

Na visão de Gonçalves, Veiga e Rodrigues (2012), os policiais estão sempre expostos a riscos físicos e mentais, que podem trazer alterações para a saúde e afetar sua qualidade de vida. Tem uma rotina trabalhista muito corrida com uma demanda grande de trabalho que exige a maior parte de seu tempo, além de muitas das vezes não ter condições de se alimentar de maneira adequada. Esse serviço exige que os mesmos lidem no seu cotidiano: com a violência, a brutalidade e a morte; desenvolvendo para si um nível elevado de estresse, pois há constância da exposição ao perigo e à agressão, tendo uma frequente intervenção em situações de problemas humanos de muitos conflitos e tensões. Não é comum terem o hábito de buscar por cuidados na prevenção de diversos distúrbios emocionais e nem de realizarem exames e consultas periódicas.

Porém, a falta de prevenção de distúrbios emocionais pode provocar o estresse, que se configura como um dos principais problemas de saúde entre os policiais de ambos os sexos. Estudos mostraram que as mulheres foram as mais afetadas e se apresentam mais estressadas que os homens, pois os problemas levaram consequências para suas vidas laboral e familiar. Em 2007, na clínica de Psiquiatria do Hospital da PMERJ, entre as mulheres policiais havia prevalência de diversos tipos de transtornos como: transtornos ansiosos, reações ao estresse grave, transtorno de adaptação, transtornos de humor (afetivo) persistente e episódios depressivos não especificados. Porém em 2008, a prevalência foi de reações ao estresse grave, porque os problemas do trabalho se somaram aos do domicílio, caracterizando assim a dupla jornada. Somando a isso o emprego feminino que antes historicamente era considerado complementar ao masculino, cedeu lugar aos casos crescentes de mulheres que passaram a ser protagonistas dos deveres de chefes de família, antes sob responsabilidade dos homens. Tal fato aumentou sua sobrecarga sem lhe dispensar do trabalho doméstico nem a liberar dos cuidados da família (BEZERRA, et, al., 2012).

Como os sintomas da hipertensão podem aparecer somente após anos de injúrias aos órgãos vitais, o mais eficaz é a prevenção. De acordo com Da Silva et, al., (2016), a mensuração da PA é importante e deve ser realizada em toda avaliação, seja ela por médicos de qualquer especialidade ou demais profissionais de saúde, porém o enfermeiro é o responsável pelo controle da HAS, educando em saúde durante a consulta de enfermagem, pois essa educação pode ajudar a esses indivíduos a se adaptarem à doença, prevenir

complicações e aprender a resolver os problemas relacionados à patologia. Esse tipo de serviço que a enfermagem executa é fundamental, pois é direcionado para a promoção, manutenção e restauração da saúde (prevenção da doença), além de prestar assistência às pessoas para lidar com os efeitos residuais da doença.

Vale ressaltar a importância da inclusão de outros profissionais, na equipe, em especial os nutricionistas, assistentes sociais, psicólogos, dentistas, professores de educação física, uma vez que eles enriquecem o agir profissional, e destacam a importância da ação interdisciplinar para que sejam alcançados os objetivos como alimentação orientada, principalmente quanto ao consumo de sal, controle de peso; a praticar atividades físicas; orientações sobre o uso excessivo de álcool e tabagismo, que são fatores de risco, e que se não abordados e controlados adequadamente, mesmo com uso contínuo de medicamentos não se consegue alcançar os níveis desejados de pressão arterial (DA SILVA, et, al., 2016).

De acordo com Silva (2014), em uma breve comparação com policiais militares do Centro-sul Piauiense, ao avaliar os fatores de risco que podem desencadear a HAS e as possíveis complicações decorrentes da doença, a partir dos resultados obtidos, percebe-se a diversidade de fatores que favorecem o aparecimento da HAS. A maioria desses fatores associa-se aos hábitos de vida, entre eles: o padrão alimentar, o sedentarismo e o estresse, fatores fortemente presentes devido às pressões apresentadas pela atividade de trabalho.

2 METODOLOGIA

A amostra selecionada foi formada por 99 indivíduos portadores de hipertensão arterial. Os dados foram analisados através da estatística descritiva. Tendo com o objetivo de identificar a prevalência de hipertensão arterial em Policiais Militares de unidades da PMERJ, foi realizado um levantamento dos dados obtidos nas fichas de Avaliação de Saúde que foram aplicadas aos Policiais Militares do Batalhão de Policiamento de Choque (BPChq), dos Policiais do Grupamento Aero móvel (GAM), dos policiais do Comando de Operações Especiais (COE), dos policiais militares do Quartel General (QG) da Polícia Militar, e de policiais da Primeira Companhia Independente de Polícia Militar (1ªCIPM).

Para contemplar o segundo e o terceiro objetivos específicos dessa pesquisa, foi encaminhado uma correspondência pelo SEI (Sistema Eletrônico de Informações) para a Diretoria Médico Pericial (DMP), questionando o número de policiais militares afastados por hipertensão arterial e o número de policiais militares reformados pela mesma causa no período de 2020 a 2021. A DMP tem competência para nomear junta médica e avaliar a situação sanitária do militar, conforme Resolução da SEPM nº 210 de 10 de out de 2019 ‘que dispõe sobre as instruções reguladoras das inspeções de saúde e das juntas de inspeções de saúde’, e afastá-lo por problemas de saúde (BRASIL, 2019), nas formas descritas na Lei Estadual nº 443, Art. 104 e seus Incisos, que “regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais-militares do Estado do Rio de Janeiro” (BRASIL, 1981).

2.1. TIPO DE PESQUISA

No presente estudo foi utilizado métodos indutivos, como técnica de coleta de dados a análise de referenciais bibliográficos, através de artigos científicos que venha a contribuir com o embasamento teórico acerca da temática abordada. Também foi realizada a análise de um grupo de amostra. Para essa parte do estudo foi utilizado as fichas das avaliações de saúde dos policiais das unidades citadas acima que foram inspecionados no período de abril a maio de 2022. A amostra foi composta por 264 Policiais, dos quais 48 do BPChq, 103 do GAM, 48 do COE, 32 do QG e 33 da 1ªCIPM que foram submetidos à avaliação periódica de saúde.

Os dados das fichas utilizados nesse estudo foram provenientes da aferição da pressão arterial, do IMC e da glicemia capilar dos policiais militares pelos profissionais de saúde do SASP (Serviço de Atenção à Saúde dos Policiais) da Diretoria Geral de Saúde da PMERJ.

Para a aferição da pressão arterial, foi utilizado o método indireto com técnica auscultatória com o uso de um Esfigmomanômetro devidamente calibrado, sendo o processo de aferição conduzido por um profissional (auxiliar de saúde) do SASP. Utilizamos a seguinte classificação da pressão arterial (PA): normal PA < 130/85 mmHg., limítrofe PA entre 130-139/85-89 mmHg e hipertensão arterial PA ≥ 140/90 mmHg.

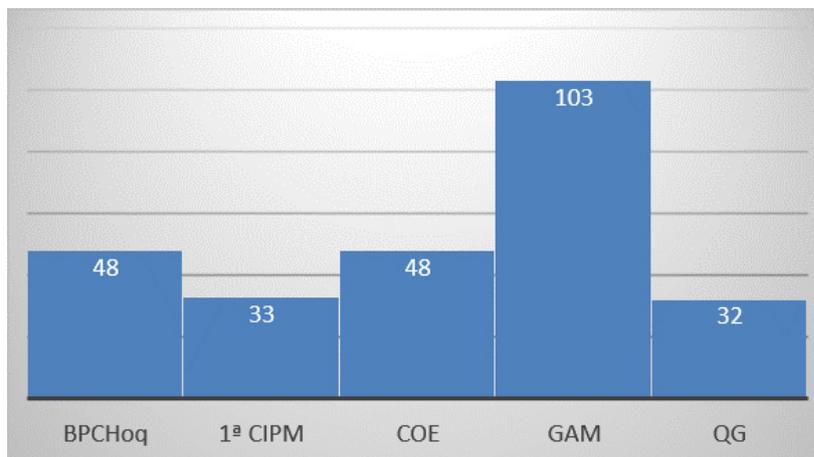
Deste modo, trata-se de uma pesquisa quantitativa, realizada através de um estudo transversal e observacional. Segundo Marconi e Lakatos (2017), quanto à natureza, a abordagem quantitativa é uma pesquisa que tem como premissa, analisar e interpretar aspectos mais profundos, descrevendo a complexidade do comportamento humano e ainda fornecendo análises mais detalhadas sobre as investigações, atitudes e tendências desse comportamento. Quanto à finalidade, a pesquisa descritiva tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.

Sendo considerado o melhor tipo de pesquisa a ser adotado para precisar todos os detalhes seria a pesquisa descritiva. O tipo de pesquisa que se classifica como "descritiva", tem por premissa buscar a resolução de problemas melhorando as práticas por meio da observação, análise e descrições objetivas, através de entrevistas com peritos para a padronização de técnicas e validação de conteúdo (ibidem).

3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados e discussões estão apresentados a seguir. Foi possível identificar a prevalência de hipertensão arterial sistêmica em policiais militares de unidades da Polícia Militar (Batalhão de Policiamento de Choque, Policiamento Aero móvel, Primeira Companhia Independente de Polícia Militar, Comando de Operações Especiais e Quartel General) submetidos à Avaliação de Saúde. Para fazer a caracterização, foram levantados os seguintes dados: Idade, nível pressórico, IMC e glicemia capilar.

Na amostra constituída por 264 policiais militares, o gráfico a seguir mostra a caracterização por Unidades da PMERJ dos policiais militares submetidos à avaliação periódica de saúde.

Gráfico 1 – Número de policiais militares avaliados por Unidade

Fonte: elaborado pela autora.

O Gráfico 01 apresenta uma amostra constituída de 264 policiais militares que foram submetidos a avaliação de saúde, dessa amostra 48 policiais do BPCHoq, 33 da 1ª CIPM, 48 do COE, 103 do GAM e 32 do Quartel General.

A amostra foi constituída por 264 policiais militares. O quadro 1 mostra a caracterização por faixa etária dos policiais militares submetidos à avaliação periódica de saúde.

Tabela 1 – Caracterização por idades dos policiais militares submetidos à avaliação periódica de saúde por unidade da PMERJ

| BATALHÃO | *20-29 | **30-39 | ***40-49 | ****50-60 | TOTAL POLICIAIS AVALIADOS |
|-----------------|--------|---------|----------|-----------|---------------------------|
| BPCHoq | 01 | 12 | 24 | 11 | 264 |
| 1ª CIPM | 0 | 10 | 19 | 04 | |
| COE | 0 | 13 | 30 | 05 | |
| GAM | 02 | 32 | 56 | 13 | |
| QUARTEL GENERAL | 0 | 10 | 14 | 08 | |
| TOTAL | 03 | 77 | 143 | 41 | |
| PERCENTUAL | *1,0% | **29,2% | ***54,2 | ****15,6% | 100% |

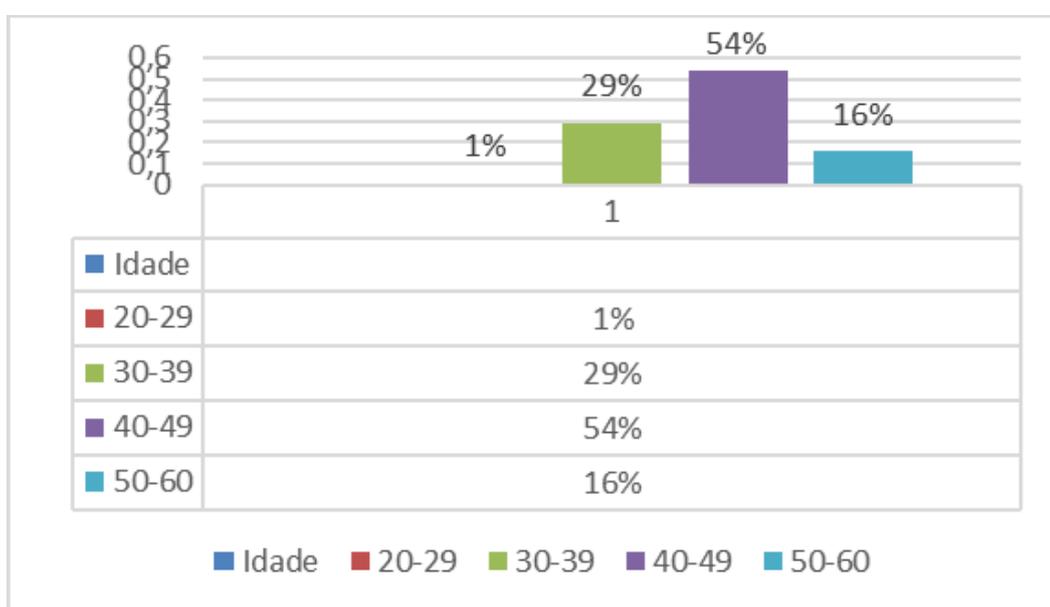
Fonte: a autora, 2022.

Observa-se na tabela acima que 1,0% tinham idade entre 20 - 29 anos, 29,2% idade entre 30 -39 anos, 54,2% idade entre 40 - 49 anos e 15,6% entre 50 - 60 anos de idade.

Tratando-se da variável idade, vários trabalhos a consideram como um fator de risco importante que contribui para o aparecimento da hipertensão arterial, devido às alterações na musculatura lisa e no tecido dos vasos como consequência do processo de envelhecimento (PESSUTO, 1998).

A amostra constituída por 264 policiais militares, apresentado no gráfico 2, mostra a caracterização por faixa etária dos policiais militares submetidos à avaliação periódica de saúde.

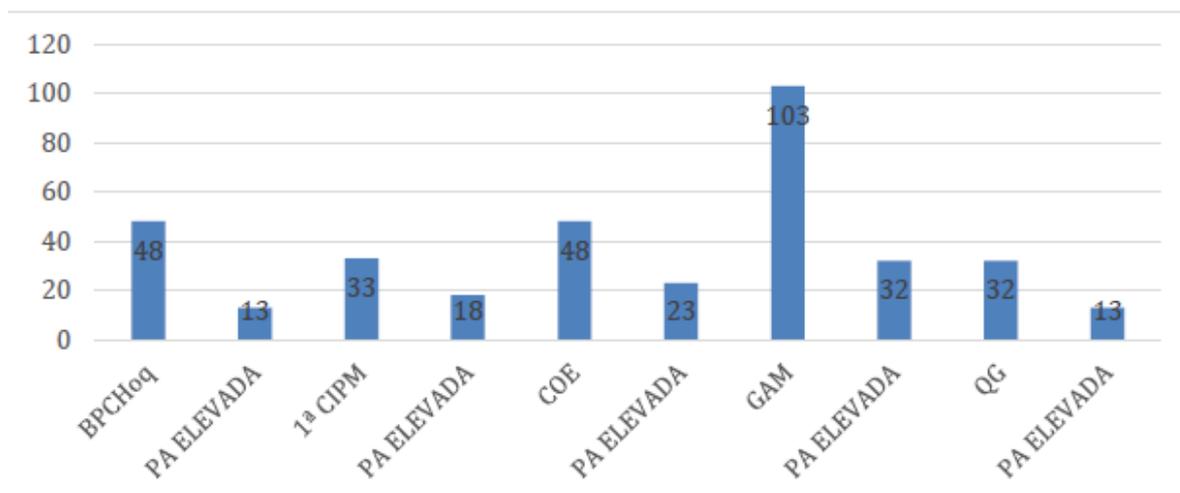
Gráfico 2 – Distribuição dos militares avaliados por faixa etária



Fonte: a autora, 2022.

Observa-se, no gráfico 2, que 16% estão na faixa etária entre 50-60 anos de idade, 54% são entre 40-49 anos, 29% entre 30-39 anos e apenas 1% na faixa de 20-29 anos de idade.

Gráfico 3 – Distribuição dos militares avaliados que apresentaram pressão arterial elevada



Fonte: a autora, 2022.

No gráfico 3, observa-se que no BPCHoq dos 48 militares avaliados 13 apresentaram PA elevada, na 1ª CIPM dos 33 avaliados 18 apresentaram PA elevada, no COE dos 48 avaliados 23 apresentaram PA elevada, no GAM dos 103 avaliados 32 apresentaram PA elevada e no Quartel General dos 32 avaliados 13 apresentaram PA elevada.

Tabela 2 – Comparação entre a quantidade de Policias Acometidos por hipertensão arterial por unidades da PMERJ

| BATALHÃO | Nº DE POLICIAIS AVALIADOS | PA ELEVADA | PERCENTUAL |
|-----------------|---------------------------|------------|------------|
| BPCHoq | 48 | 13 | 27% |
| 1ª CIPM | 33 | 18 | 55% |
| COE | 48 | 23 | 48% |
| GAM | 103 | 32 | 31% |
| QUARTEL GENERAL | 32 | 13 | 41% |

Fonte: a autora, 2022.

HA sistólica isolada. Foram consideradas para fim de PA Elevada, aqueles que apresentaram PAS \geq 140 mmHg e PAD $>$ 90 mmHg.

Ao analisarmos o índice de hipertensão arterial, por unidade pesquisada, verificamos que dos 264 policiais avaliados; no Batalhão de Policiamento de Choque haviam -13 policiais acometidos, na Primeira Companhia Independente -

18, no Comando de Operações Especiais -23, no Grupamento Aero móvel -32 e no Quartel General da PMERJ -13 policiais, conforme apresentado no quadro 2.

Tabela 3 – Comparação percentual, da ocorrência de hipertensão arterial elevada, em relação à idade

| FAIXA ETÁRIA (ANOS) | Nº DE POLICIAIS COM PA ELEVADA | Nº DE POLICIAIS POR FAIXA ETÁRIA (ANOS) | PERCENTUAL |
|---------------------|--------------------------------|---|------------|
| 20 - 29 | 99 | 0 | 0% |
| 30 - 39 | 99 | 22 | 22,2% |
| 40 - 49 | 99 | 62 | 62,3% |
| 50 - 60 | 99 | 15 | 15,5% |

Fonte: a autora, 2022.

No quadro 3, quando levamos em conta a idade dos 99 policiais militares hipertensos avaliados, percebemos que; a incidência de hipertensão é maior na faixa etária de 40 aos 49 anos de idade, como expressos no quadro 3.

Quadro 4 – Índice de massa corporal, segundo Organização Mundial da Saúde

| IMC (KG/M2) | CLASSIFICAÇÃO | OBESIDADE GRAU/CLASSE | RISCO DE DOENÇA |
|-------------|------------------------|-----------------------|--------------------|
| <18,5 | Magro ou baixo peso | 0 | Normal ou elevado |
| 18,5 - 24,9 | Normal ou eutrófico | 0 | Normal |
| 25 - 29,9 | Sobrepeso ou pré-obeso | 0 | Pouco elevado |
| 30 -34,9 | Obesidade | I | Elevado |
| 30 - 39,9 | Obesidade | II | Muito elevado |
| >40,0 | Obesidade grave | III | Muitíssimo elevado |

Fonte: BRASIL, 2016

Na tabela acima é apresentada a classificação internacional da obesidade segundo o índice de massa corporal (IMC) e risco de doença (Organização Mundial da Saúde) que divide a adiposidade em graus ou classes.

Quadro 5 – Comparação da massa corporal (IMC) dos policiais militares hipertensos

| IMC (KG/M2) | Nº de policiais avaliados | Classificação por IMC | Porcentagem | Classificação | Obesidade grau/classe | Risco de doença |
|-------------|---------------------------|-----------------------|-------------|------------------------|-----------------------|--------------------|
| <18,5 | 99 | 0 | 0% | Magro ou baixo peso | 0 | Normal ou elevado |
| 18,5 - 24,9 | 99 | 10 | 9% | Normal ou eutrófico | 0 | Normal |
| 25 - 29,9 | 99 | 46 | 47% | Sobrepeso ou pré-obeso | 0 | Pouco elevado |
| 30 -34,9 | 99 | 35 | 36% | Obesidade | I | Elevado |
| 30 - 39,9 | 99 | 7 | 7% | Obesidade | II | Muito elevado |
| >40,0 | 99 | 1 | 1% | Obesidade grave | III | Muitíssimo elevado |

Fonte: a autora, 2022.

No quadro 5, analisando o índice de massa corporal (IMC) dos policiais hipertensos, observamos que dos 99 hipertensos avaliados, 1% está obeso grave ou grau III, 7% obesos com grau II, 36% obesos com grau I, 47% sobrepeso ou pré-obeso e apenas 9% estão normais, como demonstrado no quadro 5.

Ressalta-se que o índice de massa corporal (IMC) isolado não deve ser considerado. O mesmo deve ser associado à cintura abdominal, passando a ser considerado como um fator de risco para a hipertensão arterial Sistêmica (HAS) extremamente trabalhado na literatura.

Quando levamos em conta a Glicemia capilar dos 99 policiais militares hipertensos avaliados, percebemos que; a incidência de hiperglicemia é maior, na faixa etária de 40 aos 49 anos de idade, como expressos na tabela 6 e 7.

Quadro 6 – Referência para comparação e classificação do perfil da glicemia dos policiais avaliados

| Valor em mg/dl | |
|--------------------------------|-----------|
| Hipoglicemia | <60 |
| Normal | 60 – 110 |
| Tolerância diminuída à glicose | 110 – 126 |
| Possível diabete mellitus | >126 |

Fonte: COSTA, 2022.

No quadro 6, foi usado como referência para comparação e classificação do perfil da glicemia dos militares avaliados. Através dos resultados, os indivíduos foram classificados de acordo com o quadro 6.

Quadro 7 – Comparação percentual, da ocorrência de hiperglicemia, em relação à idade

| Nº DE POLICIAIS HIPERTENSOS AVALIADOS | FAIXA ETÁRIA (ANOS) | Nº DE POLICIAIS COM GLICOSE AUMENTADA | PERCENTUAL |
|---------------------------------------|---------------------|---------------------------------------|------------|
| 99 | 20-29 | 0 | 0% |
| | 30-39 | 17 | 18% |
| | 40-49 | 47 | 48% |
| | 50-60 | 21 | 22% |

Fonte: Elaborada com base na avaliação de enfermagem e avaliação nutricional.

Analisando-se o valor glicêmico dos policiais hipertensos, observamos que dos 99 hipertensos avaliados, 85 apresentaram glicemia fora do normal. Desses, 18% estavam dentro da faixa etária entre 30 - 39, 48% entre 40 - 49, 22% entre 50 - 60 e apenas 14 dos 99 policiais avaliados apresentaram valores dentro da faixa de normalidade, como demonstrado no quadro 7.

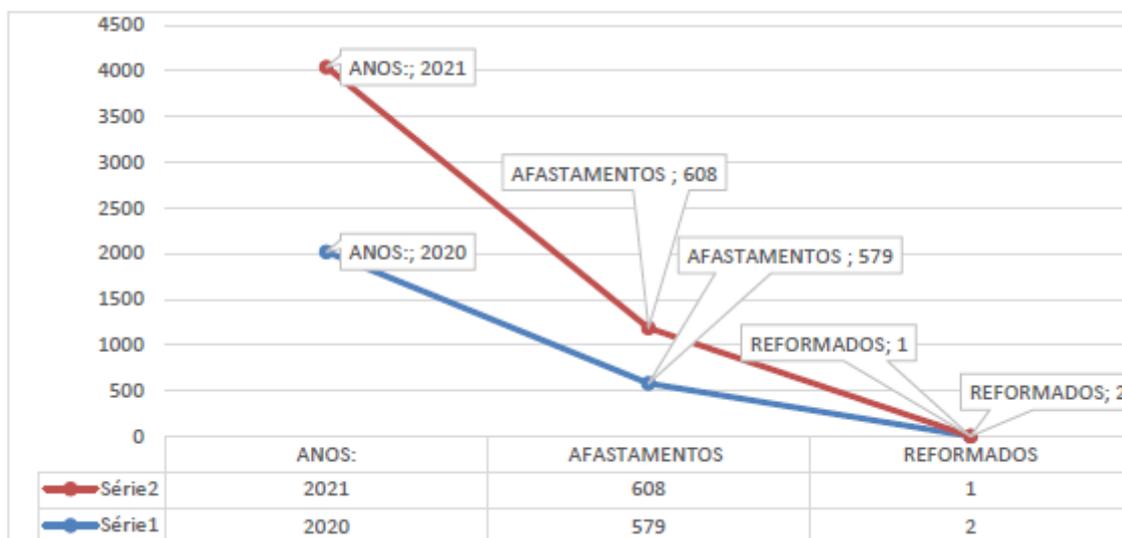
Para verificar o número de afastamentos, bem como determinar o número de policiais reformados, como citado na metodologia, foi encaminhado um sei, nº-350106/001553/2022, para a DMP no qual obtivemos os seguintes resultados.

Quadro 8 – Número de policiais militares afastados ou reformados, por hipertensão arterial nos anos de 2020 e 2021.

| ANOS | 2020 | 2021 |
|--------------|------|------|
| AFASTAMENTOS | 579 | 608 |
| REFORADOS | 02 | 01 |

Fonte: elaborada com base na resposta da DMP.

Gráfico 4 – Quantitativo de militares reformados e afastados por hipertensão arterial nos anos 2020 e 2021



Fonte: a autora, 2022.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho alcançou os objetivos propostos, onde foi possível identificar a prevalência, foi possível caracterizar o perfil, verificar os afastamentos e determinar o número de policiais reformados. O estudo avaliou alguns fatores de risco que podem desencadear a HAS e as possíveis complicações decorrentes da doença, que vem tomando proporções significantes devido sobretudo ao estilo de vida adotado pela população.

Pelas respostas apresentadas nesse estudo, demonstra que, pela profissão, o Policial Militar está predisposto ao aparecimento de doenças graves e entre elas a HAS. Em parte, isso ocorre, pelo fator estressor inerente à profissão, provocando o adoecimento e o afastamento do cargo, causando desfalque na tropa pelo afastamento desses policiais das ruas e ainda pelo ônus monetário ao Estado, que passa a arcar com medicamentos em caso de internações entre outros procedimentos terapêuticos.

Os resultados obtidos demonstram que diversos fatores favorecem o aparecimento da HAS. A maioria desses fatores está associado aos hábitos de vida, entre eles o padrão alimentar e o estresse, fatores fortemente presentes devido às pressões apresentadas pela atividade de trabalho desenvolvida principalmente na população alvo do estudo.

O estudo foi prejudicado, uma vez que os dados utilizados foram retirados das fichas de avaliação de saúde, feita pelo Serviço de Atenção a Saúde do

Policial (SASP), que não descreviam se o mesmo profissional de saúde (auxiliar de saúde) fez a aferição em todos os militares. Também não está descrito se antes da aferição da pressão arterial, os militares estavam de repouso e a quanto tempo. Nas referidas fichas de avaliação de saúde, também não constam se os avaliados estavam saindo de serviço ou vindo de suas residências e nem se faziam uso de medicação anti-hipertensiva. Ressalta que a ausência desses dados pode comprometer os resultados.

Considerando a relevância do tempo sugere a implantação de ações multiprofissionais que exercerá um papel importante no controle desses agravos, através de medidas que visem à melhoria da qualidade de vida da tropa, voltada para prevenção e promoção da saúde dos policiais militares com atividade física regular, acompanhamento nutricional, estratégias contra o consumo de álcool, e tabaco, o que trará benefícios tanto para a saúde quanto para o desempenho da atividade policial.

Esperamos também que os projetos já existentes na Corporação (SEPM) sejam colocados em prática, entre eles, o “Projeto Operação Policial em Forma”, pois visa uma melhor condição física da tropa e previne doenças além de melhorar o moral da tropa, porém que não seja opcional, que o mesmo faça parte do serviço.

Esperamos também que as inspeções de saúde para fins de promoção sejam feitas conforme a Diretriz de Condicionamento Físico da SEPM do RJ, assim, incluído a aptidão física na condição para ascensão. Fato que condiciona o militar, desde sua admissão, na PMERJ, a ter o hábito do exercício físico e uma alimentação mais saudável.

Assim esperamos que outras pesquisas, de forma mais aprofundada e com mais tempo observacional, sejam feitas neste campo para a ampliação desses dados e, desta forma, sensibilizar as autoridades a uma tomada de decisão que resguarde o maior bem de suas fileiras, ou seja, a saúde de sua tropa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Decreto Estadual nº 46.923, de 4 de fevereiro de 2020 - Rio de Janeiro (Estado)**. Fica estabelecida, sem aumento de despesa, a estrutura organizacional básica da Diretoria Geral de Saúde da Secretaria de Estado de Polícia Militar do Rio de Janeiro-SEPM, na forma do que dispõe o Anexo deste Decreto. Diário oficial do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 05 fev. 2020. p. 4-5. Rio de Janeiro; 2020.

BRASIL. **Lei nº 443, de 1º de julho de 1981**. Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro. Regula a situação, obrigações, deveres, direitos e prerrogativas dos policiais-militares do

Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<https://gov-rj.jusbrasil.com.br>>. Acesso em: 09 set 2022.

BRASIL. Resolução SEPM nº 210 de 10 de outubro de 2019. Dispõe sobre as instruções reguladoras das inspeções de saúde e das juntas de inspeções de saúde. Diário oficial do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 23 out. 2019. p. 7-12. Rio de Janeiro; 2019.

BARROSO, W. K. S.; RODRIGUES, C. I. S.; BORTOLOTTI, L. A.; GOMES, M. A. M.; et al. **Diretrizes Brasileiras de Hipertensão Arterial-2020**. In: Arq. Bras. Cardiol, 116 (3), p. 516-658. 2021.

BEZERRA, C. de M.; MINAYO, M. C. de S.; CONSTANTINO, P. **Estresse Ocupacional em Mulheres Policiais**. Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca. Fundação Oswaldo Cruz; p. 657-666. 2012.

CHARAF, R. **Controle e Prevenção de Hipertensão Arterial Sistêmica na Comunidade de Abrangência da ESF Saquaré/México 70, São Vicente-SP. 2019**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso (obtenção do título de Especialista em Saúde da Família) - Universidade Federal de São Paulo. São Paulo; 2019.

DA SILVA J. L. L.; LIMA, R. P.; TAVEIRA, R. P. C.; COSTA, F. S.; et al. Estresse e demais fatores de risco para hipertensão arterial entre profissionais da área de enfermagem. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, v. 8(1), p. 3646-3666. jan/mar. 2016.

DIAS, G. S.; COSTA, M. C. B.; FERREIRA, T. N.; FERNANDES, V. S.; et al. Fatores de risco associados à Hipertensão Arterial entre adultos no Brasil: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Development**, v.7, n.1, p.963-978. Curitiba, 2021.

FERREIRA, P. A. A.; BODEVAN, E. C.; OLIVEIRA, L. C. Características sociodemográficas associadas à prevalência de hipertensão arterial sistêmica. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 17, n. 1, p. 10. jan/jul. 2019.

GONÇALVES, S. J. C.; VEIGA, A. J. S.; RODRIGUES, L. M. S. Qualidade de vida dos policiais militares que atuam na área da 2ª cia do 10º batalhão militar (Miguel pereira e Paty do alferes). **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, v.2, p. 53-76, jul/dez. Vassouras; 2012.

LESSA, I. Epidemiologia da Hipertensão Arterial Sistêmica e da Insuficiência Cardíaca no Brasil. **Rev. Bras. Hipertens**, v. 8 (4), p. 383-392, out/dez. 2001.

MARQUES, A. P.; SZWARCOWALD, C. L.; PIRES, D. C.; RODRIGUES, J. M.; et al. Fatores associados à hipertensão arterial: uma revisão sistemática. **Ciência & Saúde Coletiva**, 25(6): p. 2271-2282. 2020.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8ª. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MENEZES, A. T. A.; COLOMBO, D. A.; CORREA, E. R. S.; SANTOS, F. M. M. M; et al. Obesidade e Sedentarismo na Atividade Policial Militar: avaliação do impacto e proposta de combate. **RC-ESPM**, Rio de Janeiro, v.1, nº.3, p.76-105. Rio de Janeiro; 2022.

OLIVEIRA, A.W. **Elevada Prevalência de Hipertensos Descontrolados**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Especialização Gestão do Cuidado em Saúde da Família. Universidade Federal de Alagoas; 2020.

PESSUTO, J; CARVALHO, EC. Fatores de risco em indivíduos com hipertensão arterial. **Rev. latino-am. enfermagem**, v.6, n.1, p. 33-39. Ribeirão Preto. jan. 1998.

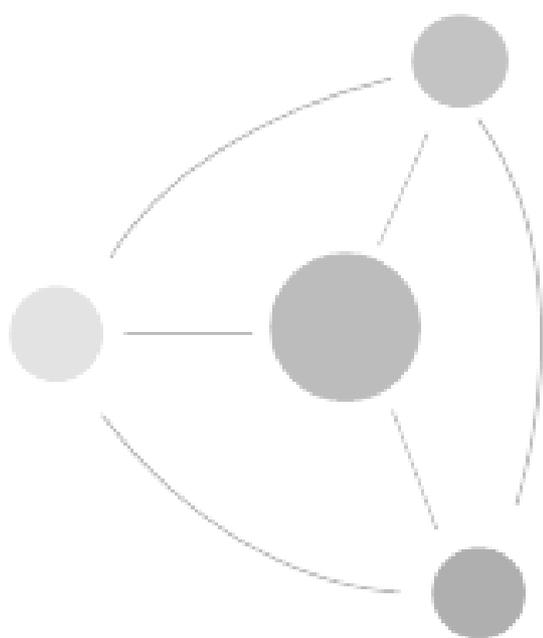
SILVA, L. R.; OLIVEIRA, E. A. R.; LIMA, L. H. O.; FORMIGA, L. M. F.; et al. Fatores de Risco para Hipertensão Arterial em Policiais Militares do Centro-sul Piauiense. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.38, nº.3, p.679-692. jul/set. 2014.

SILVA, M. L. B.; BOUSFIELD, A. B. S. **Representações Sociais da Hipertensão Arterial**. Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, Brasil. in: Trends in Psychology /Temas em Psicologia, vol. 24, nº 3, p.895-909. Santa Catarina; 2016.

SIMÃO, R. R.; AGRELA, M. V. R.; FRASSEI, J. S.; BRITO, T. M.; et al. Hipertensão Arterial Sistêmica (HAS). **Rev. Med - São Paulo**, v. 95(1), p.37-38, São Paulo. jan/mar. 2016

VITAL, T. G.; SILVA, I. O.; PAZ, F. A. N. Hipertensão arterial e os fatores de risco relacionados ao trabalho: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, vol. 9, nº. 7. 2020.

Ensaio



ENSAIO

A comunicação como arma: a contextualização das atividades da Polícia Militar com a dimensão informacional e humana de uma guerra irregular no Rio de Janeiro

DOI: 10.5935/2178-4590.20230006

Cap PM Pedro Henrique Pereira Nova

Capitão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; Graduado no Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar d. João VI (2008); Bacharel em Direito pela Universidade Cândido Mendes (2012); Especialista em Direito Militar pela Universidade Cândido Mendes (2014); Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Universidade Cândido Mendes (2015).

pedrohpn@gmail.com



Data de submissão: 23/11/2022

Data de aceite: 08/12/2022



RESUMO

O presente artigo pretende ser uma revisão de literatura com objetivo de esclarecer a relevância da comunicação estratégica para a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, seja em seu viés informativo, buscando o apoio da opinião pública através do esclarecimento dos motivadores de suas ações ou de seus resultados esperados, ou em seu viés de subsidiar a inteligência etnográfica, por meio de estabelecimento de linhas de comunicação com o grupo social atendido que visem entender sua cultura, seus anseios, suas peculiaridades, angariar a sua simpatia e confiança ou obter dados que sejam de interesse da atividade policial. Desta forma, observando as peculiaridades do Estado, que se assemelha a um cenário de guerra, pretende-se demonstrar que a comunicação organizacional e estratégica pode ser utilizada como um instrumento de legitimação das ações policiais, para o reforço de seus valores e, também, para o alinhamento de suas ações com a missão prevista em seu Planejamento Estratégico 2020-2024.

Palavras-chave: Comunicação estratégica; inteligência etnográfica; direitos humanos; Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro; guerra irregular; planejamento estratégico.

ABSTRACT

The present article intends to be a literature review with the objective of clarifying the relevance of strategic communication for the Military Police of the State of Rio de Janeiro, either in its informative bias, seeking the support of public opinion through the clarification of the motivators of its actions or of its expected results, or in its bias to subsidize ethnographic intelligence, through the establishment of lines of communication with the social group served that aim to understand their culture, their desires, their peculiarities, to raise their sympathy and trust or to obtain data that are of interest to police activity. In this way, observing the peculiarities of the State, which resembles a war scenario, it is intended to demonstrate that organizational and strategic communication can be used as an instrument of legitimation of police actions, to reinforce their values and, also, for the alignment of its actions with the mission foreseen in its Strategic Planning 2020-2024.

Keywords: Strategic communication; ethnographic intelligence; human rights; Military Police of the State of Rio de Janeiro; irregular warfare; strategic planning.

INTRODUÇÃO

O Estado do Rio de Janeiro (RJ) é conhecido mundialmente pelas suas peculiaridades, de belezas naturais diversas a eventos que reúnem milhares de cidadãos brasileiros e turistas estrangeiros, vide a sua relevância no cenário turístico do Brasil, onde contribui economicamente com 11,5% da arrecadação brasileira no setor, ou mesmo, pelo slogan “Turismo é o novo petróleo do Rio de Janeiro”, enunciado em determinado momento por um de seus governantes, conforme Tjäder (2022).

Porém, além do reconhecimento positivo, o Rio de Janeiro é também conhecido por suas mazelas e a extrema violência diária de sua região metropolitana, tornando complexo o planejamento e execução das atividades da Polícia Militar diante de situações rotineiras que demonstram se enquadrar em um ambiente VUCA, acrônimo em língua inglesa, originário do *US Army War College*, para descrever as dificuldades das ações militares em ambiente desfavorável que se caracteriza como volátil, incerto, complexo e ambíguo (CALVOSA; FRANCO, 2022, p. 2).

Ao comparar o cenário fluminense com um ambiente desfavorável destinado a ações militares, verifica-se a sua aproximação a um cenário de

guerra, corroborado pelo noticiado diariamente na mídia e pelo Instituto de Segurança Pública (ISP), como, por exemplo, a apreensão de 8.423 armas de criminosos, ressaltando que 58,6% eram de fabricação estrangeira, resultando prejuízo de aproximadamente R\$ 23 milhões para as atividades ilícitas, cabendo ainda frisar que 20,4% destas apreensões se deram em ocorrências policiais em que houve a necessidade de uso da força, resultando em mortes por intervenção de agentes do Estado.

Desta forma, o presente artigo buscará aproximar conceitualmente a realidade do Rio de Janeiro às características de uma guerra irregular e demonstrar a importância de uma comunicação estratégica, cuja finalidade deverá ser precipuamente legitimar as ações policiais, em especial, as que resultarem em uso da força, através do correto estudo das variáveis da localidade em que se executem as ações, bem como a conscientização popular da importância delas, ao explicar as motivações e os resultados esperados, alinhando-se assim ao planejamento estratégico vigente na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ).

2 O RIO DE JANEIRO E A GUERRA IRREGULAR

Para alinhar o discurso de que a população fluminense vive uma guerra diariamente, será preciso, inicialmente, afastar-se da Teoria Clausewitziana da guerra como instrumento do desdobramento da política de Estado, bem como, faz-se necessário afastar-se da concepção vestfaliana de Estado-Nação, que se traduz na supremacia interna de instituições estatais, entendida como o direito de controle do território de forma legítima, dentro de seus limites geográficos definidos, ou seja, a soberania plena (JESUS, 2010, p. 3). Sendo assim, faz-se necessário partir da premissa que o RJ se encontra em uma era em que a “revolução da informação” tornou antiquada algumas concepções conservadoras e ortodoxas, onde urge uma melhor compreensão dos fenômenos políticos e sociais, que diante das novas dinâmicas de sua sociedade, houve a ressignificação do tempo e a desconstrução virtual de distâncias perante o massivo uso de novas tecnologias da informação.

Daí, surge a relevância de novas conceituações para a guerra, principalmente pelo protagonismo de atores não-estatais armados nos conflitos modernos, causando instabilidades em governos e propagando o medo real e difuso. O Coronel do Exército Brasileiro Alessandro Visacro, em sua obra – A

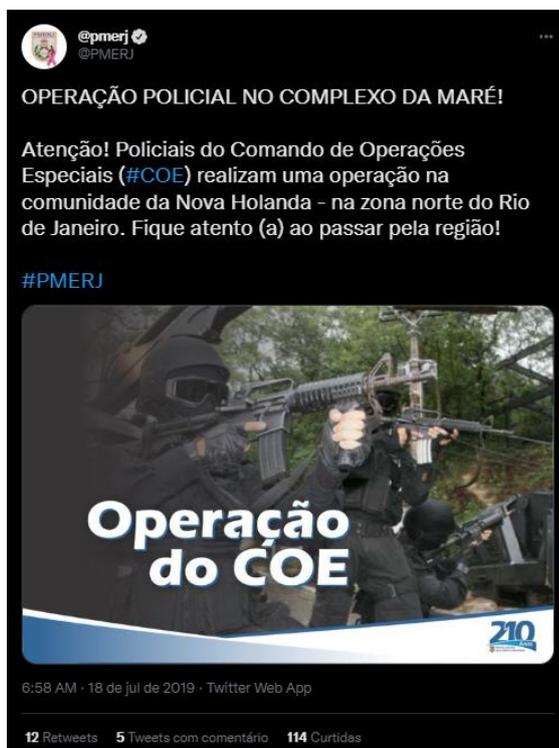
guerra na Era da Informação – ilustra algumas nomenclaturas utilizadas atualmente para se referir a este novo modelo de conflitos: "novas e novíssimas guerras", "guerra pós-moderna", "guerra pós-heroica", "guerra irrestrita", "guerra no meio do povo", "guerra de terceira onda", "guerra de quarta geração", "guerra de três quadras", "conflito assimétrico", "guerra híbrida", etc. Aqui, sob influência deste autor, utilizar-se-á o termo guerra irregular, entendendo que este é o que melhor traduz a realidade vivenciada no Estado.

Para tanto, além da atuação de atores armados não-estatais neste tipo de guerra, é preciso caracterizar a guerra irregular como um todo, demonstrando a proximidade de tal conceito com a dinâmica do Rio de Janeiro, apesar de ser inegável que a sua soberania é atacada e encontra-se desprotegida, seja em seu viés territorial, econômico, cultural ou, mesmo, no campo da informação, conforme estatísticas apresentadas anteriormente (VISACRO, 2019).

Sendo assim, adequando-se as características desta guerra diária, conforme as expostas na obra de Visacro (2019), a realidade vivenciada na rotina policial militar, destacam-se: a perda de monopólio estatal sobre o uso da força (poderio bélico – Figura 01); a vanguarda do “inimigo” está na própria sociedade (complexos – Figura 02); as ameaças são assimétricas (dissimulação – Figura 03); o emprego de efetivos reduzidos e independentes (células) que atuam de acordo com o senso de oportunidade e com alta iniciativa (“bondes” – Figura 04); a missão pela finalidade (conflito de facções rivais – Figura 05); locais de conflito contíguos, indefinidos e difusos (homizio de atores armados não-estatais e esconderijos de material ilícito nos grandes maciços da cidade, nas áreas limítrofes de mata – Figura 06); e escolha de alvos de alto valor psicológico em detrimento de objetivos físicos (protestos e vandalismos orquestrados – Figura 06).

Figura 1 – Apreensão de armas de guerra na rede social da PMERJ

Fonte: Reprodução.

Figura 2 – Atuação do Comando de Operações Especiais (COE) em um Complexo, divulgada na rede social da PMERJ

Fonte: Reprodução.

Figura 3 – Apreensão de veículo com blindagem com placas de aço, divulgada na rede social da PMERJ



Fonte: Reprodução.

Figura 4 – Prisão de criminosos durante deslocamento em via expressa (“bonde”), divulgada na rede social da PMERJ



Fonte: Reprodução.

Figura 5 – Atuação durante confronto entre atores armados não-estatais, que resultou em uma família refém, divulgada na rede social da PMERJ



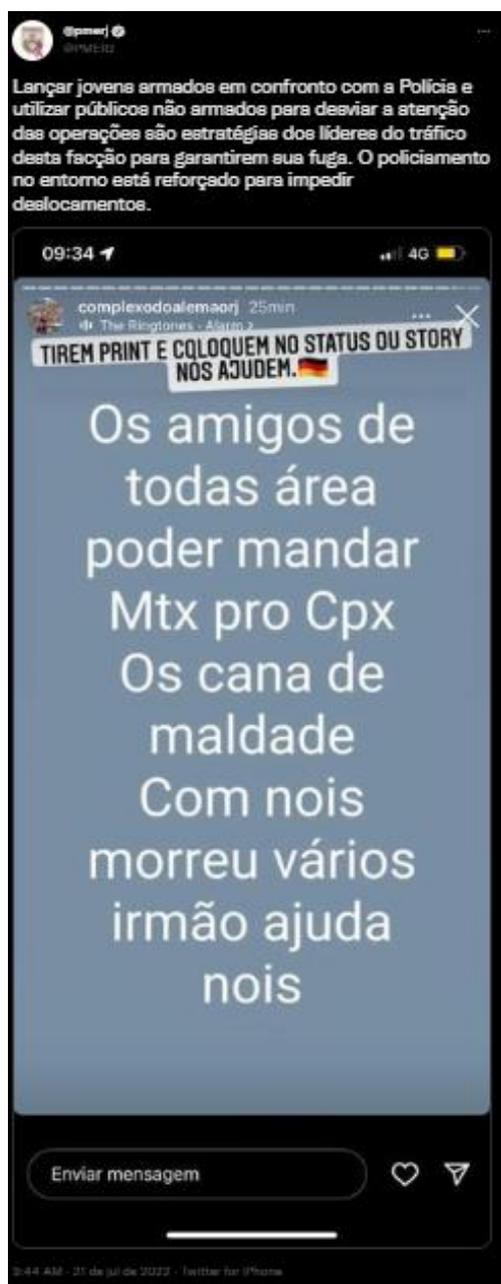
Fonte: Reprodução.

Figura 6 – Apreensão em áreas limítrofes de mata na cidade do Rio de Janeiro, divulgada na rede social da PMERJ



Fonte: Reprodução

Figura 7 – Protestos orquestrados por atores armados não-estatais em virtude de ação policial, divulgada na rede social da PMERJ



Fonte: Reprodução

Desta forma, verifica-se que a aproximação ao status de guerra, promovido pela atividade criminosa de atores armados não-estatais no Estado do Rio de Janeiro, se dá diante do controle territorial, econômico, social, cultural e político que exercem em seus redutos e, por vezes, em áreas adjacentes, onde, além de objetivos financeiros, visam também auferir resultados psicológicos, afetando a todo momento a opinião pública, atuando no campo psicossocial e influenciando estas populações, seja pela cultura do medo, pelo assistencialismo

deturpado que exercem diante do hiato estatal ou pela promoção de eventos culturais e de lazer. Em uma análise comparativa entre a vitimização de policiais militares no Rio de Janeiro e a vitimização de militares americanos durante o período compreendido entre 2001 e 2019, durante a guerra do Afeganistão, após atentado terrorista de 11 de setembro, verifica-se a aproximação de tais cenários, na realidade fluminense, no período acima descrito, contabilizou-se cerca de 2.210 policiais militares mortos, conforme dados do Instituto de Segurança Pública (Tabela 1) e na Guerra do Afeganistão foram cerca de 2.298 militares americanos mortos, conforme o estudo disponível no projeto “Cost of War” da Brown University (CRAWFORD; LUTZ, 2021) (Tabela 2).

Tabela 1 – Policiais militares mortos no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2001 e 2019

| Ano | Área geográfica | Delito | Contagem |
|--------------|------------------------|------------------------------|-----------------|
| 2001 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 128 |
| 2002 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 152 |
| 2003 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 176 |
| 2004 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 161 |
| 2005 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 135 |
| 2006 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 144 |
| 2007 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 128 |
| 2008 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 108 |
| 2009 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 117 |
| 2010 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 103 |
| 2011 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 78 |
| 2012 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 92 |
| 2013 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 97 |
| 2014 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 97 |
| 2015 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 86 |
| 2016 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 121 |
| 2017 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 123 |
| 2018 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 101 |
| 2019 | Estado - RJ | Morte de policiais militares | 63 |
| TOTAL | | | 2210 |

Fonte: Elaborada pelo autor com base em dados do Instituto de Segurança Pública

Tabela 2 – “Human Cost of Post-9/11 Wars”: Mortes em guerra nas maiores zonas de guerra, no Afeganistão.

| | Afeganistão |
|--------------------------------------|--------------------|
| <i>US Military</i> | 2298 |
| <i>US DOD Military</i> | 6 |
| <i>US Contractors</i> | 3814 |
| <i>National Military and Police</i> | 64124 |
| <i>Other Allied Troops</i> | 1145 |
| <i>Civilians</i> | 43074 |
| <i>Opposition Fighters</i> | 42100 |
| <i>Journalists and Media Workers</i> | 67 |
| <i>Humanitarian / NGO Workers</i> | 424 |
| TOTAL | 157052 |

Fonte: Crawford e Lutz (2019).

Tabela 3 – Letalidade violenta no Estado do Rio de Janeiro entre os anos de 2001 e 2019

| Ano | Area geográfica | Delito | Contagem |
|--------------|------------------------|---------------------|-----------------|
| 2001 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7083 |
| 2002 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 8043 |
| 2003 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 8054 |
| 2004 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7645 |
| 2005 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7987 |
| 2006 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7649 |
| 2007 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7699 |
| 2008 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7134 |
| 2009 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 7106 |
| 2010 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 5828 |
| 2011 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 4960 |
| 2012 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 4666 |
| 2013 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 5348 |
| 2014 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 5719 |
| 2015 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 5010 |
| 2016 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 6262 |
| 2017 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 6749 |
| 2018 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 6714 |
| 2019 | Estado - RJ | Letalidade Violenta | 5980 |
| TOTAL | | | 125636 |

Fonte: Instituto de Segurança Pública.

Apesar de não ser “politicamente” aceitável, verifica-se que a situação da população fluminense se assemelha com características e estatísticas de uma guerra real, que na modernidade, pode ser rotulada como uma guerra irregular, ainda que para uma visão cética e tradicionalista dependesse do engajamento bélico entre Estados.

3 A COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA NA DIMENSÃO INFORMACIONAL

Algumas características relevantes do tempo moderno, da “Era da Informação”, conforme estudos de Visacro, podem ser entendidas como o alto valor dado à opinião pública, a onipresença e redução do controle estatal dos órgãos de imprensa, o avanço da atividade de imprensa nas redes sociais, a informação digital ilimitada e de alcance, que achataram os níveis decisórios acrescentando a necessidade de velocidade constante da PMERJ em responder aos questionamentos da sociedade. Sendo assim, o que antes seria destinado preferencialmente ao setor específico de Comunicação Social para responder as demandas da sociedade civil, sobrepõe-se no tempo e no espaço, podendo alcançar toda a cadeia de comando, chegando, inclusive, até ao nível de rua, podendo assim fragilizar a instituição, evidenciando a necessidade de campanhas de capacitação e esclarecimento, com foco na comunicação interna e externa, respectivamente.

Nesta toada, para melhor entender as influências que as informações e a comunicação exercem nas atividades da polícia, faz-se necessário explicar sobre os conceitos de Visacro a respeito das três dimensões da guerra: física, humana e informacional. Onde, a dimensão física seria àquele destinada às ações cinéticas, que atualmente já se encontra sobreposta pelas outras duas dimensões, a dimensão informacional, que seria a percepção da opinião pública e a dimensão humana que seria concernente à população local, descrevendo a cultura, a religiosidade, considerações étnicas, crenças, valores, costumes e comportamentos (LEMOS, 2022, p. 11).

Sendo assim, considerando o cenário complexo das atuações da Polícia Militar e a exposição de todos os níveis hierárquicos às demandas sociais, seja no contato direto com o cidadão ou promovida pelas tecnologias da informação, como as redes sociais, a compreensão de seus policiais deveria ser holística, privilegiando abordagens integradas e soluções multidisciplinares, para responder aos anseios populares, evidenciando-se que todas as ações policiais deveriam estar associadas a campanhas de comunicação estratégica a serem conduzidas simultaneamente com as suas operações de combate ao crime, de estabilidade e de assistencialismo.

Neste diapasão, torna a baila, a importância da comunicação como ferramenta à disposição da Instituição e seus gestores, Cerqueira (2013) evidencia um conceito de comunicação proposto por Kunsch (2003):

Entendemos por comunicação integrada uma filosofia direcionada a convergência das diversas áreas, permitindo uma atuação sinérgica. Pressupõe uma junção da comunicação institucional, da comunicação mercadológica, da comunicação interna e da comunicação administrativa, que formam o *mix*, o composto de comunicação organizacional (KUNSCH apud CERQUEIRA, 2013, p. 14)

Ao interpretar as lições de Kunsch (2003), aquela autora entende que a convergência das comunicações mencionadas, resumindo-se numa comunicação organizacional, deverá ser norteada pelos objetivos da organização para permitir ações táticas e estratégicas eficazes, e, pode-se acrescentar também ao entendimento, as ações políticas direcionadas.

É importante abordar o conceito de comunicação estratégica, onde temos que “é uma forma de ação social que se caracteriza por se produzir em uma situação de jogo estratégico na qual os jogadores fazem uso da interação simbólica para resolver seus problemas ou maximizar suas oportunidades” e “serve para direcionar o poder da comunicação e, assim, incidir nos resultados da partida que estamos jogando, na orientação que marca nossos objetivos” (PEREZ apud KUNSCH, 2018, p. 20). De acordo com a autora, caberia a um setor específico, “relações públicas”, o desenvolvimento desta função que deveria auxiliar o posicionamento da instituição diante da sociedade, explicando qual é a sua razão de existir, sua missão, valores, objetivos, sua cultura organizacional e definindo a sua identidade e como desejam ser vista no futuro. Ou seja, a comunicação é uma ferramenta que deve se lastrear em uma estratégia competente, alinhada ao plano estratégico da organização, devendo-se incluir de forma complementar a este acrescentando-lhe valor, de forma condizente com a estrutura da própria organização, com a natureza e especificidade de seu mister, com sua realidade fática e com o cenário em que atua (CERQUEIRA, 2013, p. 15).

Tradicionalmente a Polícia Militar tem produzido resultados “operacionais” satisfatórios no nível tático, ou seja, tem apreendido, capturado, neutralizado, possuindo estatísticas, por vezes, inigualáveis como a apreensão de 550 fuzis em 2019 e o total desta década que representa a apreensão de uma arma de fogo a cada hora, com o expressivo número de 82.969 armas

apreendidas¹. Porém, invariavelmente, em paralelo, tem fracassado no nível político e estratégico, ao mostrar-se incapaz de oferecer respostas oportunas e eficazes no ambiente informacional, não utilizando o direcionamento estratégico da informação a seu favor.

Fundamentando tal posicionamento, considerar-se-á que o amplo espaço que a mídia destina para criticar as ações cinéticas estatais e a rejeição popular decorrente destas ações, exitosas ou desastrosas, possa ser um indicador mensurável da vitória deste poder paralelo e fracasso político-estratégico da PMERJ, afastando-se aqui de abordagens ideológicas, focando-se apenas no poder da comunicação como direcionador da sociedade. Cabe esclarecer que não se busca um entendimento utópico de que a mídia ou opinião pública não criticará ou irá se opor mediante a aplicação de uma panaceia, porém, considera-se que tal cenário não é imutável. Esta oposição ou crítica acompanha a história da Polícia Militar desde a sua criação, conforme Thomas Holloway (1997, p. 222-223), o gestor da polícia encara demandas semelhantes junto à imprensa, quanto aos gastos com sua polícia, ou mesmo, a necessidade de patrulhamento noturno em determinada região, desde a década de 1830, no Primeiro Reinado (SALEM, 2007).

A Polícia Militar, em sua conta oficial na rede social “Twitter”, tem demonstrado um esforço para explicar as suas atuações de forma preditiva, como, por exemplo, a publicação datada de 17 de outubro de 2022, às 07:04h:

“o objetivo de (sic) operação é cessar o clima de instabilidade e guerra entre criminosos de facções rivais, além de prender marginais da lei e apreender armas de fogo, drogas e outros materiais relacionados ao crime”.

Relacionando-se a uma publicação anterior que informava os locais em que estaria ocorrendo uma repressão criminosa. Ou mesmo, a publicação datada de 17 de outubro de 2022, às 05:59h:

“Para que você encontre um percurso seguro ao se deslocar para mais um dia de trabalho e/ou estudos na capital fluminense, a @PMERJ faz ações preventivas nas vias expressas do Rio. Sempre que precisar, acione a equipe policial mais perto de você!” (grifo nosso).

¹ Dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Apesar de tais iniciativas positivas, pode-se verificar que majoritariamente as publicações de suas diversas unidades operacionais e especiais, em redes sociais, referem-se a fotos de viaturas nos policiamentos diversos e resultados táticos expressados em prisões e apreensões, ou ainda, propaganda exacerbada de verdadeiras máquinas de guerra.

Alessandro Visacro (2019, p. 138), ao tratar da dicotomia entre terrorismo e contraterrorismo no cerne da guerra irregular, traz que:

“[...] ações táticas de efeito cinético só tem utilidade na medida em que são orientadas para a consecução de uma meta psicológica que possa ser amplamente explorada e potencializada pela propaganda nos níveis político e estratégico, fazendo parte de um contexto informacional”.

Ou seja, neste diapasão, todas as ações policiais que demandem o uso da força deveriam ter também como objetivo o impacto psicológico na população, seja pelo viés de retomada do controle da soberania do território, de disciplinar a vida em determinado local ou de promover a segurança da população. Sendo necessário que este objetivo seja amplamente trabalhado e divulgado internamente, de forma que o policial seja capaz de entender a finalidade de seus atos, legitimando a sua instituição e conquistando o apoio da população, e externamente, angariando para si a opinião pública diante da legitimidade de sua ação.

Atualmente a mídia atua como catalizadora da opinião pública, que está exposta quase que instantaneamente a um volume considerável de vídeos e imagens de ações policiais. Desta forma, a tolerância a resultados inesperados, a “efeitos colaterais”, a infrações de direitos ou a desvios de conduta tende a zero, possuindo efeitos negativos nos campos político e estratégico da corporação. No enfrentamento aos atores armados não estatais a legitimidade e o apoio da população são primordiais, ao usar a força o policial há de ser moralmente impecável, não há espaço para erros. O que torna imprescindível o esclarecimento para a sociedade das ações da polícia, quais os objetivos a serem alcançados, quais os meios aplicados para o alcance de metas, ou seja, a comunicação estratégica com viés de esclarecimento do papel da instituição de forma a garantir o apoio da opinião pública. A dimensão informacional passa a ter papel relevante, sobrepondo os efêmeros ganhos táticos de uma “boa ocorrência”. Para o alcance de ganhos nesta dimensão é necessário que o policial demonstre aguçada percepção do ambiente em que atua e de sua

missão de forma a adequar suas ações ao que se apresenta diante dele, sem perder o foco dos níveis político e estratégico.

4 A INTELIGÊNCIA ETNOGRÁFICA NA DIMENSÃO HUMANA

A globalização da informação com a rapidez na troca de dados e informações, a permeabilidade de fronteiras virtuais e o inter-relacionamento de culturas demonstram as modificações existentes e caracterizam a volatilidade do ambiente operacional, o que inicialmente seria esperado no tocante a universalização de direitos e culturas, realizou-se de forma diametralmente opostas, visualiza-se o “fortalecimento de identidades culturais locais em detrimento de uma suposta homogeneidade cultural” (LEMOS, 2022, p. 10 apud VISACRO, 2012). O avanço na representatividade de grupos não-hegemônicos, de conscientização e luta de tais grupos oprimidos, evidencia a necessidade de entendimento de seus pleitos e reorganização das ações policiais para o cumprimento efetivo de seus próprios valores, conforme o Plano Estratégico 2020-2024 da PMERJ, como, por exemplo, a “preservação da vida e da dignidade da pessoa humana” e “respeito ao interesse pública, ao policial e ao cidadão”.

Desta forma, ao tratar da percepção do ambiente, faz-se necessário o estabelecimento de linhas de comunicação com toda a sociedade atendida pela Polícia Militar, de grupos elitistas dominantes a grupos não-hegemônicos, compreendendo toda as variáveis da dimensão humana, o que aflige àquela localidade, a transversalidade que atinge os grupos locais e o que eles esperam que seja a ação policial. Com esta finalidade, os Conselhos Comunitários de Segurança (CCS) são canais de comunicação da Polícia Militar com a sociedade, através de suas unidades, frise-se aqui um trecho do site institucional do Instituto de Segurança Pública que trata dos CCS:

“A visão que a sociedade tem de segurança pública vem ultrapassando os limites de atuação das instituições policiais, sendo comum, em reuniões de CCS, demandas por melhoria de saneamento básico, da ocupação ordenada do espaço público, do cumprimento das posturas municipais, da prestação de serviços públicos de boa qualidade na saúde, na educação, na cultura, no esporte e no lazer da população, dentre outros temas”.

Neste contexto, Visacro (2019, p. 149) observa o advento da “inteligência cultural ou etnográfica”, como atividade a ser desenvolvida no que diz respeito ao conhecimento, além do terreno, da cultura e da sociedade, que em sua

análise se relaciona ao inimigo, mas se pode entender aqui como a destinatária do policiamento. Ou ainda, quanto a sua aplicabilidade é a “melhor forma de verdadeiramente conhecermos uma sociedade e, por isso mesmo, o melhor instrumento para deduzirmos as intenções de seus membros” (RENZI apud LEMOS, 2022, p. 10).

Entender as culturas discrepantes existentes numa mesma cidade, as idiossincrasias étnicas que envolvem a criação deste ou daquele bairro, o conhecimento histórico, as formas de mobilização, os costumes sociais, religiosos, valores e tradições locais deveriam fazer parte do planejamento das ações policiais, afinal soluções diferentes são requeridas em contextos distintos, pois as ações e resultados poderão ser interpretadas de modo diverso. Ao aprimorar o conhecimento acerca das considerações do destinatário das ações policiais, numa visão restrita ou ampla, será necessário, também, nortear-se, para tal aprimoramento, de uma abordagem inspirada nas lições de Boaventura de Souza Santos (2007) e sua hermenêutica diatópica, que significa levar em consideração que por mais forte que sejam determinados aspectos de uma cultura, estes não são completos e nem universais, é preciso partir deste pressuposto e considerar que a parte não traduz o todo, para analisar culturas distintas, é imprescindível que se permita “criar inteligibilidades mútuas e articular diferenças e equivalências entre experiências, culturas, formas de opressão e de resistência”.

Nas palavras do general Álvaro de Souza Pinheiro (2007), do Exército Brasileiro: “[...] A empatia transformou-se numa poderosa arma. Soldados são, na atualidade, impositivamente adestrados na obtenção do apoio da população o que, conseqüentemente, resultará na obtenção de inteligência humana, imprescindível para a campanha [...]”. Para Lemos (2022) é imprescindível que a inteligência etnográfica seja dominada e exercida para o sucesso de uma operação, para garantir o controle da narrativa no desenrolar das ações, controlando assim a opinião pública.

Seja no viés cultural da inteligência etnográfica ou da hermenêutica diatópica, verifica-se a necessidade de entendimento e adaptação de culturas diversas, para tanto, Cátia Souza (2015) explana a respeito da inteligência cultural, dividindo-as em dimensões: metacognitiva, cognitiva, motivacional e comportamental. A dimensão metacognitiva guarda relação com a interação entre culturas diversas, a sensibilidade e consciência necessárias neste contato,

contribuindo para o entendimento, através de um pensamento crítico. A dimensão cognitiva “refere-se ao conhecimento cultural de normas, comportamentos, práticas e convenções em diferentes culturas, obtido por meio da experiência e educação” (SOUSA et al., 2015, p. 233). Já a dimensão motivacional, diz respeito a própria motivação, ao quanto de energia será depositado nesta empreitada de entendimento do diverso. E, por fim, a dimensão comportamental relaciona-se com o espelhamento de hábitos, formas de comunicar, ou seja, a capacidade verbal e não-verbal de penetrar através da expressão de comportamentos apropriados no momento da interação, auxiliando na busca por empatia. Nas palavras da autora “indivíduos que possuem uma inteligência cultural mais elevada, em situação interculturais, são mais eficientes na tomada de decisões e têm uma maior probabilidade de se adaptar às situações caracterizadas pela diversidade cultural” e “a inteligência cultural, tornou-se uma aptidão e uma competência fundamental em um mundo social em constante mobilidade” (SOUSA et al., 2015, p. 234).

Independente de finalidades estratégicas ou políticas, o entendimento da dimensão humana e o exercício da inteligência etnográfica podem ser importantes ferramentas para o sucesso da missão que a PMERJ definiu em seu Plano Estratégico 2020-2024, “Melhorar a qualidade de vida do Estado do Rio de Janeiro, através da preservação da ordem pública e da garantia dos direitos fundamentais”. Afinal, na gênese dos direitos fundamentais há os Direitos Humanos (DH), que em sua teoria crítica demandam a perspectiva contextualizada em práticas sociais emancipatórias, ou seja, decorrem do resultado de lutas sociais por dignidades (HERRERA FLORES, 2009, p. 14). Segundo Santos (1997, p. 12), inicialmente, em sua primeira geração, estas lutas sociais manifestaram-se na luta da sociedade contra o Estado, porém, a posteriori, pressupôs-se que o Estado deveria ser o principal garantidor dos DH. Valendo lembrar, ainda de acordo com aqueles autores que os DH estão ligados intimamente a dignidade e a humanização dos cidadãos. Afastando-se aqui de posicionamentos ideológicos e resistências aos Direitos Humanos que podem se explicar na afirmativa de Santos (1997, p. 11) “É como se os direitos humanos fossem invocados para preencher o vazio deixado pelo socialismo”.

5 CONCLUSÃO

Ao longo das últimas décadas a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro vem pautando as suas ações quase exclusivamente na dimensão física, buscando de forma técnica perseguir indicadores de eficiência, no tocante a redução de criminalidade, no número de prisões e apreensões, em especial a de armamentos de guerra, como o fuzil. Porém, entende-se que a sua missão constitucional vá muito além disto, afinal, cabe a ela garantir a ordem pública e o policiamento ostensivo.

Em virtude dos aspectos observados, será razoável admitir que o cenário de atuação policial no Estado do Rio de Janeiro guarda aspectos semelhantes aos mais modernos tipos de guerra que são estudados, considerando-se inclusive que a atuação do crime organizado possa correlacionar-se com uma insurgência, explicando até mesmo o seu direcionamento preponderante de atuação na dimensão física, através de ações cinéticas. Sendo assim, o estudo pautou-se em revisar diversos conceitos modernos, correlacionando-os de modo a adequar a realidade em que o policial militar vive no Rio de Janeiro às complexidades de uma guerra e, além disto, subsidiar uma forma da corporação agir neste ambiente, ampliando a atuação para as dimensões humana e informacional, em conformidade com seus próprios objetivos, basicamente através da comunicação.

Buscou-se evidenciar a relevância das dimensões física, humana e informacional para a tomada de decisão e organização das atividades da Polícia Militar, auxiliando-a no direcionamento estratégico e sobretudo a atual hierarquização entre elas, onde as últimas sobrepõe-se a primeira. Considerando que a “Era da Informação” tornou ainda mais relevante a participação da opinião pública na legitimação das atividades estatais, para tanto, entendeu-se que o reconhecimento da instituição deverá ser o norteador de suas ações, sendo que para alcançá-lo será preciso uma reconstrução da comunicação organizacional de forma estratégica, dando espaço para a humanização das ações e discursos, através do entendimento das necessidades, das mazelas sociais e da formação da sociedade atendida, em detrimento da priorização de ações cinéticas com resultados táticos majoritariamente inexplicados e carentes de entendimento da população afetada.

A vantagem de se empregar corretamente a comunicação organizacional estratégica se dá exatamente no controle da narrativa, de forma que ao se antecipar às possíveis deturpações maliciosas ou equivocadas na interpretação parcial das ações policiais, esclarecendo-as massivamente através dos meios de comunicação oficial da instituição, ou mesmo de suas redes sociais que potencializam o alcance da mensagem, reduzir-se-á o desgaste de explicações tardias para uma já contaminada opinião pública. Aproximar-se da população, refletindo-a, buscando a legitimação da Polícia Militar e sua consequente sobrevivência, deverá ser o norteador de todas as suas ações.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALVOSA, M.; FRANCO, I. Descomplicando o VUCA (Volatility, Uncertainty, Complexity and Ambiguity). Investigação e Considerações sobre as Publicações A1 da Área 27 do Qualis/Capes. **XLVI EnANPAD-Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração**, 2022. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/361924041>>. Acesso em: 17 out. 2022.

CERQUEIRA, A. L. S. **A comunicação organizacional na segurança pública ostensiva**: análise de fundamentos específicos, aplicáveis à Polícia Militar da Bahia. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional e Urbano, Universidade de Salvador. Salvador, 2014. Disponível em: <<http://teste.tede.unifacs.br:8080/tede/handle/tede/505>>. Acesso em: 17 out. 2022.

CLAUSEWITZ, C. V. **Da Guerra**. 3. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

CRAWFORD, N.; LUTZ, C. 2021. **Human Cost of Post-9/11 Wars**: Direct War Deaths in Major War Zones, Afghanistan and Pakistan (October 2001 – October 2019) Iraq (March 2003 – October 2019); Syria (September 2014–October 2019); Yemen (October 2002–October 2019); and Other. 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://watson.brown.edu/costsofwar/files/cow/imce/papers/2019/Direct%20War%20Deaths%20COW%20Estimate%20November%202013%202019%20FINAL.pdf>>. Acesso em: 17 out. 2022.

HERRERA FLORES, J. **A reinvenção dos direitos humanos**. 1. ed. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.

HOLLOWAY, T. **Polícia no Rio de Janeiro**: repressão e resistência numa cidade do século XIX. 1. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **CCS – Conselhos Comunitários de Segurança**. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/conteudo.asp?ident=40>>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. **Notícias**: Apreensões de armas resultaram em prejuízo de mais de R\$ 23 milhões para criminosos em 2019. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br/Noticias.asp?ident=450>>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. **Vitimização policial no estado do Rio de Janeiro:** panorama dos últimos cinco anos (2016-2020). Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/TD05_2021-VPERJ-Vitimizacao policial.pdf>. Acesso em: 14 out. 2022.

_____. **ISP Dados Abertos.** Disponível em: <<http://www.ispdados.rj.gov.br/>>. Acesso em: 14 out. 2022.

JESUS, D. S. V. O baile do monstro: O mito da Paz de Vestfália na história das relações internacionais modernas. **Revista de História da Ufes**, [S. l.], n. 26, p. 273-287, 2011. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/2573/2069>>. Acesso em: 17 out. 2022.

LEMOS, A. C. G. A inteligência etnográfica e o emprego da expressão militar do poder nacional. **Doutrina Militar Terrestre em Revista**, v. 1, n. 29, p. 10-17, 2022. Disponível em: <<http://www.ebrevistas.eb.mil.br/DMT/article/download/9419/8062>>. Acesso em: 17 out. 2022.

PINHEIRO, A. DE S. O conflito de 4ª geração e a evolução da guerra irregular. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, n. 16, 1 dez. 2007.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **O Futuro é o que nos Guia:** Planejamento Estratégico 2020-2024, 2020. Disponível em: <<https://sepm.rj.gov.br/estrategico/>>. Acesso em: 18 out 2022.

TJÄDER, R. C. Vulnerabilidade Turística: uma análise do fenômeno criminal contra turistas sob a perspectiva Durkheimiana. **Revista Científica da Escola Superior de Polícia Militar**, [S. l.], n. 3, p. 228-249, 2022. Disponível em: <<https://revistacientifica.pmerj.rj.gov.br/index.php/espm/article/view/46>>. Acesso em: 19 out. 2022.

TWITTER. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 08 de junho de 2018. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/PMERJ/status/1005178099972149248>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 18 de setembro de 2018. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/pmerj/status/1042170846696169472?lang=da>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 18 de julho de 2019. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/pmerj/status/1151793368353169408>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 02 de abril de 2022. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/PMERJ/status/1572973680388448259>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 21 de julho de 2022. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/PMERJ/status/1550099422670880775>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 27 de agosto de 2022. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/pmerj/status/1299053686002520064>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar.** Rio de Janeiro, 22 de setembro de 2022. Twitter: @pmerj. Disponível em: <<https://twitter.com/PMERJ/status/1572973680388448259>>. Acesso em: 17 out. 2022.

_____. **Polícia Militar**. Rio de Janeiro, 17 de outubro de 2022. Twitter: @pmerj. Disponível em: <https://twitter.com/PMERJ?ref_src=twsrc%5Egoogle%7Ctwcamp%5Eserp%7Ctwgr%5Eauthor>. Acesso em: 17 out. 2022.

SALEM, M. D. **História da Polícia no Rio de Janeiro 1808 a 1930**: Uma instituição a serviço das classes dominantes. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumens Juris, 2007.

SANTOS, B. de S. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. **Revista Crítica de Ciências Sociais**. [S. l.], n. 48, p. 11-32, 1997. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10316/10806>>. Acesso em: 17 out. 2022.

SOUSA, C. et al. Evidências métricas da adaptação da escala de inteligência cultural numa amostra portuguesa. **Psicologia: Reflexão e Crítica** [S. l.], v. 28, n. 2, p. 232-241, 2015. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528203>>. Acesso em: 17 out. 2022.

VISACRO, A. **A guerra na Era da Informação**. 1. ed. 1. reimpressão . São Paulo: Contexto, 2019.

ISSN 2178-4027



Secretaria de Estado de Polícia Militar
Diretoria Geral de Ensino e Instrução